

### Critérios de Pesquisa:

**Período:** 01/09/2021 a 30/09/2021

**Indexação:** "Reforma Administrativa" or "PEC 32/2020"

Documento 1/151

---

98.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-01/09/2021-
	CD	16:20
Publ.: DCD - 9/2/2021 -	EMANUEL PINHEIRO NETO-PTB -MT	
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### *Sumário*

Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Protesto contra a vilanização dos servidores públicos.

---

**O SR. EMANUEL PINHEIRO NETO** (Bloco/PTB - MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sra. Presidente.

Eu venho aqui nesta tarde manifestar o meu posicionamento veementemente contra a reforma administrativa, veementemente contra a PEC 32, entendendo que há uma grande distorção na forma de se enxergar o Brasil, o Estado brasileiro e os seus problemas.

Esta Casa, com o projeto que tramita por aqui, está buscando e mirando atirar em um alvo caricato, em um alvo construído por uma narrativa majoritária de que os servidores públicos seriam os grandes responsáveis pelo déficit fiscal, pelos gastos e pelo rombo nas contas do Estado brasileiro. Ao se mirar esse alvo imaginário, atingimos o servidor verdadeiro, o servidor real, longe das caricaturas, o que está todo dia na ponta, o técnico de enfermagem e o enfermeiro na sua Unidade Básica de Saúde, o professor que está garantindo o ensino da educação básica, o policial militar, que garante a luta e a defesa da segurança pública e da nossa integridade, da nossa vida, e que tem uma das piores carreiras em termo de valorização salarial do mundo.

Nós temos colocado os servidores públicos como os vilões. Eu repito e ratifico a esta Casa que o servidor público não é o vilão. Nós estamos tratado de um problema periférico como se fosse central, e o central como se fosse periférico. Exemplifico aqui: nós temos hoje três pilares que poderiam resultar em ajuste das contas públicas do Brasil, em melhoria da economia, em garantia do controle das contas e em eficiência do Estado brasileiro que não estão sendo discutidos.

Cito aqui a auditoria da dívida pública brasileira, que consome mais de 50% do Orçamento do Governo Federal todos os anos e nem sequer é citada por esta Casa; a reforma tributária, que pode simplificar para o empresário, para o empreendedor e para o pagador de impostos e que pode garantir uma redução na carga tributária.

Há também a possibilidade de revisão dos incentivos fiscais. Todos os anos são concedidos mais de 300 bilhões de reais, sem transparência - muitas vezes sem caráter técnico -, definidos por caráter político.

E o resultado final de tudo isso, a médio e longo prazo, serão a precarização imensa do serviço público, uma desvalorização e uma desestimulação das carreiras, num Estado tão pobre, tão desigual como o Brasil, em que aquele cidadão brasileiro humilde que verdadeiramente precisa do SUS, que precisa da creche ou da CMEI para seu filho estudar na sala de aula vai ser o grande prejudicado.

Por isso, eu manifesto que o servidor público não é o vilão do Estado brasileiro. Manifesto o meu posicionamento contra a PEC 32 e peço o apoio dos colegas desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Peço que meu pronunciamento seja registrado nos meios de comunicação da Casa.

---

Documento 2/151

---

98.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-01/09/2021-
	CD	18:00
Publ.: DCD - 9/2/2021 -	VICENTINHO-PT -SP	
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Discussão do Projeto de Lei nº 486, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.040, de 2020, para deliberação sobre a validade das normas educacionais adotadas em caráter excepcional, durante a crise sanitária decorrente da Covid-19 e suas consequências. Comemoração do aniversário de fundação do Sport Club Corinthians Paulista. Transcurso dos 5 anos do impeachment da Presidente Dilma Rousseff. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos seguindo a orientação da**

nossa bancada com muito vigor.

Quero aproveitar esta oportunidade para lembrar que hoje, 1º de setembro, é o dia do Corinthians, um time de futebol amado por todos nós torcedores do Corinthians, mas também respeitado pelos outros times.

O Corinthians foi fundado em 1910 por operários e tem uma história bonita em termos da dignidade da nossa gente. A torcida do Corinthians teve a coragem de sair às ruas em defesa do Estado Democrático de Direito, em defesa da vida, e dizendo: "*Fora, Bolsonaro!*".

Quero saudar aqui as torcidas organizadas do Corinthians neste momento em que faz aniversário. Como bom corintiano que eu sou, manifesto, portanto, minhas felicitações a um time que tem feito a diferença, que não aceita Bolsonaro no seu meio, que não gostou quando Marcelinho, de maneira até irresponsável, entregou uma camisa do time para Bolsonaro.

Presidente, neste momento em que me pronuncio, aproveito o ensejo para relembrar essa data. A alegria só não é maior porque ontem foram lembrados os 5 anos do golpe contra a Presidenta Dilma e a retirada de direitos da classe trabalhadora, através das reformas trabalhistas e previdenciária.

E cá estamos atentos a essa PEC 32, que visa efetivamente acabar com as características do Estado brasileiro, fazendo com que, ao invés de ser um Estado que traga segurança, que traga tranquilidade para o seu povo - e nos arts. 5º ao 17 da Constituição assegura garantias fundamentais como cidadania, direito à vida, à educação e à cultura -, passa a ser apenas uma agência dos grandes grupos econômicos.

Lembremo-nos destas duas datas: a do golpe contra uma mulher honesta que anda de cabeça erguida, mas temos esperança, e a homenagem a um dos maiores times do Brasil.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 3/151

---

73.2021.B	Sessão Outro Evento	01/09/2021-14:16
Publ.: DCD - 9/2/2021 -	PROFESSOR ISRAEL BATISTA-PV -DF	
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

---



## *Sumário*

Razões do posicionamento do orador, contrário à aprovação do parecer oferecido pelo Deputado Arthur Oliveira Maia à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA** (PV - DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje estamos debatendo o relatório apresentado pelo Deputado Arthur Oliveira Maia à PEC 32.

Esse relatório nos traz sérias preocupações. Primeiro, nós lutamos para que a estabilidade no serviço público fosse mantida para todos os servidores, tanto os antigos quanto os que vierem a se tornar servidores. E aparentemente nós tínhamos conseguido isso no texto, só que não.

Pelo texto do Relator, em tese, todos os servidores continuam a ter estabilidade, e não apenas os delegados, diplomatas e juízes. Porém, o Relator está autorizando a União, os Estados e os Municípios a contratarem servidores temporários de forma praticamente ilimitada. Não há limites de percentuais e também não há restrição de nenhuma atividade, salvo aquelas que S.Exa. considera exclusiva de Estado. Na prática, a maioria dos servidores, especialmente os da educação e da saúde, vão se tornar temporários e sem estabilidade. Deputado Reginaldo Lopes, os próprios Estados e Municípios vão poder definir por lei própria quais as atividades vão ser objeto de contratação temporária.

Portanto, essa me parece uma vitória de Pirro, porque nós lutamos pela estabilidade e o Relator a concedeu para todos. Mas agora S.Exa. está facilitando a contratação temporária sem concurso público e autorizando Estados e Municípios a definirem se professores, médicos e enfermeiros vão poder ser contratados temporariamente.

Outro problema é que o concurso não acabou, mas ele vai se tornar uma raridade. Isso é muito sério. O concurso é a regra para admissão no serviço público. Se o texto do Relator for aprovado do jeito que está, o concurso se tornará uma exceção. Além disso, nós vamos ter uma terceirização irrestrita e imediata dos serviços públicos por meio dos instrumentos de cooperação. E isso está nos preocupando demais. União, Estados e Municípios poderão legislar livremente sobre a terceirização dos serviços públicos até que sobrevenha uma lei federal com normas gerais, provocando um verdadeiro caos jurídico. A entrega dos serviços públicos básicos a inúmeros e diversos entes privados autônomos, com gestão própria e desvinculada, vai fragmentar o SUS e o ensino público brasileiro.

Portanto, quero atenção para a PEC 32.

Presidente, peço a V.Exa. a divulgação deste discurso nos meios de comunicação da Casa.

---

Documento 4/151

---

74.2021.B	Sessão Outro Evento	02/09/2021-11:00
Publ.: DCD - 9/3/2021 -	PADRE JOÃO-PT -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Congratulações ao Senado Federal pela rejeição da Medida Provisória nº 1.045, de 2021, sobre o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; as medidas complementares de enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, no âmbito das relações de trabalho; a instituição do Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego - PRIORE; o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva - REQUIP; o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário; e a alteração de diplomas legais. Prática dos crimes de genocídio e corrupção pelo Presidente Jair Bolsonaro.

---

**O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado.**

O mês de setembro iniciou muito bem para as trabalhadoras e os trabalhadores pela derrota do Bolsonaro, o corrupto e genocida que entregou o País para o capital financeiro.

O desmonte das leis trabalhistas na MP 1.045 foi revisto pelo Senado. A maioria na Câmara tem sido cúmplice do genocídio e também de um governo que está desmontando o Estado brasileiro por dentro, que é o objetivo da PEC 32. Então temos que reconhecer que o Senado, que sempre teve um papel até mais conservador, está consertando os erros que esta Casa vem cometendo. São agressões, violências, seja com o meio ambiente, seja com os trabalhadores, seja com o Sistema Único de Saúde, seja com a educação, seja com o SUAS.

É lamentável a postura de muitos Deputados que às vezes - foi comprovado - despejam muito dinheiro nos Municípios, mas retiram direito das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Quero aqui reconhecer o papel importante que o Senado vem tendo para o País, ao sepultar, ao arquivar a Medida Provisória nº 1.045 e

também pelos serviços relevantes que vem desenvolvendo na CPI, mostrando que este Governo além de genocida é corrupto.

Presidente, solicito a V.Exa. a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos veículos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

---

Documento 5/151

---

74.2021.B	Sessão Outro Evento	02/09/2021-11:28
Publ.: DCD - 9/3/2021 -	MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Realização, pelo movimento Grito dos Excluídos, de manifestações no País ao ensejo do transcurso do Dia da Independência do Brasil. Necessidade de reação da Câmara dos Deputados contra a escalada de ataques às liberdades democráticas. Defesa de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República. Posicionamento contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.)** - Presidente Rosângela Gomes, é um prazer imenso me dirigir a V.Exa., à Câmara dos Deputados e ao Brasil.

Às vésperas do Sete de Setembro, nós devemos falar da Constituição, defendê-la, defender a democracia e registrar que, há 27 anos, acontece no Brasil o Grito dos Excluídos e das excluídas.

Neste ano, o motivo do Grito dos Excluídos é defender a vida, é denunciar que chegamos, no Brasil, a quase 600 mil pessoas - talvez com subnotificação - mortas pela COVID porque atrasamos, no País, a vacina, por conta de um Governo negacionista e que fez negociatas com as vacinas, como a CPI da COVID está demonstrando.

Mas a Câmara, sobretudo a Câmara dos Deputados e das Deputadas, não pode se calar diante da escalada de ataques às liberdades democráticas. Aqueles que convocam um ato ameaçando o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal estão agindo contra a Constituição e contra o povo brasileiro.

Quem participará do Grito dos Excluídos deverá ter a clareza de não aceitar qualquer provocação e de que nós estamos na rua pelos

direitos de um povo: do povo negro, do povo indígena, das classes médias, sim, sofridas, do povo mais pobre deste País, daqueles que hoje não têm o direito à educação garantido, daqueles que querem um sistema de saúde cada vez mais fortalecido no SUS, daqueles que querem emprego e não desemprego e abandono, daqueles que querem comida no prato, vacina no braço e direito ao desenvolvimento.

Não é isso o que quer Jair Bolsonaro. Jair Bolsonaro tem agido no Brasil como um irresponsável diante das tarefas que tem. E a Câmara dos Deputados tem uma tarefa, porque ela não pode ser irresponsável como é o Presidente da República, que ataca os Poderes, que ataca o Brasil. A Câmara deve apreciar o *impeachment*.

No passado não tão distante, a Câmara acabou por produzir um *impeachment* irregular, como golpe, contra a Presidenta Dilma, mas não é porque ali o *impeachment* foi inadequado, irregular e criminoso, que agora, quando há crime de responsabilidade, a Câmara não cumpre o seu papel.

Não estaríamos vivendo a ameaça golpista do Sete de Setembro se estivesse a Câmara dos Deputados com procedimento aberto de *impeachment* contra o atual Presidente da República, que não respeita a Constituição.

Sra. Presidente, por último, quero defender os serviços públicos de qualidade, me posicionar contra a PEC 32 e derrotar também, no âmbito do Parlamento, como fizemos em outras matérias, um Governo que quer destruir tudo por onde passa, porque destruir os serviços públicos é destruir o direito que a população tem assegurado constitucionalmente a que esses serviços lhes sejam prestados.

Portanto, deixo minha solidariedade ao Brasil, minha defesa da soberania, sobretudo da democracia e da Constituição, que é a referência principal que nós devemos ter como Parlamentares.

Peço que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada, Sra. Presidenta.

---

Documento 6/151

---

101.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -09/09/2021- CD	17:12
Publ.: DCD - 9/10/2021 -	FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### **Sumário**

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 40, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021, sobre a instituição do novo Código Eleitoral. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

---

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA** (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSOL libera a bancada. O PSOL conta com opiniões de Parlamentares e do conjunto da bancada que defendem, sempre, os trabalhadores. É óbvio que há uma preocupação com o uso de carreiras típicas do Estado e com a militarização da política, sem deixar de reconhecer que policiais, juízes e defensores também são trabalhadores. Portanto, independentemente do mérito, a nossa bancada está liberada. Há duas posições acerca da matéria.

Nós queremos reafirmar o nosso compromisso com os direitos dos trabalhadores, contra a PEC 32, que massacra policiais, defensores públicos, os órgãos do Estado brasileiro. Queremos reafirmar nosso compromisso com a defesa do círculo completo de segurança e com o debate de uma lógica de permitir a sindicalização e a luta política e sindical de várias categorias.

O PSOL libera a sua bancada.

---

Documento 7/151

---

101.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -09/09/2021- CD 17:12	
Publ.: DCD - 9/10/2021 -	ORLANDO SILVA-PCDOB -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### **Sumário**

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 40, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021, sobre a instituição do novo Código Eleitoral. Posicionamento contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

---

**O SR. ORLANDO SILVA** (PCdoB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a bancada do PCdoB tem um profundo compromisso com as carreiras de Estado. É por isso que nós

combateamos a PEC 32, que visa a desestruturar o Estado brasileiro, inclusive imputando aos servidores públicos, que são a garantia de excelência do serviço público, responsabilidades que não lhes cabem. É por conta da defesa das carreiras de Estado que a nossa bancada considera necessário preservar as atividades desses homens e mulheres, que, em funções típicas, de grande responsabilidade, oferecem um serviço extraordinário ao nosso País.

É com essa perspectiva que o PCdoB, defendendo as carreiras de Estado, encaminha "sim" ao texto e "não" ao destaque apresentado.

---

Documento 8/151

---

103.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/09/2021 - CD	20:36
Publ.: DCD - 9/15/2021 -	GIOVANI CHERINI-PL -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Participação do orador nas manifestações democráticas realizadas ao ensejo do Dia da Independência do Brasil. Divulgação pelo Presidente da República de nota de pacificação do País. Realização da feira de agronegócio - Expointer, no Município de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul. Presença, no evento, do Presidente Jair Bolsonaro e da Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina. Geração de novos empregos em municipalidades sul-rio-grandenses. Retomada do processo de desenvolvimento econômico do País. Realização das reformas administrativa e tributária.

---

**O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.)** - Saúdo o nosso Presidente da Mesa, Deputado Coronel Tadeu, e os nossos colegas Deputados e Deputadas.

Eu resolvi falar um pouco hoje sobre o que vi e o que ouvi desde o dia 7 de setembro.

No Sete de Setembro, as ruas deste País ficaram lindas. O verde-amarelo realmente embelezou as ruas, as praças, embelezou as cidades, embelezou as grandes cidades, embelezou o nosso Brasil. O espírito de cidadania, o espírito de Pátria tomou conta do nosso Brasil. A população resolveu pensar e agir pelo futuro dos seus filhos e pelo futuro dos seus netos. Saíram às ruas. E o que aconteceu? Logo após, o Presidente da República, numa ação de um estadista, resolveu apaziguar o País, fazer um acordo. Nós queremos trabalhar e deixar as pessoas trabalhar. A grande tese é trabalhar, trabalhar e trabalhar. E

outra tese é não roubar e não deixar roubar.

Aproveito ainda a oportunidade para dizer que hoje também queremos testemunhar a alegria de realização da nossa EXPOINTER, a primeira feira presencial do Brasil. Quero parabenizar o Governo do Estado, que teve coragem de fazer e fez a feira presencial, a nossa EXPOINTER, e parabenizar em especial a Secretária da Agricultura, Silvana Covatti, mãe do nosso colega Deputado Covattinho.

Quero parabenizar o Governo do Estado por ter levado esperança, por meio daquela feira, para o nosso agronegócio, para a empresa de máquinas e para os negócios não só do Rio Grande do Sul, mas também de todo o Brasil e de todo o mundo, porque é uma feira internacional.

Durante a semana, estive andando pela feira e conversando com as pessoas. Vi que há um ânimo muito grande na construção da narrativa verdadeira, de que só o trabalho dignifica o ser humano, só o trabalho é capaz de recompensar as vidas humanas. E a EXPOINTER nos trouxe esperança.

Também tive o privilégio de acompanhar a Ministra Tereza Cristina, uma pequena grande mulher, uma grande Ministra. Ela conhece o setor e sabe tocar o Ministério da Agricultura, como nunca ninguém nessa área tocou, com tamanha competência, com tamanha dedicação.

Agradeço à Ministra Tereza Cristina a presença na nossa EXPOINTER, no Rio Grande do Sul, a primeira feira presencial após tantos meses que o nosso Estado e o nosso País estiveram parados. Parabéns, Ministra!

Também tive o privilégio de acompanhar o Presidente Jair Bolsonaro e ver o seu trabalho e dedicação perante todo o público presente. Lá havia pequenos agricultores, agricultores maiores, pecuaristas, criadores de cavalos, empresários do agronegócio. Estavam lá o povo, o trabalhador, centenas de pessoas.

Quando souberam que o Presidente Jair Bolsonaro estava na EXPOINTER, correram à feira para bater uma foto, para fazer uma *selfie* com o Presidente da República. Eu não vi nenhuma crítica. Aliás, o mundo em que vivemos na Câmara é completamente diferente do mundo dos negócios, daqueles que trabalham.

Quem trabalha quer um Governo que pelo menos não atrapalhe. E foi isto o que o Presidente disse na FARSUL, perante o Presidente daquela Federação, Gedeão, e o Presidente da FETAG, Joel: "O Governo tem a primeira missão: não atrapalhar".

Nesse período, não tivemos invasões de terras. Nesse período, não tivemos a presença de profissionais que querem muitas vezes pegar as coisas dos outros na mão grande.

A feira mostrou, também como foi o Sete de Setembro - e isso tem tudo a ver -, que as pesquisas não estão falando a verdade, que a realidade no País é esta: estamos caminhando para uma economia que vai gerar emprego e renda. E isso não interessa aos opositores, porque, se a economia der certo, é óbvio que no ano que vem as eleições serão muito difíceis para os adversários do Presidente Bolsonaro.

O Rio Grande do Sul está caminhando para o pleno emprego. Hoje o Município de Veranópolis está recebendo uma empresa de calçados que vai contratar 900 funcionários. Nós temos lá no meu Município, na minha Soledade, a Vibra, que está colocando ali aviários, gerando emprego e renda. Visitei Caxias do Sul, poucos dias atrás, e vi que na cidade está havendo geração de emprego na Randon, na Marcopolo. O agronegócio deu certo. Agora vem o turismo, que vai também ocupar, e está ocupando, muito espaço.

Apesar dos malfeitores, apesar dos vendilhões do templo, nós precisamos que o Brasil dê certo. Sempre pensei assim, em todos os governos de que participei. Desde o meu primeiro mandato de Deputado Estadual, eu sempre quis que o meu Rio Grande desse certo, eu sempre quis que o meu País desse certo. Por isso, eu não sou um Deputado de oposição, de ficar colocando chifre em cabeça de cavalo. Nós precisamos ajudar o País. Nós precisamos desenvolver o País. Se o gás está caro é porque houve aqueles que mandaram fechar tudo. Agora veio a conta. Nós precisamos resolver também o problema do gás e da gasolina, mas só vamos resolver isso com a retomada da economia, o que já está acontecendo.

Até o final do ano, todo mundo vai dizer que o Ministro Paulo Guedes é um Ministro competente na economia brasileira, porque conhece o setor e está fazendo mudanças e reformas de que o Brasil precisa. Precisamos da reforma administrativa, precisamos da reforma tributária. Com a reforma administrativa, vamos economizar; com a reforma tributária, vamos deixar os empresários trabalharem. Se o Governo não atrapalhar, já faz muita coisa. Por isso, vamos diminuir aqueles que fazem a burocracia, vamos diminuir aqueles que exigem tantas licenças e que, na verdade, vivem do trabalho dos outros.

O Brasil precisa, acima de tudo, de alguém que tenha espírito de Pátria, de brasilidade. E eu vi isso no Presidente Bolsonaro, quando foi recebido na EXPOINTER, ovacionado, com todos gritando todo o tempo, junto com o Ministro Onyx Lorenzoni e os demais Ministros do Governo: "*Mito! Mito! Mito!*" E isso incomoda, logicamente, aqueles que não admitem ter perdido a eleição.

Viva o Brasil! Brasil acima de tudo! É Nisso que nós temos que pensar...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 9/151

---

103.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 14/09/2021-21:00
Publ.: DCD 9/15/2021 -	- PATRUS ANANIAS-PT -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa, bem como do substitutivo oferecido à matéria. Inconstitucionalidade e retrocesso da proposição.

---

### **DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS.**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2021, que trata da reforma administrativa, não é uma proposta isolada. Ela se insere em um conjunto de ações que antecedem o Governo Bolsonaro. O golpe que afastou a Presidenta Dilma foi dado com intenções muito claras. Por trás estavam interesses financeiros. Veio a Emenda Constitucional nº 95, dando início às desconstituições das políticas públicas. Seguiram-se a reforma trabalhista, a desconstrução do direito do trabalho e, com Bolsonaro, as ameaças crescentes e constantes ao Estado Democrático de Direito e aos direitos fundamentais.

A proposta de reforma administrativa, e mesmo seu substitutivo, é um retrocesso.

Precisamos, sim, de uma reforma administrativa, mas que caminhe para mais investimentos na saúde e na educação, na valorização dos

profissionais do SUS e de todos aqueles que trabalham na educação, segmentos esses que representam 40% dos servidores públicos.

No momento de pandemia, desemprego e fome, temos que ampliar o atendimento aos cidadãos, universalizar as políticas de saúde, educação e assistência social, e o que vemos é exatamente o contrário.

Uma questão central no debate é a estabilidade do servidor público. Essa condição não é uma segurança apenas para o próprio servidor, é uma segurança para a sociedade e para os recursos públicos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a PEC 32 tem que ser rechaçada de forma integral e desde sua concepção, que é inconstitucional e abre as portas para o apadrinhamento político, para a privatização dos serviços públicos, para a corrupção e para a destruição do Estado Democrático de Direito.

A proposta, como é a prática desse Governo, não foi discutida com a sociedade, e sobra pouco espaço para o diálogo mesmo no Parlamento. De forma atropelada, e de cima para baixo, o que se faz é impor ao povo brasileiro, beneficiário primeiro dos serviços públicos, mais um retrocesso nos direitos fundamentais.

Solicito a divulgação desta minha manifestação nos veículos de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado!

---

Documento 10/151

---

77.2021.B	Sessão Outro Evento	15/09/2021-14:00
Publ.: DCD - 9/16/2021 -	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA	DOSBREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

---

### ***Sumário***

Razões do posicionamento da oradora contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Incongruências do parecer oferecido à proposição.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estamos aqui em

Brasília enfrentando o debate da reforma administrativa, a PEC 32, que não serve à Nação brasileira, não serve ao Estado brasileiro, é persecutória para com os servidores e, infelizmente, retira direitos dos antigos e dos atuais servidores.

Há uma narrativa de que não perdem direitos os atuais servidores, mas eles são atingidos quando se faz a afirmação da manutenção da estabilidade no emprego. A verdade é que, quando se estimula e se define uma avaliação dividida em seis vezes, em que o próprio servidor de carreira típica de Estado poderá perder a sua colocação adquirida por concurso caso esteja abaixo da avaliação, sem os critérios da avaliação serem percorridos, conhecidos, isso é atingir os atuais servidores.

Infelizmente, também está previsto no relatório 10 anos de prazo para contratações temporárias, inclusive contratações temporárias para professores, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, contratações temporárias para o SUS, nos melhores anos da vida de um trabalhador. Ao fim dos 10 anos, nós veremos o filme a que já assistimos: a luta para incorporação desses servidores ao Estado brasileiro, quer seja na União, quer seja nos Estados, quer seja nos Municípios, quer seja no Distrito Federal.

Portanto, o relatório tem uma série de incongruências, como, por exemplo, a obsolescência. Se uma tarefa deixar de existir, o servidor que não é típico de Estado, o atípico, perderá o emprego.

E, se for típico de Estado, ele ficará recebendo sem trabalhar, em vez de haver a tese do reposicionamento, com um retreinamento, para que aquele servidor possa servir em outra função.

Srs. Deputados, a PEC 32 abala o Estado nacional. Ela restringe e desestimula a expectativa do concurso público, ela persegue os servidores com uma visão punitiva, e a sua alma fiscalista e privatista está explícita no art. 37-A, em que efetivamente se liga a estrutura pública a toda e qualquer ordem de iniciativa privada, ou seja, organizações sociais, entidades do setor privado poderão cumprir tarefas que são claramente típicas de Estado. Por isso, essa PEC não pode passar.

Senhores trabalhadores da segurança pública, que foram traídos pelo Governo Federal, peçam o voto contra. Srs. Deputados, os professores esperam seu voto contra a PEC 32, assim como os trabalhadores da saúde. Os serviços públicos, que servem a quem mais precisa, exigem uma verdadeira reforma, e não essa.

Obrigada, Presidente.

---

77.2021.B	Sessão Outro Evento	15/09/2021-14:08
Publ.: DCD - 9/16/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Anúncio da realização de manifestações no País a favor do impeachment do Presidente Jair Bolsonaro, no dia 2 de outubro de 2021.

---

**A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) -**  
Boa tarde, Sr. Presidente.

Neste momento, eu gostaria de cumprimentar V.Exa. pela presidência dos trabalhos.

Quero dizer que a PEC 32 é mais uma mentira do Governo Bolsonaro. Por quê? Porque, para aprovar o fim da aposentadoria integral e o fim dos direitos trabalhistas, ele fez a mesma coisa. A PEC não vai acabar com os marajás - nós já sabemos. Nós já vimos um caçador de marajás que caçou a poupança do povo brasileiro.

Essa PEC não vai ajudar a resolver o problema de caixa do Brasil. Quem ganha esses supersalários? Quem ganha o chamado supersalário, considerado marajá, está fora dessa reforma administrativa. Quem é que está dentro, meu Deus? Lembro que 60% dos servidores ganham até 3 salários mínimos. Se 60% ganham até 3 salários mínimos, Sr. Presidente, não é justo, não é correto que, neste momento, nós tenhamos, verdadeiramente, com essa PEC, os professores, os profissionais da saúde, os nossos servidores altamente prejudicados, com o fim dos concursos, com a diminuição da qualidade dos serviços públicos.

E, pior, cada governante vai poder mudar a seu bel-prazer, trocando pelos seus cabos eleitorais aquela pessoa que foi concursada, aquela pessoa que se qualificou para estar naquele lugar. Sem estabilidade, o servidor não tem sequer segurança para fiscalizar uma ação incorreta de Governo. Como ele vai denunciar o Governo que pode mandá-lo embora na hora que quiser? A corrupção vai se alastrar, e a precarização de serviços também.

Eu digo que a elite brasileira quer que o Brasil dê um salto mortal, que

desmante completamente o Estado, um Estado que vai e precisa auxiliar os menos favorecidos, aqueles que realmente precisam do Estado.

Há exclusão social, e este Governo não pode ficar. Temos que parar este Governo.

Dia 2, todo mundo na rua! Fora, Bolsonaro!

Sr. Presidente...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 12/151

---

77.2021.B	Sessão Outro Evento	15/09/2021-14:24
Publ.: DCD - 9/16/2021 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apelo ao Presidente da República de sanção do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Apoio à luta dos servidores públicos contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Apelo ao Presidente da República de providências para agilização do atendimento aos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

---

**O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)**  
- Sr. Presidente, telespectadores da *TV Câmara* e colegas Parlamentares, eu registro que não entendemos ainda por que o Presidente da República está demorando tanto para sancionar o projeto conhecido como Lei Assis Carvalho II. Esse projeto é de extrema importância para socorrer os trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar e precisa de ser sancionado com urgência.

Esse público, Sr. Presidente, está sofrendo muito durante esta pandemia e precisa dessa ajuda, desse socorro. Os agricultores e agricultoras familiares esperam que a Lei Assis Carvalho II seja sancionada, sem veto. O Presidente precisa ter respeito com esse

público e não vetar esse projeto, como fez com a Lei Assis Carvalho I. Chega, Sr. Presidente, de tanta maldade com o povo do campo que tanto sofre!

Eu quero registrar também que estou ao lado dos servidores públicos na luta contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020. A PEC 32 acaba com o serviço público no Brasil e é uma reforma administrativa que traz a destruição do setor público, para dar vez ao apadrinhamento político. Portanto, dessa forma, reafirmo que estou ao lado dos servidores e servidoras públicas nessa luta.

Sr. Presidente, faço um apelo à Presidência da República para que socorra as pessoas que estão na fila do INSS. São 1 milhão e 800 mil pessoas esperando atendimento para conseguir um benefício. Entre essas pessoas estão idosos sem nenhuma fonte de renda e pessoas com deficiência, que estão passando fome. Isso é um crime para com os mais fracos e mais pobres da nossa sociedade.

Peço, Sr. Presidente, que essas três manifestações sejam divulgadas no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

---

Documento 13/151

---

77.2021.B	Sessão Outro Evento	15/09/2021-14:28
Publ.: DCD - 9/16/2021 - JOÃO DANIEL-PT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Desrespeito do Presidente da República à democracia, ao povo brasileiro e às instituições democráticas. Defesa de investigação do possível financiamento público das manifestações antidemocráticas realizadas a favor do Presidente Jair Bolsonaro, por ocasião do transcurso do Dia da Independência do Brasil. Protesto contra a utilização da Bandeira Nacional como símbolo do bolsonarismo. Defesa de rejeição pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

---

**O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE.** Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna pedir que este pronunciamento seja dado como lido e divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa.

O Governo Bolsonaro não tem nenhum respeito à democracia, não tem nenhum respeito ao povo brasileiro e não tem nenhum respeito às instituições democráticas. A Oposição e os setores democráticos deste País não podem dar trégua a um Governo golpista, a um Governo *fake news*. É preciso que as investigações sejam feitas. É preciso que haja a apuração dos fatos e a punição dos responsáveis por tudo que ocorreu e vem ocorrendo no Brasil, incluindo o financiamento às manifestações antidemocráticas do Sete de Setembro, com pagamento de pessoas para virem aos atos, conforme vídeos gravados.

Para isso tudo é preciso que haja apuração, porque não se pode usar a Bandeira do Brasil, os símbolos da Pátria para dar golpe e deixar a nossa população na miséria e na fome. Hoje é essa a situação do povo brasileiro, e a tendência é piorar, porque não há nenhum projeto de melhoria por parte de Paulo Guedes e de Bolsonaro.

Sr. Presidente, eu queria ainda registrar que nós fazemos, como membro da Comissão Especial da PEC 32/20, a defesa dos serviços públicos, dos servidores e do povo brasileiro. É preciso que o povo brasileiro cobre os Parlamentares para que impeçam a aprovação da PEC 32. Essa PEC é para tirar o acesso do povo brasileiro à saúde pública, para não dar condições de funcionamento aos postos de saúde, às unidades básicas de saúde, para não haver mais os hospitais públicos que prestam atendimento emergencial a toda a população. É para transformar a saúde, a educação e outros serviços em negócio para a elite brasileira e as empresas.

O povo brasileiro não pode deixar de cobrar de todos os Parlamentares o voto contrário à PEC 32/20, para que este Plenário a derrube e imponhamos mais uma derrota ao Governo Bolsonaro.

Sr. Presidente, reitero o pedido para que este discurso em que trato desses dois temas seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa.

---

Documento 14/151

---

77.2021.B	Sessão Outro Evento	15/09/2021-14:40
Publ.: DCD - 9/16/2021 -	PADRE JOÃO-PT -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apelo aos Parlamentares de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Desestruturação do serviço



público brasileiro.

---

**O SR. PADRE JOÃO** (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu venho tratar mais uma vez da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, e fazer um apelo aos colegas para que se atentem ao desmonte do Estado brasileiro, que é praticamente consolidado com esta matéria. É verdade que se iniciou com o golpe, depois com a PEC 241/16, que se transformou na Emenda Constitucional nº 95, mas o desmonte continua, com a falta de orçamento, com a extinção de Ministérios, com a não realização de concursos públicos, tudo isso para criar um sentimento popular de que o Estado não funciona.

É um ato criminoso e cruel, é uma estratégia. E agora vem, com a PEC 32/20, possibilitar a substituição dos servidores públicos por empresas, possibilitar a exoneração de servidor, mesmo sendo concursado, porque o cargo dele pode se tornar desnecessário ou obsoleto.

Então se está retirando direitos, sim! Está-se retirando direito de pessoas concursadas. Não dá para entender por que muitos servidores em âmbito municipal e estadual ainda estão quietos. Nós temos que nos rebelar, ir às ruas e cobrar do Vereador, que é a liderança local que vem bancando campanha para Deputado Federal, que o Deputado Federal antecipe qual que é a intenção de voto dele em relação à PEC 32/20.

Essa PEC ataca também os usuários. Alguns serviços já estão precários. Na parte de fiscalização, na questão ambiental, no INCRA, são muitos os serviços que estão precários. Quantos serviços foram precarizados porque não havia orçamento, porque não houve renovação de servidores por concurso? E agora se possibilita fazer a substituição com empresas, mas se preserva a função típica do Estado. Estão criando condições para daqui um tempo só haver a função típica do Estado, porque os outros vão ser substituídos e entregues para o capital financeiro, como já vêm entregando a ELETROBRAS, os Correios, como foi com a própria reforma trabalhista, a reforma da Previdência. É uma coisa criminosa.

Então, ainda é tempo de os Deputados, mesmo os da base do Governo e do Centrão, repensarem. Esses votos têm ser divulgados, porque os votos favoráveis a essa PEC atacam e destroem direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Peço que seja dada divulgação deste pronunciamento, Sr. Presidente, no programa *A Voz do Brasil*.

---

77.2021.B	Sessão Outro Evento	15/09/2021-14:44
Publ.: DCD - 9/16/2021 - PAULÃO-PT -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Repúdio ao Projeto de Lei nº 1.595, de 2019, de autoria do Deputado Vitor Hugo, sobre as ações contraterroristas e a alteração das Leis de nºs 10.257, de 2001, e 9.807, de 1999. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

---

**O SR. PAULÃO** (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo e cumprimentar os pares.

Sr. Presidente, quero falar sobre o Projeto de Lei nº 1.595, de 2019. Esse PL, na realidade, foi resgatado; originalmente é um projeto do Deputado Jair Bolsonaro, hoje Presidente da República. O ex-Líder do Governo, o Deputado Vitor Hugo, de novo o coloca em pauta. Sob o manto da luta contra o terrorismo, na realidade Bolsonaro quer fazer sua polícia secreta. A polícia secreta do Bolsonaro... *(Falha na transmissão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Deputado Paulão, eu vou lhe conceder mais um minuto, já que o sistema caiu, para garantir a sua palavra.

**O SR. PAULÃO** (PT - AL) - Eu agradeço-lhe, Sr. Presidente.

Foi recriado esse projeto, que tem como escopo a luta contra o terrorismo. Qual é a tradição de terrorismo no Brasil? Na realidade, as entidades de classe das polícias militares, das polícias civis, da Polícia Federal compreendem que será uma nova polícia secreta do Bolsonaro, para atingir a sociedade civil organizada. O que está em jogo é o Estado Democrático de Direito. Então, eu reflito com os meus colegas que esse projeto está tramitando em uma Comissão Especial, mas vai chegar depois ao Plenário, e precisamos ter a altivez, na defesa da nossa Constituição - a exemplo da altivez em relação a outros projetos que colidem com o Estado Democrático de Direito -, de colocá-lo no lugar correto: no lixo da história. É onde esse Projeto de Lei nº 1.595, de 2019, merece estar.

E o outro assunto foi destacado por companheiros que me antecederam: a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, a PEC da reforma administrativa. O único intento que o

Presidente Bolsonaro tem junto com o Ministro da Economia é colocar os servidores públicos como inimigos, fazendo o esvaziamento do papel do Estado no Brasil, o esvaziamento das políticas públicas, terceirizando o serviço público, para fazer a manobra que ele já realiza hoje. Só no campo militar, ele tem mais de 6 mil militares à sua disposição, contingente maior que o do período da ditadura militar.

Agora, o que é grave? É grave a cumplicidade do Presidente da Câmara, o Deputado Arthur Lira. Ele está sendo avalista desse projeto da PEC 32/20, e é fundamental que os movimentos sociais se organizem e se mobilizem, fazendo uma disputa nas redes sociais, mas também nas ruas, colocando que esta reforma da PEC 32/20 vai atingir o povo brasileiro e, principalmente, a população que mais precisa do Estado. Esse projeto é criminoso e - repito - tem o aval do Presidente da República, do Ministro da Economia e do Presidente da Câmara, o Deputado Arthur Lira, que está sendo cúmplice nesse processo.

Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a divulgação do meu discurso nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

---

Documento 16/151

---

77.2021.B	Sessão Outro Evento	15/09/2021-14:56
Publ.: DCD - 9/16/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Agravamento das desigualdades sociais brasileiras no Governo Jair Bolsonaro.

---

**O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Deputado Eduardo Bismarck, todos que nos acompanham pela *TV Câmara*, quero manifestar aqui a minha preocupação com mais um projeto do Governo Federal, liderado pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes: a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, a PEC da reforma administrativa.

A PEC 32/20 faz parte do projeto autoritário do Governo Federal, liderado pelo Presidente Bolsonaro, que sistematicamente apresenta medidas para retirar direitos da população brasileira. Agora quer

destruir o serviço público no País.

Pergunto: é reforma ou é desmonte o que o Governo propõe? Repito: é reforma ou é desmonte?

O Governo quer claramente atacar os servidores públicos e, o pior, com o álibi, Deputado Reginaldo Lopes, de que vai combater privilégios. Não há combate a privilégios. Há ataque aos servidores públicos, especialmente aqueles servidores que estão nas áreas mais essenciais para atender a nossa população: educação, saúde, assistência social, segurança pública. Na verdade, o que se quer é privatizar o serviço público no Brasil.

O art. 37-A é um escândalo! É um escândalo! Esse artigo é uma forma de transferir recurso público para a iniciativa privada. Quem tem que cuidar das pessoas é o poder público, é o Estado. A missão do Estado é cuidar das pessoas.

Olhem o que nós estamos vivendo agora na pandemia. Imaginemos se nós não tivéssemos o SUS para atender os milhões de brasileiros que precisaram de atendimento na pandemia, mas que também precisam de atendimento todos os dias!

O povo brasileiro está passando fome, sem emprego, sem vacina. Como vai bancar a sua saúde privada, a escola particular?

Nós precisamos fortalecer as políticas públicas.

Sr. Presidente, peço mais 30 segundos para concluir.

O Brasil é um país com muita desigualdade social. E, com este Governo, as desigualdades estão aumentando. Vi o Deputado que me antecedeu dizer que agora se compra mais com um salário mínimo. É impressionante a cara de pau dos apoiadores do Governo, que querem distorcer os números, distorcer os fatos, inventar mentiras para tentar iludir o povo brasileiro!

Portanto, fiquemos atentos, porque essas medidas vão trazer prejuízos à população brasileira.

Estão tentando enganar vocês! Querem enganar o povo brasileiro dizendo que vão moralizar e modernizar o serviço público com a reforma administrativa. Na verdade, vão destruir os serviços que atendem a população mais pobre.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

---

77.2021.B	Sessão Outro Evento	15/09/2021-15:04
Publ.: DCD - 9/16/2021 - REGINALDO LOPES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Abandono da política nacional de valorização do salário mínimo. Adoção pelo Estado brasileiro de programa de indução às políticas públicas.

---

**O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.)** - Presidente, quero também manifestar minha posição firme contra a reforma administrativa pelo simples fato de que ela não procura melhorar a eficiência do serviço público. O relatório apresentado busca uma precarização do serviço público, atacando direitos dos trabalhadores públicos do andar de baixo, setores extremamente importantes para a vida da nossa gente, para a vida do nosso povo.

No momento em que precisamos reconstruir e transformar o Brasil, é fundamental que o Estado esteja no centro dessa retomada, que o Estado tenha capacidade de ofertar políticas públicas de qualidade. Para isso, é necessário estabilidade na carreira dos servidores públicos, e não incertezas. É preciso garantir a esses prestadores de serviços, ao cidadão brasileiro uma carreira. Na ampla maioria, na área da saúde, eles ganham um pouco mais do que o salário mínimo. Na área da educação, os Estados e os Municípios não lhes garantem sequer o piso salarial, que é de 3 mil reais.

Portanto, nós não podemos admitir isso. E esta Casa e o Senado não podem - não podem em hipótese alguma - permitir esse ataque, mais uma vez, ao Estado Democrático de Direito.

O Estado deve fomentar a retomada do crescimento econômico, mas cria mais obstáculos ao propor até redução de salário dos servidores públicos. É bom lembrar que no Brasil, hoje, o povo brasileiro, os trabalhadores que ganham até dois salários mínimos já perderam muito a capacidade de compra. Isso porque, há mais de 6 anos, a política de valorização do salário mínimo foi interrompida por esta Casa, no Governo golpista do Temer e no Governo incompetente do Bolsonaro.

Então, Presidente, para concluir, eu quero aqui dizer que nós precisamos criar um programa de país. E esse programa precisa

combinar um conjunto de ações, em que o Estado terá o papel principal de fomentador. O Estado vai pensar as políticas públicas e induzir. No primeiro momento, quando você tem uma economia estagnada, destravar a estagnação é o papel central do Estado, seja nas políticas públicas, seja no conjunto de investimentos de obras públicas.

Presidente, peço que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* este pronunciamento.

Obrigado.

---

Documento 18/151

---

77.2021.B	Sessão Outro Evento	15/09/2021-15:12
Publ.: DCD - 9/16/2021 - AIRTON FALEIRO-PT -PA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

---

**O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu quero, neste momento, falar sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020.

Para começo de conversa, traz uma palavra bonita "reforma", parece que é uma boa coisa. Não se trata de reforma, e sim de desmonte do serviço público. Talvez, o cidadão ou a cidadã que não está acompanhando fique imaginando que estamos tratando apenas dos salários, dos direitos, das conquistas históricas desse segmento de servidores públicos. Não! Os serviços públicos são feitos por pessoas. O que está em jogo é a qualidade dos serviços públicos.

Não pensem V.Exas., meus colegas Deputados e Deputadas, que nós estamos tratando apenas do valor do salário, dos direitos conquistados pelos servidores públicos. Não! Os serviços públicos são feitos por pessoas, e nós, ao desmontarmos a capacidade de atuação dos servidores públicos, estaremos desmontando o serviço público.

Cidadãos e cidadãs, vocês têm que se somar à pressão para que o Congresso brasileiro não faça essa besteira, não atenda a esse pedido de maldade do Governo Bolsonaro em relação aos servidores públicos. Eu quero que vocês imaginem o professor, a professora do seu filho, o

profissional de saúde que cuida de vocês, o bancário, o servidor das estatais, dos Correios, da Justiça, o pessoal que nos presta serviços. Mais do que nunca, diante dessa pandemia, precisamos de um Estado com proteção social. E não teremos um Estado melhor em proteção social se não tivermos servidores incentivados, respeitados e com autonomia de atuação.

Portanto, não a essa PEC.

Sr. Presidente, quero que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 19/151

---

77.2021.B	Sessão Outro Evento	15/09/2021-15:44
Publ.: DCD - 9/16/2021 - LEONARDO MONTEIRO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contrariedade à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Não constatação, pelo Tribunal de Contas da União - TCU, de incorreções na gestão da ex-Prefeita Elisa Costa, do Município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

---

**O SR. LEONARDO MONTEIRO** (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero trazer aqui a minha indignação, a minha insatisfação. Quero dizer que sou contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32. A PEC 32 desmonta o serviço público do nosso País e, com certeza, prejudica todos os trabalhadores e trabalhadoras, todos os servidores e servidoras públicas do nosso Estado de Minas Gerais e do País.

Portanto, somos contrários à PEC 32.

Sr. Presidente, quero aproveitar esta oportunidade para manifestar a minha solidariedade, o meu apoio e parabenizar a ex-Prefeita Elisa Costa, da nossa cidade de Governador Valadares. No último dia 16, o Tribunal de Contas da União bateu o martelo e decidiu que não há qualquer indício de participação do Município e da administração da ex-Prefeita Elisa Costa nas denúncias da Operação Mar de Lama, no nosso Município de Governador Valadares.

Parabéns, Elisa Costa! Nossa certeza está comprovada, de que você é uma pessoa honesta, digna, competente, que fez muito para a nossa cidade de Governador Valadares.

Essa decisão, no último dia 16, do Tribunal de Contas da União, desmascara a Operação Mar de Lama, prova que a nossa Prefeita Elisa Costa é uma pessoa honesta.

Parabéns, Elisa! Conte conosco, conte com nossa solidariedade.

---

Documento 20/151

---

77.2021.B	Sessão Outro Evento	15/09/2021-15:48
Publ.: DCD - 9/16/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Apelo à Casa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

---

**O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu queria trazer mais uma vez a preocupação com a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, a chamada "PEC da Reforma Administrativa", que, na prática, não é uma reforma, é uma "deforma", é a destruição do serviço público no Brasil, é altamente prejudicial para a oferta de serviços públicos básicos, como educação, saúde e segurança pública.

Chamo a atenção porque nós estamos na fase final de discussão na Comissão Especial que analisa a PEC e precisamos interromper este processo de debate. Não faz sentido a Casa discutir um assunto tão complexo e tão impactante quanto a PEC 32, ignorando a situação que o Brasil atravessa. Estamos vivendo uma situação de pleno desemprego, Deputado Júlio Delgado, uma situação em que as pessoas sofrem, pela fome, por não terem o que comer. É nessa agonia - e ainda na fila da vacina - que nós temos que parar todo o debate do País para discutir as maldades deste Governo. Não tem mais moral nenhuma o Governo do Sr. Bolsonaro. Ficou provado isso no dia 7 de setembro. Ele é um "arregão", ele não consegue honrar compromissos nem com os seus apoiadores. Ele não tem compromisso. Não tem compromisso com ninguém e com nada, a não ser com os interesses dele e dos seus familiares. Então, é preciso que coloquemos termo final nesse debate. Não podemos admiti-lo.

É verdade que o Relator recuou em alguns pontos, mas foi muito pouco. Por exemplo, ele mantém o art. 37-A. O que diz esse artigo da PEC 32? Diz que vai ser incentivada a cooperação com o setor privado. Ou seja, o serviço público vai ser ocupado pelo setor privado, que usará suas instalações. Vai ser uma promiscuidade total, vai ser mais um foco de corrupção em nosso País, se isso prosperar da forma como o Governo está propondo.

Além disso, eles querem incentivar os contratos temporários, que de temporários não têm nada, porque vão ser contratos por 6 anos, por 10 anos. Isso não é temporário nem aqui nem na China.

Portanto, Sr. Presidente, eu tenho que apelar a esta Casa para que tenhamos bom senso e possamos sepultar, enterrar de vez essa PEC 32. Os servidores estão mobilizados, protestando aqui dentro e lá fora contra isso. E nós vamos continuar lutando até derrotar, de uma vez por todas, a PEC 32, tão prejudicial ao Brasil, aos brasileiros e às brasileiras!

Muito obrigado, Presidente.

Vamos à luta e à vitória!

---

Documento 21/151

---

77.2021.B	Sessão Outro Evento	15/09/2021-15:56
Publ.: DCD - 9/16/2021 - VICENTINHO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**O SR. VICENTINHO** (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou em minha residência e estão comigo, já que não podem entrar no plenário da Câmara e ocupar as galerias, as trabalhadoras e os trabalhadores em educação, educadores, servidores públicos do Instituto Federal de São Paulo. Essas pessoas aqui vieram para participar da grande mobilização contra a introdução da PEC 32, que fere o papel do Estado como instrumento de equilíbrio na sociedade.

Além de retirar a estabilidade no emprego, prejudicando, assim, os servidores que fizeram concurso, o povo que depende de atendimento

estável e precisa disso, esses servidores podem ser trocados por cabos eleitorais nos Municípios, nas governadorias ou em outros lugares. Esse povo, efetivamente, precisa ficar atento a essa gravidade, assim como a sociedade.

Diante desse fato, estamos manifestando a nossa posição contrária a essa votação.

O nosso povo - e alguns aqui se encontram - fez caminhadas ontem em todos os cantos do Brasil para alertar a sociedade brasileira de que a luta é em defesa do Estado Democrático de Direito e, não somente disso, de um Estado pleno para o seu povo.

O que estão querendo com essa PEC é garantir o Estado mínimo para o povo e máximo para os grupos econômicos, ou seja, desfigurar o Estado brasileiro, quebrando os cinco princípios constitucionais da administração pública. Querem transformar o Brasil, conforme a Constituição de 1988, em uma grande agência econômica, representando os grupos econômicos do Brasil e do mundo. É péssima ideia, destrutiva para a dignidade humana e da nossa gente.

Por isso, nós estamos prontos para votar contra essa proposta de emenda à Constituição. Afinal, ela vem na onda de outros projetos que retiraram direitos do nosso povo.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 22/151

---

77.2021.B	Sessão Outro Evento	15/09/2021-16:36
Publ.: DCD - 9/16/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Urgente necessidade de reexame da política de preços de combustíveis, adotada pela empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS. Reflexos dos preços de combustíveis sobre as camadas menos favorecidas.

---

**A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE** (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente. Muito obrigada por este espaço.

Estamos novamente reunidos aqui hoje, nesta fase dos Breves

Comunicados, aguardando a sessão deliberativa, e a preocupação ainda é muito grande quanto à PEC 32. Profissionais de todo o Brasil estão mobilizados, profissionais estão sem dormir, estão preocupados com o futuro do País, com os atuais servidores e com aqueles que virão. Dizer que essa PEC não atinge os atuais servidores não é algo verdadeiro. Nós sabemos que ela os atinge. Atinge fortemente o Estado brasileiro e deixará marcas muito ruins para o futuro da Nação.

Sr. Presidente, abordo agora a questão dos preços dos combustíveis. Ontem estive nesta Casa o Presidente da PETROBRAS. Pudemos acompanhar as explicações que ele deu, que, infelizmente, não convencem, não ajudam em nada a população brasileira. O fato de o litro da gasolina estar custando, em média, 7 reais no Brasil - sabemos que os preços, de forma geral, na economia brasileira, ficam indexados ao preço dos combustíveis - faz com que a população mais pobre tenha cada vez maior dificuldade para encher com alimentos o carrinho no supermercado e levá-los para casa para alimentar filhos e filhas.

Ele disse que isso é assim mesmo e que agora está havendo lucro. Quero saber por que o lucro excedente da PETROBRAS não pode fazer frente à alta dos preços, deixando que a população mais pobre tenha acesso a alimentos e que aqueles que conseguiram ter carro possam ir para o trabalho dirigindo-o.

Ele fez uma comparação, disse que, em 2011, o litro de combustível estava custando 2 reais e 90 centavos e que a PETROBRAS não teve tanto lucro. Não seria melhor que ela tivesse menos lucro para que o povo pudesse ser beneficiado? Quando o litro custava 2 reais e 90 centavos, a população já gritava, dizia que o preço estava alto. Agora, com o litro da gasolina custando 7 reais, a população brasileira tem que ficar calada, ouvindo explicações que não convencem?

O preço do combustível arrasta os demais preços. Por isso, esta Casa tem que ouvir o Presidente da PETROBRAS, mas tem, acima de tudo, que ajudar a pautar essa questão. Esse preço dos combustíveis inviabiliza o País, prejudica muito mais a comunidade mais empobrecida, que precisa ter condições de continuar sobrevivendo. Portanto, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esse é um assunto da mais alta relevância. Pagar 7 reais, em média, por 1 litro de combustível é dizer que não conseguimos mais sobreviver.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

---

### *Sumário*

Tentativa de vilanização dos servidores públicos pela Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Sugestão ao Relator Arthur Oliveira Maia para aperfeiçoamento do parecer à proposição.

---

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (Bloco/PROS - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu estou participando da PEC 32 da Reforma Administrativa, um texto difícil de ser votado, principalmente por quem é Parlamentar e vai enfrentar uma eleição que já se desenha difícil no ano que vem.

Chamar um Parlamentar para enfrentar corporações num país conflitado é uma coisa extremamente difícil. É preciso, de alguma forma, cair em um pouco de ponderação e fazer uma pergunta: quem ganha com esta reforma administrativa? O Estado brasileiro não é. O Governo não é. Não haverá imediatamente nenhuma diminuição de despesa, ela vai valer para os próximos servidores.

Portanto, por que esta pressa? O que, na verdade, deseja o Ministro Paulo Guedes, que deve ser o autor dessa ideia? Deseja, não tenho dúvidas, que coloquemos sob a responsabilidade dos funcionários públicos todos os erros e desacertos de uma máquina pesada, como é a nossa máquina pública, que não funciona já há bastante tempo.

Lendo o texto do Relator - o Deputado Maia tem se esforçado muito para encontrar caminhos que façam com que o seu relatório possa ser examinado e aprovado nesta Casa -, eu vi uma oportunidade que queria dividir com os senhores.

Estão preservadas as carreiras de Estado e aquelas carreiras que não são de Estado. O tratamento é igual. E eu gostaria de sugerir a ele - e o fiz hoje pela manhã - que nós aproveitássemos também para pensar no futuro. Pensar no futuro o que é? Permitir que os entes federados possam, através de processos específicos, trazer gente nova, gente com outra cabeça, que domine as tecnologias que já estão correndo o mundo inteiro e que, aqui no Brasil, entram com certa dificuldade, por tempo determinado.

Seria um contrato seletivo, através de exame de mérito, por um prazo de 5, de 10, de 20, eu não sei de quantos anos - o prazo pode ser determinado ou não determinado. Essas pessoas não tirariam - eu vou terminar, Sr. Presidente - o lugar dos que já são funcionários hoje. Quem é funcionário hoje e quiser se submeter a esse regime

provisório, poderá fazê-lo levando as mesmas vantagens.

Nós temos de olhar para frente, Sr. Presidente. O Brasil precisa se modernizar. Nesta posição que nós estamos, esta reforma não será apenas ruim para nós Parlamentares, que vamos ter de justificar o nosso voto lá na frente, ela vai ser ruim, acima de tudo, para o próprio Estado brasileiro.

Obrigado.

---

Documento 24/151

---

77.2021.B	Sessão Outro Evento	15/09/2021-17:20
Publ.: DCD - 9/16/2021 -	BENEDITA DA SILVA-PT -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento da oradora contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez aqui venho defender os servidores públicos deste País. Nós sabemos que a PEC 32 será prejudicial para os servidores. Estamos vendo a precarização dos serviços públicos, dado o desastre que tem sido o desgoverno de Bolsonaro.

Em meio a tudo isso, está o servidor público, que estudou, fez concurso público, esforçou-se, acompanhou todas as modernidades necessárias para que estivesse realmente preparado para utilizar instrumentos técnicos e renovadores, seja no mundo da saúde e da educação, seja no esporte e no meio ambiente.

Vir a esta tribuna dizer que a PEC 32 é legal e defender a terceirização dos serviços públicos é submeter os servidores que prestaram e ainda prestam serviços de qualidade - dever do Estado social - às pessoas mais carentes. Com essa mudança, eles perdem todos os seus direitos como trabalhadores e trabalhadoras.

Essa PEC 32 vai prejudicar quem? Acabamos de ouvir sobre os policiais. Eles vão sair altamente prejudicados com essa PEC 32! Porque eles não são marajás, eles não ganham uma fortuna, mas eles serão prejudicados. Os professores e as professoras também serão prejudicados. As assistentes sociais e os assistentes sociais serão

prejudicados. Todos esses são servidores que tiveram que estudar, e estudar muito!

Agora vem outro discurso, o da meritocracia, no sentido de que a renovação significa colocar gente que possa entender esse movimento. Vejam, essas pessoas, esses servidores passam o tempo inteiro estudando, eles passam o tempo inteiro se modernizando, para que os seus serviços prestados à população brasileira, carente, cada dia mais pobre, mais miserável, desempregada, com fome, nesse desespero que se vive hoje neste Brasil, sejam feitos com muita consciência e sobretudo qualidade.

Por isso, "não" à PEC 32!

Peço que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

---

Documento 25/151

---

77.2021.B	Sessão Outro Evento	15/09/2021-17:32
Publ.: DCD - 9/16/2021 - CÉLIO MOURA-PT -TO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero falar da PEC 32. Quem não gosta de servidor público não gosta de serviço público. Todos nós - seja no hospital, seja no posto de saúde, seja no DETRAN, seja em qualquer órgão público - somos atendidos por servidores públicos. O Governo já fez várias reformas, e esta, a reforma administrativa, sem sombra de dúvida, é a mais cruel, é a que mais vai atingir o povo brasileiro.

O servidor público, quando fez o concurso, fez uma opção na sua vida. O servidor público não pode ter fazenda, não pode ter comércio, ele faz uma opção de vida. E agora o Governo quer acabar com a estabilidade dos servidores públicos.

Eu quero aqui alertar os colegas Deputados e Deputadas que quem

votar a favor desta PEC não voltará mais para a Câmara de Deputados. Os sindicatos, as associações do Brasil inteiro já disseram que vão expor os retratos dos Deputados no ano que vem, que é ano eleitoral, porque quem persegue servidores públicos, quem persegue aqueles que fazem a opção pelo serviço público não gosta de servidor público. E essa categoria tão importante para todos nós não vai ficar calada.

Portanto, quem votar a favor da PEC 32 não volta para a Câmara dos Deputados. Isso aconteceu com a reforma trabalhista, e 289 Deputados e Deputadas estão de pijama em casa nos olhando aqui. Talvez essa seja a oportunidade para eles voltarem depois, porque aquele que votar a favor da PEC 32 vai ficar de pijama em casa, arrependido, porque tomou essa decisão tão errada.

Portanto, quero dizer ao povo brasileiro, ao povo do meu Estado do Tocantins, aos servidores do meu Estado, que estarei juntamente com a minha bancada votando contra essa PEC da maldade, essa PEC que acaba com o servidor, com o serviço público e com a carreira do servidor público.

Sr. Presidente, eu gostaria que a minha fala fosse repetida no programa *A Voz do Brasil*.

---

Documento 26/151

---

77.2021.B	Sessão Outro Evento	15/09/2021-17:36
Publ.: DCD - 9/16/2021 - ODAIR CUNHA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**O SR. ODAIR CUNHA (PT - MG. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ocupo esta tribuna nesta tarde para fazer coro ao conjunto de Parlamentares na Comissão Especial da PEC 32 que demonstraram a total impossibilidade de ver essa proposta ser aprovada na Comissão e mesmo no Plenário desta Casa.

Explico por quê. Trata-se de uma proposta que desmonta o serviço público brasileiro. Trata-se de uma proposta que traz, no seu conteúdo, no seu coração, a possibilidade de haver termos de cooperação para que o privado exerça as funções nas Prefeituras, nos Estados e

mesmo na União. Existe ali a possibilidade de se privatizar o serviço público.

Ademais, existe lá também a possibilidade de haver contratação temporária pelo prazo, Sr. Presidente, de 10 longos anos. É claro que isso vai, sim, estimular a não realização de concursos públicos Brasil afora. É contra esta realidade que nós estamos nos insurgindo.

Não é à toa, Presidente. É claro que esta PEC é um capítulo de um livro que se chama "O Desmonte do Estado de Bem-Estar Social no nosso País". Estão desmontando a rede de proteção social. Querem agora criar um tal de Auxílio Brasil para substituir o Auxílio Emergencial e o Bolsa Família. Não tiveram a competência de identificar os recursos, as fontes necessárias para viabilizar este programa. Ora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, não se estabeleceu ali no Auxílio Brasil nem o valor do benefício a ser concedido! Nós, então, estamos a assistir a mais um capítulo desse desmonte do Estado de Bem-Estar Social, constituído, pactuado na Constituição de 88.

É preciso ter clareza de que isso tem a ver, é claro, com todo o processo de exclusão do povo brasileiro das políticas públicas que garantem a rede de proteção social. Prestigiar o serviço público, garantir estabilidade no serviço público significa garantir que nós teremos uma prestação de serviço adequada. Melhorar sempre é possível, mas nós não podemos desmontar e detonar o serviço público.

---

Documento 27/151

---

77.2021.B	Sessão Outro Evento	15/09/2021-17:40
Publ.: DCD - 9/16/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Protesto contra a pretendida retirada de direitos dos povos indígenas. Escalada da inflação e do desemprego no País. Retração do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.)** - Eu penso que esta Casa está engendrando o maior golpe a uma concepção de Estado que está na nossa Constituição e que buscou fazer o luto de um período extremamente traumático da nossa história, a ditadura militar, que tem sido homenageada, valorizada pelas falas

do próprio Presidente.

Nós estamos vivenciando a construção de uma PEC, a PEC 32, que acaba com o estado da proteção social. Ali você vai considerar que servidores podem ser descartados como se coisas fossem. Ali se considera que se pode diminuir a jornada e diminuir o salário. Diminuir a jornada de servidores é diminuir a prestação de serviço. E nós sabemos da importância de servidores e servidoras para que nós possamos construir políticas públicas. Sem políticas públicas, não se fecha o ciclo das casas grandes e senzalas, que todos os momentos este Governo quer avivar, ressignificar, com as novas colonialidades que estão postas.

Querem retirar os territórios indígenas, os direitos dos povos indígenas, sem considerar que antes da coroa este País tinha os cocares, ou seja, o cocar vem antes da coroa. E não se considera que o art. 231, que assegura os territórios indígenas e a necessidade do Brasil de possibilitar a existência dos povos indígenas, foi escrito não apenas com a caneta, mas também, como disse um indígena, com a tinta de urucu e a tinta de jenipapo.

Portanto, nós estamos vivenciando uma retirada de um conjunto de direitos, por um Governo que acha que o Brasil se resume à Faria Lima, que se resume ao sistema financeiro, ao capital financeiro, que serve a este capital financeiro. Enquanto isso, o Brasil real, que tem sido ignorado por um Governo que nega a própria realidade, é um Brasil de quase 15 milhões de desempregados, um Brasil que tem a maioria da sua força de trabalho na informalidade, um Brasil que está com a inflação chegando a dois dígitos, um Brasil que teve uma retração do PIB neste último trimestre e que, ao que tudo indica, terá um PIB absurdamente irrisório no ano que vem.

Este Brasil real precisa ser sentido por esta Casa. Como é que esta Casa, com todo este quadro que nós estamos vivenciando, vai se dedicar a acabar com o serviço público no Brasil, a acabar com a estabilidade dos que entram a acabar com a possibilidade de termos políticas públicas de qualidade? É isso que esta Casa vai fazer? Vai se render, como se fosse jogar os mandatos e as trajetórias políticas das pessoas que aqui estão para serem pisoteadas, contra o povo brasileiro?

É por isso que esta Casa precisa derrotar essa PEC 32. E precisa dizer que nós não podemos ficar à mercê dos interesses do próprio Governo. Ontem, nós praticamente não tivemos sessão! Será que vamos ter sessão amanhã? Este é o Governo que quer aprovar a PEC 32! É preciso dar independência a esta Casa.

77.2021.B Sessão Outro Evento 15/09/2021-17:48

Publ.: DCD - 9/16/2021 - JOÃO DANIEL-PT -SE

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOSBREVES  
COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

### *Sumário*

Reflexos do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff sobre as camadas menos favorecidas. Protesto contra a não instalação de campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Alto Sertão sergipano, e de campus da Universidade Federal de Nossa Senhora da Glória, no Estado de Sergipe. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

**O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nós viemos à tribuna nesta tarde para dizer da nossa preocupação com toda essa obra, dos últimos 6 anos, feita pela elite brasileira. Não há nada mais claro do que a foto de Temer com grandes empresários e Bolsonaro. Isso é o ajuntamento que nunca se separou, Deputado Enio Verri, desde quando deram o golpe, autorizado neste plenário, no dia 17 de abril de 2016.

O Brasil anda ladeira abaixo em tudo o que é para o povo brasileiro, para a classe trabalhadora e para os mais pobres. Que vergonha nós passamos hoje em âmbito internacional!

Venha dar o discurso de por que a gasolina e o óleo são caros! Por que o preço de alguns alimentos chegou, nos últimos 2 anos, a ter 65% de aumento? O salário mínimo está sem aumento real. Nem a correção da inflação tem.

Há pouco eu falava com a juventude do Alto Sertão sergipano.

A Presidente Dilma, antes de sair, havia liberado 5 milhões de reais para a instalação do *campus* do IFS - Instituto Federal de Sergipe, que estava pronto para funcionar, mas nada inicia, porque os Governos Temer e Bolsonaro não gostam de educação para o povo e para a juventude. Está lá o *campus* parado, cuidado apenas por um ou dois professores e pelos vigilantes, e é um *campus* para mil jovens no Alto Sertão sergipano!

Eu tenho orgulho de dizer que foi na gestão da Presidenta Dilma que nós destinamos, via emenda impositiva de bancada de minha autoria, 20 milhões de reais para o *campus* da Universidade Federal de Nossa Senhora da Glória e 5 milhões de reais para o *campus* do IFS do Alto

Sertão.

Por isso, neste momento, Sr. Presidente, a PEC 32 é para manter fechados os Institutos Federais, é para atacar os serviços públicos, é para atacar aquilo que é mais importante para o povo brasileiro: os servidores e os serviços públicos.

Solicito que o meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

---

Documento 29/151

---

77.2021.B	Sessão Outro Evento	15/09/2021-18:04
Publ.: DCD - 9/16/2021 - ENIO VERRI-PT -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Maior atenção da Câmara dos Deputados para com os Conselheiros Tutelares, os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias.

---

**O SR. ENIO VERRI (PT - PR. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, colegas Parlamentares aqui presentes, população que nos assiste, estamos em pleno debate sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, a PEC 32, a chamada "deforma" administrativa, que irá criar grandes prejuízos ao Estado brasileiro e, em especial, aos mais pobres, que tanto precisam do serviço do Estado, para terem o mínimo de qualidade de vida.

Dentro desta PEC 32, ocorre, além das suas injustiças, um processo também de desrespeito e invisibilidade a duas categorias, duas categorias que precisam ser melhor debatidas e respeitadas: primeira, os Agentes Comunitários de Saúde - ACS; segunda, os Agentes de Combate às Endemias - ACE. São aqueles que estão nas ruas o dia inteiro, que trabalham muito.

Temos tido alguns avanços para essa categoria, mas absolutamente insuficiente. Temos projetos nesta Casa que discutem o assunto. Temos condições de avançar para cobrir trabalhadores e principalmente trabalhadoras que estão presentes em todas as casas deste País, tentando melhorar a vida das pessoas, não só durante a

pandemia, mas sempre. Eles, sim, sabem o que acontece em nossas cidades. Eles, sim, sabem como podem contribuir para que a saúde melhore. Não são ouvidos e praticamente não são considerados enquanto servidores públicos.

Por isso, quero defender nesta Casa maior atenção aos ACSs e ACEs. Eu estou olhando não só para o Estado do Paraná, mas também para todo o País, porque essas pessoas têm um papel fundamental.

A segunda categoria, que vive também no limbo entre servidor público ou não, são os conselheiros e conselheiras tutelares. Eu tenho dito que ninguém sabe mais sobre as maldades do ser humano, sobre o quanto o ser humano ainda é pequeno, no que se refere aos mais frágeis, do que o conselheiro e a conselheira tutelar. São pessoas que assistem, dia a dia, à violência, ao desrespeito, à exploração dos nossos menores, e não têm nenhum salário garantido.

Para se ter ideia, Deputado Ministro Gastão, nós temos cidades que pagam um salário mínimo, às vezes pagam menos que o salário mínimo e criam alguma coisa para protegê-los. Nesse sentido, os conselheiros e conselheiras de todo o País estão agindo, construindo um Regime Geral Único, para que possam ser respeitados e ter o mínimo de garantias, e torno público o meu apoio a essas garantias estas.

Tenho conversado com representação das associações desses conselheiros e conselheiras. Esperamos trazer, em breve, esse projeto discutido pela categoria, para que possa ter o respeito que tanto merece.

Por favor, Sr. Presidente, peço a V.Exa. o registro do meu pronunciamento pelos meios de comunicação da Casa.

---

Documento 30/151

---

77.2021.B	Sessão Outro Evento	15/09/2021-18:24
Publ.: DCD - 9/16/2021 - NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Exigência de inclusão do Poder Judiciário e do Ministério Público na Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa, como condição para o apoio do orador à proposição.

---

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PSD - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizá-lo pelo seu aniversário. Parabens esta Casa, todos os Parlamentares, o nosso amigo Deputado Da Vitória, que está presente no plenário.

Sr. Presidente, subo à tribuna desta Casa, nesta oportunidade, para falar sobre a PEC 32. Quando nós iniciamos a discussão da PEC 32 neste Parlamento, eu fiz questão de fazer parte da Comissão, porque entendi que era um momento importante para atualizarmos a legislação brasileira sobre o trabalho no setor público. Seria uma grande oportunidade para fazermos uma grande justiça no Brasil. Hoje no País há milhões de servidores públicos. Há uma disparidade muito grande entre quem ganha o mínimo e quem ganha o máximo no Brasil, principalmente nos Poderes Legislativo, Judiciário e no Ministério Público. Há as maiores distorções salariais do funcionalismo público brasileiro.

Na discussão da reforma administrativa, na PEC 32, eu assumi um compromisso e vou cumpri-lo. Eu não votarei em uma reforma administrativa que não inclua todos os Poderes. Nós não podemos aprovar uma reforma administrativa que exclua o Judiciário e o Ministério Público. Aliás, o Legislativo está incluído agora. Por quê? Eles não podem fazer leis. Quem faz lei é o Parlamento.

Com essa desculpa de que o MP e o Judiciário não podem entrar na reforma administrativa, que quem tem que discutir a questão salarial são eles, eu não concordo.

Portanto, eu quero deixar claro neste Parlamento: não votarei na reforma administrativa, não votarei na PEC 32, se nós não incluirmos todos os Poderes.

Ou fazemos uma reforma para todos, ou não fazemos para ninguém. Nós não podemos cometer essa injustiça no Brasil e contribuir para o aumento ainda maior da distorção salarial entre os Poderes. Nós temos categorias, como a dos enfermeiros e dos agentes comunitários de saúde, que estão brigando por um piso salarial aqui. E qual é a desculpa? Não há recurso. Mas nós vamos continuar mantendo essas distorções, essas arbitrariedades salariais desses Poderes que são intocáveis? Não! Eu não concordo com isso.

Sou membro da Comissão da Reforma, mas votarei contra se não se incluírem todos os Poderes.

Publ.: DCD - 9/16/2021 - JOAQUIM PASSARINHO-PSD -PA

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS BREVES  
COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Apoio ao posicionamento do Deputado Neucimar Fraga, favorável à inclusão do Poder Judiciário e do Ministério Público no bojo da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Transcurso do aniversário natalício do Deputado Cássio Andrade.

---

**O SR. JOAQUIM PASSARINHO** (PSD - PA. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria primeiro agradecer ao Deputado Coronel Tadeu por ceder 1 minuto. Em concordância com o Deputado Neucimar Fraga, eu acho que reforma administrativa, sim, mas para todos os Poderes.

Essa é a nossa posição. Não podemos aqui criar privilégios de Poderes contra outros Poderes. Não podemos fazer uma reforma administrativa em cima do mais fraco, deixando os mais fortes de fora, para que eles possam se reger pessoalmente. Este é o País das corporações. Infelizmente, as maiores corporações são aquelas de vagas que ganham mais. Então nós precisamos nos rebelar contra isso. Realmente, se for para fazer apenas em cima do mais fraco, nós estaremos fora.

Aproveito também, Deputado Cássio, pela amizade que nós temos, para lhe dar parabéns pelo seu aniversário, por mais um ano de vida, pela sua vida, pela sua família. Que V.Exa. possa ainda estar muito tempo na política ajudando o nosso Estado do Pará a crescer cada vez mais. Parabéns! Felicidade!

---

Documento 32/151

---

77.2021.B

Sessão Outro Evento

15/09/2021-18:52

Publ.: DCD - 9/16/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS BREVES  
COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Transcurso dos 5 anos do famigerado Power Point do Procurador da República, Deltan Dallagnol. Arquivamento dos últimos processos instaurados pela Operação Lava-Jato. Perseguição política praticada contra o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Restabelecimento dos direitos políticos do líder petista. Prejuízos econômicos causados ao País pela Operação Lava-Jato.

Autoritarismo do Governo Jair Bolsonaro. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição ° 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

---

**O SR. LEO DE BRITO** (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia de ontem completaram-se 5 anos do famigerado Power Point do Procurador Deltan Dallagnol. Quis o destino que, 5 anos depois, no dia de ontem, os últimos processos da famigerada Operação Lava-Jato fossem enterrados, o que atesta de maneira muito clara que o ex-Presidente Lula sofreu um processo de perseguição política implacável, uma verdadeira caçada judicial e é, sim, inocente. Podem dizer o que quiserem, podem gritar, podem chorar, mas o ex-Presidente Lula é inocente, seus direitos políticos foram restabelecidos e ele será candidato à Presidência da República.

É claro que a Operação Lava-Jato cumpriu aquilo a que ela se propunha: contribuir para o *impeachment* da Presidenta Dilma e prender o ex-Presidente Lula, inviabilizando aquela candidatura de 2018, que certamente seria vitoriosa.

Mas os prejuízos estão aí. Quem é que vai repor os danos que a Operação Lava-Jato causou, como os 580 dias que o ex-Presidente Lula ficou na cadeia injustamente, tendo sido impedido inclusive de ir ao enterro do seu irmão Vavá; a perda da sua esposa Marisa; o massacre que foi feito contra a sua família; e o massacre que foi feito contra ele próprio, porque se revirou a vida do ex-Presidente?

Os resultados da Lava-Jato também foram ruins para o País. O DIEESE fez uma pesquisa que mostra que deixaram de ser investidos no nosso País 172 bilhões de reais. Nós tivemos um prejuízo de quase 40 bilhões de reais, o que representa 40 vezes mais do que os 4,33 bilhões de reais recuperados pela Lava-Jato. E 47,4 bilhões de reais deixaram de ser arrecadados.

Além disso, o Brasil perdeu massa salarial. E agora nós temos este Governo.

O Governo Michel Temer começou a destruição do nosso País e agora nós temos o Governo Bolsonaro, que dá continuidade a isso de uma maneira muito pior, pois é um Governo autoritário - e demonstrou isso no último dia 7 de setembro.

O povo está se lembrando daquele momento em que o Brasil crescia e distribuía renda. O Brasil era reconhecido internacionalmente, era respeitado internacionalmente e não se retiravam direitos dos trabalhadores, não se retiravam direitos dos servidores públicos, como nós estamos vendo acontecer agora com a famigerada PEC 32,

Deputada Erika.

Foi feita justiça, e nós estamos fazendo este registro aqui, Presidente.

Lula Presidente em 2022 para recuperar o Brasil!

Peço o registro do meu discurso no programa *A Voz do Brasil*.

---

Documento 33/151

---

77.2021.B	Sessão Outro Evento	15/09/2021-19:04
Publ.: DCD - 9/16/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Protesto contra a determinação, pelo Governo Jair Bolsonaro, do ritmo dos trabalhos na Câmara dos Deputados. Posicionamento contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre o pagamento de precatórios de forma parcelada, a chamada PEC dos Precatórios. Falta de planejamento do Governo Federal. Inexistência de programa de desenvolvimento do País. Geração de crises e tensões institucionais pelo Presidente da República. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.)** - Sr. Presidente, nós temos uma sessão marcada que deveria ter se iniciado às 15 horas. Já são 19 horas, e não temos sinal da sessão. Isso aqui não pode ter esse nível de funcionamento, a partir da vontade do Presidente.

Nós estamos aqui esperando que se inicie a Ordem do Dia. Sabemos que os ritmos emanados da Presidência, muitas vezes, são os ritmos ditados pelo próprio Governo. Os ritmos do começo de uma sessão estão determinados, em grande medida, pelos interesses do Governo, como o de aprovar a admissibilidade da PEC do calote na CCJ - e ela é do calote porque mexe com o direito líquido e certo dos precatórios.

Parte desses precatórios é devida aos Estados para sustentar o Fundo de Desenvolvimento da Educação, o antes FUNDEF e o hoje FUNDEB, mas o Governo simplesmente quer estabelecer um calote, dizendo que o crescimento dos precatórios é como um meteoro.

O Governo não tem planejamento, não tem programa de desenvolvimento nacional para o País. Eu quero ver algum governista

listar quais são os programas deste Governo. O Presidente da República ficou 2 meses organizando uma manifestação para dar um golpe na democracia brasileira e teve que recuar. Para isso, ele gastou recursos públicos com voos da FAB para trazer Michel Temer para que este pudesse redigir uma carta em que voltasse atrás no que Bolsonaro levou 2 meses para organizar. O fato é que o Presidente vive de crises, vive de tensões institucionais, vive da possibilidade de eleger inimigos imaginários e, agora, quer impor a destruição do Estado por meio dessa PEC 32.

Esta não é a agenda do povo brasileiro. O povo brasileiro precisa de Estado. Que saudade nós temos do Governo Lula, em que havia o pleno emprego e a possibilidade - isto horroriza o Ministro da Economia! - de o filho de um porteiro entrar numa universidade! Isso causa horror ao Ministro da Economia porque ele acha que o Brasil se resume à Faria Lima e ao sistema financeiro.

Hoje nós estamos com o Brasil à deriva, num teste permanente das instituições, quando querem retirar direitos do povo brasileiro. É isso que PEC 32 representa! Não são apenas os direitos dos servidores públicos que estão sendo retirados, mas também os direitos do povo brasileiro, que estão sendo ameaçados por essa PEC 32, que precisa ser derrotada.

Este Parlamento tem que mostrar sua cara, tem que dizer de que lado está. Nós precisamos desfolhar o que representa a lógica do arbítrio e a lógica fascista que fazem parte da Presidência da República, para podermos devolver o Brasil ao povo brasileiro, porque o povo brasileiro já viveu sem fome e com o preço de gás dentro da normalidade.

Lula 2022!

---

Documento 34/151

---

104.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/09/2021- CD	19:44
Publ.: DCD - 9/16/2021 - MARCELO RAMOS-PL -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021, acerca das normas eleitorais e das normas processuais eleitorais brasileiras.

---

**O SR. MARCELO RAMOS** (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do

orador.) - Sr. Presidente, estamos discutindo uma reforma administrativa. Na reforma administrativa, as carreiras típicas de Estado, por condições especialíssimas e por poderes especialíssimos, exigem garantias. E nós ofereceremos garantias justamente porque consideramos que essas categorias têm poderes especialíssimos. É óbvio que isso gera direitos e gera obrigações.

Esses poderes especialíssimos exigem mecanismos de proteção em relação à utilização deles a serviço de um projeto político-eleitoral. Apenas a correção dessa distorção é que a emenda aglutinativa tenta resolver aqui no plenário.

Portanto, o PL encaminha "não".

---

Documento 35/151

---

78.2021.B	Sessão Outro Evento	16/09/2021-09:00
Publ.: DCD - 9/17/2021 - PEDRO UCZAI-PT -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apelo ao Presidente Jair Bolsonaro por sanção do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Posicionamento contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.)** - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, uso este espaço dos Breves Comunicados para tratar de dois temas.

O primeiro é que nós esperamos que o Presidente da República, depois de aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal o Projeto de Lei nº 823, que fortalece e apoia a agricultura familiar para produzir alimentos para o povo brasileiro, que está passando fome, para enfrentar a fome e a inflação dos alimentos, para enfrentar a insegurança alimentar em que vivem mais de 100 milhões de brasileiros, não seja o traidor da agricultura familiar e camponesa e não vire as costas para os problemas sociais produzidos pelo próprio Governo Bolsonaro.

Um aviso a Bolsonaro: se vetar o PL 823, o Congresso derruba o veto!

Sanção ao PL 823 já!

O segundo tema, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é que não há como não manifestarmos nossa indignação à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, que coloca o Estado brasileiro a serviço do privado, do particular, dos banqueiros, dos super-ricos deste País, que concentram renda e riqueza, como aconteceu no Governo Temer e está acontecendo no Governo Bolsonaro. Isso só se aprofundará com a PEC 32.

A PEC 32, que destrói os direitos dos servidores públicos, que construíram com suas vidas e com sua experiência profissional uma carreira a serviço do povo, para servirem ao povo nos Municípios, nos Estados e na União, vai fazer com que os servidores fiquem a serviço dos governos de plantão, que destroem a perspectiva de carreiras e a dignidade do servidor público.

Essa PEC desmonta e destrói não apenas o serviço público, mas também a qualidade do serviço público. Nós vamos defender o SUS para o povo brasileiro, vamos defender a escola pública e a universidade pública para o povo brasileiro, a assistência aos agricultores. Vamos defender as estruturas que induzem ao desenvolvimento.

Não à PEC 32! Não a essa famigerada emenda constitucional, que, como a reforma trabalhista, quer roubar os direitos dos trabalhadores do mundo privado. Agora a PEC 32 vai desestruturando as carreiras e a dignidade dos nossos servidores públicos!

Nós vamos reagir, servidores municipais! Vamos reagir, servidores estaduais e servidores da União! Vamos mostrar para este País que o servidor público tem que ser respeitado e tem que ser valorizado para prestar um serviço público de qualidade para nosso povo brasileiro!

Não à PEC 32!

---

Documento 36/151

---

78.2021.B	Sessão Outro Evento	16/09/2021-09:12
Publ.: DCD - 9/17/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Queda da qualidade de vida do povo amazonense, constatada pelo orador em sua visita aos Municípios de Autazes, Itapiranga, Nova Olinda, Parintins,



Itacoatiara e Manacapuru. Elevação dos preços de combustíveis e do gás de cozinha. Reflexos da privatização do setor elétrico sobre as populações interioranas. Descaso do Governo Federal com os direitos dos povos indígenas. Posicionamento contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Prioridade do Congresso Nacional nas ações de enfrentamento da fome e da pobreza. Posicionamento contrário à Medida Provisória nº 1.052, de 2021, sobre a alteração da participação da União e das regras de repasse de recursos federais a fundos de desenvolvimento regionais. Descaso do Governo Federal e do Governo do Estado do Amazonas com os pequenos produtores rurais.

---

**O SR. JOSÉ RICARDO** (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sra. Presidenta. Bom dia, colegas Parlamentares.

Eu quero falar sobre as visitas que estou fazendo a vários Municípios do interior do Estado do Amazonas, quando vejo a situação cada vez pior na qualidade de vida da população. Nós estamos vendo processos de privatização da energia, do petróleo, do gás, dos combustíveis e, principalmente, da PETROBRAS, que está sendo vendida. Enfim, estamos vendo o aumento do custo de vida. O preço do botijão de gás de cozinha, por exemplo, está custando mais de 100 reais na maioria dos Municípios.

Eu estive em Autazes, Itapiranga, Nova Olinda e também em Municípios maiores, como Parintins, Itacoatiara e Manacapuru. Em todos eles, a população está sentindo a política econômica do Governo, que está empobrecendo a população. A gasolina na capital já está em 6 reais, mas no interior do Estado, nesses Municípios que eu visitei, já está em 8 reais, às vezes até mais, inviabilizando boa parte das atividades econômicas também.

Com a privatização da energia, as pessoas reclamam não só do valor, mas também dos cortes, porque a pobreza aumentou. Infelizmente, com o desemprego, com o descaso do Governo Federal, com um auxílio emergencial reduzido ou nenhum auxílio, porque uma boa parte da população que se enquadraria não recebe auxílio emergencial, as pessoas não têm dinheiro para pagar a conta de energia, a empresa privada simplesmente corta o serviço e as pessoas ficam sem nada. Assim como existem famílias voltando a cozinhar no fogão à lenha ou sem dinheiro para o gás de cozinha, da mesma forma, sem energia, estão voltando ao passado.

Também, observando a situação de Municípios indígenas, eu estarei fazendo uma visita, nesse final de semana, a São Gabriel da Cachoeira, um Município essencialmente indígena, onde nós vemos as ameaças com os projetos no Congresso e, de um modo geral, a inoperância do Governo Federal através dos órgãos federais para atuar

na defesa e na garantia dos direitos dos indígenas.

Por isso, é importante que votemos contra a PEC 32, essa PEC da privatização do serviço público, porque, ao querer fazer uma reforma administrativa, desvaloriza-se o funcionário público. E nós estamos precisando de mais funcionários. Nós precisamos de mais gente para atuar na Secretaria Especial de Saúde Indígena, na FUNAI, no INCRA, na Polícia Federal, no IBAMA, no ICMBio, nos órgãos federais que atuam na Amazônia e que são fundamentais para o enfrentamento da grilagem de terra, da ocupação irregular, das queimadas, do desmatamento.

Portanto, é um contrassenso, é um retrocesso fazer uma reforma que inviabiliza a contratação, principalmente que retira a garantia da estabilidade do funcionário público. Nós precisamos de mais funcionários, precisamos garantir qualidade do serviço. Mas hoje o Governo Bolsonaro abandonou o País, abandonou a Amazônia, e a população está à própria sorte.

Nós questionamos isso porque, no Congresso, nós deveríamos estar priorizando o enfrentamento da fome, da pobreza, mas estamos aí com a ameaça inclusive do fim do Banco da Amazônia. Por isso também o nosso posicionamento contrário à medida provisória que prejudica o Banco da Amazônia, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, que é fundamental para a disponibilidade de recursos e investimentos às pequenas empresas e à agricultura familiar.

O Município de Autazes, grande produtor de leite e de queijo, é muito prejudicado pelo abandono do Governo Federal e Estadual em relação à economia e ao apoio aos pequenos produtores.

Portanto, é necessária uma prioridade em relação à população que mais sofre e que hoje está abandonada por parte dos Governos Federal e Estadual.

Eu gostaria que este meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*, Sra. Presidente.

---

Documento 37/151

---

78.2021.B	Sessão Outro Evento	16/09/2021-09:28
Publ.: DCD - 9/17/2021 - VICENTINHO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

*Sumário*



Participação em plenária do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do ABC, no Município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Tramitação na Casa dos Projetos de Lei de nºs 2.163, de 2003, e 6.852, de 2010, de autoria do orador, respectivamente, sobre a proibição da atividade concomitante de motorista e cobrador de passagens em transportes coletivos rodoviários urbanos e interurbanos; e sobre as atividades dos condutores (as) e cobradores (as) do sistema de transporte coletivo urbano.

---

**O SR. VICENTINHO** (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, querida amiga, Sras. e Srs. Deputados, no último domingo eu tive a honra de, no Município de Caraguatatuba, participar de uma grande plenária - com todos os cuidados sanitários, com máscara, com afastamento -, uma bela plenária, realizada pelo sindicato dos condutores do ABC, presidida pelo jovem Leandro, que com muita capacidade, muita coerência e muito acolhimento a realizou.

Estiveram presentes mais de cem trabalhadores, cipeiros, membros da diretoria do sindicato, e mais uns 20 trabalhadores dirigentes de sindicatos de condutores de outros Municípios.

Ali os companheiros fizeram uma análise conjunta, preparando a campanha salarial, com discussões jurídicas sobre negociações neste momento tão difícil. Ali eu tive a honra de atualizar os companheiros e as companheiras a respeito da situação do Brasil: o nosso Parlamento e o Governo Bolsonaro, a situação econômica grave, o desemprego crescente, a informalidade - provocada inclusive pela reforma trabalhista -, a ameaça aos direitos dos trabalhadores.

Inclusive, eu pedi a eles toda a solidariedade contra a PEC 32/20, porque a luta contra essa PEC não é uma luta somente de quem é servidor público, mas da sociedade, porque a sociedade será a maior vítima da falta de atendimento estável, da falta de política pública, direitos estabelecidos na Constituição cidadã para a nossa gente, com um princípio muito bem definido: o princípio da administração pública.

O encontro foi fantástico! Houve muitos debates, muita animação. Quero aqui saudar, portanto, todos os companheiros de todas as garagens que ali se fizeram presentes. Quero saudar de novo essa diretoria, que, sob o comando do jovem Leandro - vou chamá-lo simplesmente de Leandro, porque é assim que ele é conhecido -, está animada, bem uniformizada, bem coordenada; portanto, preparada para a luta.

A propósito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu tenho dois projetos para essa categoria. Tenho um projeto que impede o motorista de

dirigir e cobrar - ora, se o motorista não pode telefonar, pode cobrar? - e outro que impede a demissão dos cobradores. A função do cobrador não é somente cobrar. Ele ajuda uma pessoa com deficiência, ele presta informação, ele acompanha o motorista na hora da entrega do ônibus, porque é um momento em que acontecem muitos assaltos. Por isso, esses dois projetos são fundamentais para a dignidade dos cobradores, dos motoristas e dos passageiros.

No Rio de Janeiro, um tempo desses aí, um motorista que era obrigado a cobrar se envolveu naquela briga, o ônibus virou, caiu de um viaduto, e morreram sete pessoas. Não pode dirigir e cobrar! É preciso que os empresários e os Parlamentares desta Casa se sensibilizem para garantir esse mínimo de dignidade. Chega de caminho para a escravidão!

Sra. Presidenta, esse trabalho da diretoria do sindicato e de todos os condutores do Brasil inteiro deve ser valorizado e respeitado. Por isso, eu o publico aqui.

Contem, meus companheiros do Brasil, do Estado de São Paulo, do ABC, com o meu apoio, com a minha solidariedade, pois eu sou um de vocês!

Obrigado, Sra. Presidenta.

---

Documento 38/151

78.2021.B	Sessão Outro Evento	16/09/2021-09:36
Publ.: DCD - 9/17/2021 - ZÉ NETO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### **Sumário**

Tendência de elevação dos índices inflacionários. Fator determinante de reajustes nos preços de combustíveis. Inexistência de políticas públicas no âmbito do Governo Federal. Falta de estruturação do Governo Jair Bolsonaro para enfrentamento da crise sanitária. Presença, na Casa, de delegação do Estado da Bahia, contrária à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Dever da Câmara dos Deputados de luta pelo Estado eficiente, com políticas habitacional e energética condizentes e fomento à agricultura familiar. Baixos investimentos do Governo Federal na educação durante a epidemia de coronavírus.

---

**O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Sem revisão do orador.)** - Sra. Presidente, primeiro, quero saudar a presença de V.Exa. na Mesa e dizer da

importância, neste momento, de fazermos uma reflexão mais profunda sobre o que nós estamos vivendo no Brasil com relação a todo esse contexto de desmando e desgoverno.

É um desgoverno que erra a mão, como errou na questão energética, e hoje quem está pagando o preço é o pobre, porque a inflação vem aí. Daqui a alguns meses, não sabemos para que lado vai. A tendência é que cresça muito mais, especialmente por questões relacionadas com a energia e com o combustível.

Quanto ao combustível, todo mundo já sabe: entregaram parte da PETROBRAS já, valorizaram os preços, e ficam nesse lenga-lenga aí, dizendo que a culpa é dos Governos dos Estados por causa de ICMS. Faz 20 anos que ninguém reajusta ICMS. Isso não tem nada a ver com ICMS, tem a ver com esse desmando que nós estamos vivendo no Brasil.

E isso vai numa linha de, em todas as áreas, encontrarmos os mesmos problemas. Há falta de políticas públicas, há falta de estruturação do Governo para enfrentar uma crise sanitária do tamanho da que nós estamos enfrentando no mundo. E no Brasil não é diferente, aliás, no Brasil é pior, muito pior.

E hoje nós estamos encerrando os debates sobre a reforma administrativa. Inclusive, a Bahia tem uma delegação grande aí, Sr. Presidente. Eu queria saudar toda a delegação da Bahia que está aí presente - são funcionários públicos de diversas áreas -, em nome de Zé Carlos, de Santanópolis, e dizer que hoje a nossa Casa tem a obrigação de olhar para o Brasil, mas olhar para o Brasil na direção dos brasileiros e das brasileiras que vivem no País e que precisam, principalmente neste instante, de um Estado eficiente, de um Estado que responda às suas necessidades, que tenha política habitacional, que tenha política pública no campo energético, que tenha fomento especialmente na produção, na pequena produção de alimentos. Nós estamos vivendo uma crise grande e profunda também na agricultura familiar.

E que nós possamos enfrentar os desafios deste País olhando especialmente para os mais carentes, os mais pobres. Quando um país assiste ao que nós assistimos esta semana, aquela roda de empresários de São Paulo, com o ex-Presidente Temer, fazendo graça com a política... Mas, no fundo, no fundo, são eles que vão decidindo os destinos do País, infelizmente, e da nossa Casa Legislativa, porque a pauta deles está passando bonitinha. O que não está passando é a pauta do pobre. O pobre tem que vir para o Orçamento. E, em vez de falar em reforma administrativa, nós temos que falar em modernização, eficiência e investimento do Estado.

Saiu agora há pouco a informação de que o Brasil foi o país que menos investiu em educação durante a pandemia, e isso é o que nos envergonha. Mais Brasil? Cadê? Mais brasileiros e brasileiras, e mais pobres no Orçamento e na conta que nós precisamos fazer para que o Brasil se desenvolva para valer!

---

Documento 39/151

---

78.2021.B	Sessão Outro Evento	16/09/2021-09:56
Publ.: DCD - 9/17/2021 - ROBERTO DE LUCENA-PODE -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Razões do posicionamento do orador contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Defesa da realização de reforma administrativa abrangente com a inclusão de Parlamentares, militares e membros do Ministério Público e do Poder Judiciário. Inadmissibilidade de vilanização dos servidores públicos.

---

**O SR. ROBERTO DE LUCENA (PODE - SP. Sem revisão do orador.)**  
- Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos prestes a apreciar aqui neste plenário, Deputado Arlindo Chinaglia, a reforma administrativa, a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, a PEC 32.

Eu quero chamar a atenção de V.Exas. para este tema que vamos enfrentar - e temos que enfrentar. Eu defendo a reforma administrativa. Entendo que precisamos urgentemente redimensionar o Estado e atualizar as suas estruturas de forma que o Estado seja uma máquina, ou tenha uma máquina ágil, eficiente, transparente e menos onerosa. Eu não defendo o Estado mínimo. Eu defendo o Estado necessário e não menos do que isso.

Essa reforma que vamos apreciar neste plenário no entanto não é a reforma que eu defendo. Eu defendo uma reforma mais abrangente, Deputado Ricardo, mais profunda, que não seja excludente, que não deixe de fora nenhuma categoria.

Ela precisa começar pela classe política, pelos Parlamentares. Precisamos começar por nós, cortando na nossa carne. Ela não pode deixar de fora os militares, os membros do Ministério Público e do Judiciário, que é exatamente onde há os maiores salários e se concentra a cúpula do serviço público - a cúpula no sentido salarial.

Agora, é passado ao País, nas discussões como esta que estamos

enfrentando, uma vilanização do servidor público, como se ele fosse o responsável pelo desequilíbrio das contas públicas, pelo desequilíbrio fiscal.

O ajuste fiscal não pode ser o eixo da discussão em relação ao servidor público. Está mais do que evidente - especialmente no momento em que temos passado por essa pandemia - a importância e a essencialidade do trabalho oferecido pelo servidor público.

Nós estaremos aqui trabalhando firmemente nos debates sobre a reforma administrativa. Vamos trabalhar para oferecer à sociedade brasileira um Estado mais enxuto, menos oneroso, mas sem vilanizar o servidor público, que no estrato do serviço público não ganha bem, não é devidamente reconhecido e precisa ser mais valorizado.

Sra. Presidente, era o que eu tinha a dizer.

Que Deus abençoe o Brasil.

Muito obrigado.

---

Documento 40/151

---

78.2021.B	Sessão Outro Evento	16/09/2021-10:12
Publ.: DCD - 9/17/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Apelo ao Presidente Arthur Lira, e ao Presidente da Comissão Especial, Deputado Fernando Monteiro, de adiamento da votação do parecer oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Necessidade de ampliação do debate em torno da proposição.

---

**O SR. LEO DE BRITO** (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Rosangela Gomes, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro que nos assiste neste momento, hoje está marcada na Comissão Especial da PEC 32, a PEC da Reforma Administrativa, a votação do relatório do Deputado Arthur Maia.

O Governo Bolsonaro enviou aqui, por meio do Sr. Paulo Guedes, Ministro da Economia, uma reforma administrativa que privatiza o Estado, precariza os serviços públicos, massacra os servidores públicos e trabalha numa perspectiva, infelizmente, que vai prejudicar fundamentalmente o brasileiro e a brasileira que estão em casa e

precisam de serviços públicos de qualidade.

Essa proposta já foi desidratada ao passar pela CCJ. Agora, recentemente, graças à nossa mobilização, da Oposição, e graças à mobilização de vários servidores e servidoras públicos, dos sindicatos, que quero saudar neste momento, também vários daqueles pressupostos e princípios foram retirados do texto. Mas, infelizmente, com o complemento de voto que foi anunciado ontem pelo Deputado Relator Arthur Oliveira Maia, muita coisa ruim ainda continua, atingindo os atuais empregados públicos. Nós temos ainda o art. 37-A, que privatiza os serviços públicos. E agora, como parece que o Governo não tem votos na Comissão, colocaram uma série de matérias estranhas à reforma administrativa.

Agora, há uma PEC, praticamente uma PEC relacionada a um regime jurídico de policiais. Nada contra isso ser debatido. Mas isso tem que ser fruto de outra proposição, de outra PEC, para que seja instalada outra Comissão Especial. Foram inseridas agora no relatório, às vésperas da votação - nós, inclusive, Deputada Talíria, que é Líder do PSOL aqui, temos que avaliar essas mudanças -, questões previdenciárias, Deputada Erika, uma nova reforma previdenciária. Então, é um absurdo o que está acontecendo.

Nós fizemos um acordo e conseguimos protelar essa votação para hoje, dia 16. Mas fizemos um acordo em cima de um relatório, e agora nós temos um monstrego na mesa.

Eu faço um apelo aqui ao Presidente Arthur Lira, que quer votar tanto essa reforma administrativa, e ao Presidente Fernando Monteiro para que adiem essa votação. Nós precisamos adiar essa votação, porque essa PEC não está mexendo com a questão dos privilégios de outros Poderes, porque isso foi retirado do texto.

Então, nós precisamos aprofundar esse debate. Não dá para votar a PEC no dia de hoje.

Presidenta, peço o registro no programa *A Voz do Brasil*.

---

Documento 41/151

---

78.2021.B	Sessão Outro Evento	16/09/2021-10:16
Publ.: DCD - 9/17/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

*Sumário*

Apelo ao Presidente Arthur Lira, ao Presidente da Comissão Especial, Deputado Fernando Monteiro, e ao Relator Arthur Oliveira Maia de adiamento da votação do parecer oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Presidente.**

Sra. Presidente, Srs. Deputados, nós estamos aqui agora para pedir ao Presidente da Casa, Deputado Arthur Lira, que interceda junto à Comissão Especial da PEC 32. Os coordenadores estão reunidos neste momento para discutir o novo relatório, que só saiu ontem às 21 horas. E, agora, quer-se votar no atropelo, hoje, uma reforma. Já não bastasse o atentado que é a desestruturação do Estado brasileiro, a retirada de direitos e tal, a precarização e a privatização dos serviços públicos, as mudanças que foram feitas ontem, algumas delas, coisas que são uma excrecência, já tinham sido rejeitadas pelo Relator. Por exemplo, os processos do Diretor-Geral da Polícia Federal só podem ser analisados no Supremo Tribunal Federal. Essa mudança foi feita para atender à bancada da Polícia Militar. O que acontece é que, para atender essa bancada, que não participou de todos os debates lá, eles fizeram concessões enormes, inclusive nas questões previdenciárias, e a forma como foi elaborado o relatório impede destaques como aqueles que vão introduzir ou militares, ou juízes e promotores.

Então é um relatório de encomenda, e nós precisamos discuti-lo. Por isso nós queremos pedir ao Deputado Fernando Monteiro, Presidente da Comissão, ao Relator Arthur Maia e ao Presidente Arthur Lira, que quer votar a medida provisória agora, neste momento, que adiem essa discussão, porque nós não tivemos nem tempo para analisar o relatório.

É um atropelo inadmissível. Nós estamos lidando com a vida de milhões de pessoas. O serviço público interessa a 90% da população brasileira que não podem pagar por serviços prestados por setores privados.

Está na PEC a continuidade do contrato temporário, no art. 37-A, com o qual se quer simplesmente privatizar, abrir tudo para o setor privado, para se ter até estruturas e pessoal do setor público manipulados pelo setor privado. Isso é a destruição do serviço público. Por isso esse assunto precisa ser discutido de forma muito mais ampla, não só na Comissão, para que haja, no mínimo, a retirada de certas questões do relatório.

Então, nós pedimos que o Presidente Arthur Lira, assim como o Presidente da Comissão, o Deputado Fernando Monteiro, e o Relator

suspendam a reunião de hoje e marquem uma data apropriada para outra reunião, a fim de que não haja esse atropelo contra milhões de servidores brasileiros e contra o serviço público brasileiro, que...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 42/151

---

78.2021.B	Sessão Outro Evento	16/09/2021-10:24
Publ.: DCD - 9/17/2021 - JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO-PT -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Razões do posicionamento do orador contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Solidariedade ao funcionalismo público.

---

**O SR. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO** (PT - CE. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria primeiro falar da importância de nós estarmos hoje aqui com uma pauta muito relevante, a PEC 32, da reforma administrativa, que a nosso ver é uma reforma que traz muitos retrocessos para a conquista de fortalecimento do Estado e do serviço público.

Nós precisamos fazer a discussão dessa PEC com muita responsabilidade, porque ela vem ao encontro de toda uma política autoritária, de toda uma política de desmonte do Estado brasileiro, de privatização dos serviços públicos, de quebra da estabilidade dos servidores públicos. Isso é uma ameaça às instituições e, sobretudo, é motivo de grande instabilidade para os servidores, que pelo seu papel e pela sua importância contribuem de forma decisiva até para a continuação do acervo da prestação de serviços pelo Estado, independentemente de governos.

Essa é uma matéria a meu ver de extrema relevância e da qual nós temos profunda discordância, porque precisamos fortalecer as estruturas do Estado, as carreiras, os servidores públicos, que cumprem uma função estratégica na defesa da prestação dos serviços públicos e, sobretudo, com a sua coragem, determinação e compromisso, na defesa fundamental da prestação de serviço isenta,

em defesa da população brasileira.

Por isso, nós nos posicionamos frontalmente contra essa reforma administrativa da maneira como ela vem sendo apresentada, sem ter uma construção, um debate que nos permita inclusive aprimorar as carreiras de Estado.

Essa reforma traz no seu bojo uma visão autoritária, com a intenção de desmontar o Estado, de enfraquecer a prestação dos serviços públicos, de privatizar, com contratos precários, inclusive prolongados excessivamente, toda a prestação de serviço do Estado brasileiro. Portanto, nós temos uma visão extremamente contrária e crítica a essa reforma.

Por isso, venho aqui trazer o meu apoio, a minha solidariedade a todos os servidores públicos, a todos aqueles que resistem a essa política neoliberal do Estado mínimo no País. Nós iremos nos posicionar contrariamente a essa proposta que está sendo votada na Câmara dos Deputados e que possivelmente hoje será objeto de um grande debate, em que nós iremos colocar a nossa...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 43/151

---

78.2021.B	Sessão Outro Evento	16/09/2021-10:32
Publ.: DCD - 9/17/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de rejeição do novo parecer oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Desrespeito do Presidente Jair Bolsonaro à Constituição Federal. Adoção da mentira como norte das ações do Presidente da República. Cenário de desemprego, inflação e carestia reinante no País. Aproximação da marca de 600 mil mortes no Brasil, provocadas pela recusa do Chefe da Nação à compra de vacinas. Constatação, pela CPI da Covid, da vinculação de lobistas com familiares do Presidente da República. Defesa de afastamento do mandatário do País.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.)** - Estão sendo construídos nesta Casa, no dia de hoje, diversos atentados

contra o Brasil, diversos atentados contra o povo brasileiro.

Teremos uma sessão neste dia e, após esta sessão, provavelmente, teremos a PEC nº 32, cujo novo parecer, que foi apresentado depois das 20 horas do dia de ontem, querem votar. Este parecer estabelece uma série de condições que não têm relação com a própria proposta de emenda constitucional e que mantém a alma cruel desta proposição, porque o art. 37-A diz que o Estado vai ficar à mercê da iniciativa privada.

O que se quer fazer nesta Casa, a partir da condição de sabujos do próprio Governo que grande parte dos Parlamentares assume, é destruir o Estado como instituição para resolver os problemas nacionais e o Estado de proteção social, como está na nossa Constituição.

Todos os dias se fere a Constituição Brasileira. Aliás, o Presidente da República já disse várias vezes que está disposto a desrespeitar a Constituição, e ele mesmo já a desrespeitou várias vezes, pautando um Governo a partir de um método político do ódio e da própria mentira.

O Presidente da República, segundo levantamentos, já colocou em contato com o conjunto da sociedade muito mais de mil mentiras, mil mentiras! É o Governo do *fake news*, que nega a realidade, constrói a sua própria realidade e que, desde o seu primeiro momento, fica testando as instituições.

Se fizermos uma comparação com Lula, sob todos os pontos de vista, veremos que tivemos pleno emprego, tivemos a fome arrancada do universo brasileiro. Hoje temos mais de 14 milhões de desempregados, hoje temos a inflação que retorna e está atingindo dois dígitos, hoje temos a inviabilidade de o povo brasileiro comer carne, a inviabilidade de o povo brasileiro comer arroz, temos o preço da gasolina a 7 reais, e o preço do gás, que impede as pessoas de utilizarem este produto e as expõe a uma série de acidentes ao utilizarem lenha, álcool - é uma crueldade. São quase 600 mil pessoas mortas neste Brasil pelo negacionismo.

O aumento das vacinas mostrou que a vacinação do povo diminui as mortes, mas o Presidente da República não quis aumentar as vacinas, porque no Ministério da Saúde havia quem se locupletava com a negação das vacinas e com a vacina arrancando propina da vida do povo brasileiro, provocando a morte do povo brasileiro.

Além disso, a CPI tem mostrado que lobistas têm relação com os familiares do Presidente. São estes familiares que o Presidente quer proteger de toda a sorte. Por isso, há a PEC nº 32, para que o Estado

esteja a serviço dos governantes e da iniciativa privada, mas não é só isso. Eles querem também aprovar, na CCJ, a PEC dos Precatórios ou a PEC do Calote, que vai dar o calote em educadores e educadoras na educação. Grande parte dos precatórios diz respeito ao que o Governo não passou do FUNDEF, do fundo da educação. Eles querem moldar o indexador, fazer com que os reajustes dos precatórios sejam inferiores à própria inflação e prorrogar o pagamento. Vão transformar em pó os precatórios.

É um absurdo o que está se fazendo nesta Casa no dia de hoje.

"Não" à PEC nº 32! "Não" à PEC do Calote! Fora, Bolsonaro!

---

Documento 44/151

---

78.2021.B	Sessão Outro Evento	16/09/2021-10:52
Publ.: DCD - 9/17/2021 -	SUBTENENTE GONZAGA-PDT -MG	
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

---

### *Sumário*

Protesto contra a aprovação do dispositivo acerca da exigência de cumprimento por policiais, magistrados e militares, da quarentena de 4 anos para candidatura a cargo eletivo, constante no bojo do Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021, sobre as normas eleitorais e as normas processuais eleitorais brasileiras. Indignação com a iniciativa do Relator Arthur Oliveira Maia, de alteração do art. 144 da Carta Magna na última versão do parecer oferecido a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

---

**O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG. Sem revisão do orador.)**  
- Presidente, eu queria repercutir mais uma vez e manifestar a nossa indignação pela aprovação ontem da quarentena para a magistratura, para os policiais e para os militares.

A Câmara, na sua maioria, cassou ou está tentando cassar direitos políticos desses profissionais. Nós temos uma compreensão. É claro que nós iremos à Justiça caso o Senado confirme, caso o Presidente vete ou não. Nós iremos à Justiça com certeza, porque temos convicção da inconstitucionalidade dessa medida. Mas essa é uma discussão para o futuro. Nós precisamos chamar a atenção do conjunto dos Parlamentares é para a injustiça que se faz com esses profissionais. Cassar direitos políticos é coisa de ditadura, e não da democracia. No dia em que se comemorava a democracia, dia 15 de setembro, cassaram-se direitos políticos, em nome dessa democracia.

Nós precisamos denunciar isso, dizer da nossa indignação.

Precisamos também, Sra. Presidente, falar de outra grande agressão que está sendo discutida neste momento na Comissão Especial relativa à PEC 32. É um absurdo que o Relator, sem nenhum debate, sem terem sido colocadas previamente para que pudéssemos enfrentar o mérito, traga agora para a PEC alterações no art. 144 da Constituição. O art. 144 trata da segurança pública, dos órgãos de segurança pública. A PEC originalmente não tinha absolutamente nada que dizia respeito à estrutura dos órgãos de segurança pública, a prerrogativas, a direitos. E, no entanto, o Relator, o Deputado Arthur Oliveira Maia, colocou, ontem à noite, no seu último parecer, alterações no art. 144.

Nós precisamos denunciar isso. Nós temos toda a disposição de enfrentar o debate sobre a estrutura de segurança pública. Aliás, queremos fazer esse debate. Nós temos PEC a ser admitida na CCJ para debater exatamente a estrutura da segurança pública no Brasil, que é equivocada, que é errada do ponto de vista da sua competência, da forma como está organizada. Precisamos admitir o ciclo completo.

Mas, numa reforma administrativa, sem nenhum debate prévio, incluir foro privilegiado para os delegados-gerais - foro privilegiado para o delegado-geral? Mudar um conceito fundamental da Constituição que admite a carreira única na Polícia Federal, para estabelecer duas carreiras, numa agressão ao conjunto expressivo dos policiais federais, que são a base da Polícia Federal, e ao conjunto dos da Polícia Civil, que fazem a investigação? E ainda tirar o controle externo do Ministério Público e colocar o CNJ?

São aberrações, são jabutis que nós não podemos aceitar.

Eu espero que tanto a Comissão neste momento quanto o Plenário no seu momento possam enfrentar esse debate e retirar esses jabutis. Aliás, nós temos que derrotar essa PEC. Essa PEC é desnecessária...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 45/151

---

78.2021.B	Sessão Outro Evento	16/09/2021-11:12
Publ.: DCD - 9/17/2021 -	PADRE JOÃO-PT -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

### *Sumário*

Apelo aos Parlamentares de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

---

**O SR. PADRE JOÃO** (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mais uma vez, como que numa força-tarefa, nós vimos alertar sobre o desmonte do Estado brasileiro, que está nessa Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020. E faço um apelo às colegas Deputadas e aos colegas Deputados: nós não podemos permitir esse ataque ao Estado brasileiro e a todos os que dependem das políticas públicas. Esse é um ataque a todas as cidadãs e a todos os cidadãos que dependem da educação pública, que dependem da assistência social, que dependem da saúde, que dependem da saúde pública. Esse é um desmonte cruel!

Deputadas e Deputados, V.Exas. têm de entender que as lideranças, mesmo na base, estão cientes disso. Nós temos alertado aos Vereadores e às Vereadoras, dos mais diversos partidos, e a Prefeitos, que fazem campanha. Então, na verdade é esta: Bolsonaro não tem jeito - e ainda bem! -, porque é um irresponsável, um genocida cruel. Mas, se V.Exas. votarem essa PEC 32/20, V.Exas. a estarão consolidando também, darão o aval e serão cúmplices.

Para o povo já está claro que Bolsonaro não volta. Agora, os Deputados que continuarem cúmplices do genocídio e do desmonte do Estado brasileiro não podem voltar, porque nós temos que retomar para o Brasil um novo programa, um programa de inclusão, um programa de combate às desigualdades.

Nós temos que pautar, a partir do ano que vem, a retomada do Estado brasileiro, e não acelerarmos esse desmonte. V.Exas. estão atacando o Estado por dentro, com esse desmonte, começando pelos servidores. É como se dissessem aos servidores: *"Vocês não servem mais, vocês são desnecessários, já são obsoletos!"*

E aí se lança mão então das parcerias, buscando empresas para prestar serviço. Elas vão prestar serviço, com salários minguados, com contratos de trabalho precários, buscando muito mais o lucro do que de fato a prestação de serviço. Isto está aprovado: nas empresas de capital aberto e nas particulares que prestam serviços, o objetivo é o lucro, e não a prestação de serviço.

Fora, Bolsonaro! Não à PEC 32!

Solicito que V.Exa. dê divulgação, Sr. Presidente, ao meu

pronunciamento também no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

---

Documento 46/151

---

78.2021.B	Sessão Outro Evento	16/09/2021-11:20
Publ.: DCD - 9/17/2021 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Alerta à Casa sobre a necessidade de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

---

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu queria fazer um alerta ao Plenário desta Casa e à população que nos escuta. É preciso derrotar a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, mais conhecida como a PEC da rachadinha, porque ela diminui os concursos públicos no Brasil e aumenta o número de indicações políticas. Imaginem que, se ela já estivesse valendo, Bolsonaro iria poder indicar mais de 1 milhão de servidores públicos neste País, sem concurso público. É preciso deixar isso bem claro para a população.

O Deputado ou a Deputada que tiver a coragem de votar a favor dessa PEC 32/20 fique sabendo que será cobrado no seu Estado, será cobrado pelos seus eleitores, porque ela está tirando gente da educação pública, está tirando gente da segurança pública, está tirando gente da saúde pública.

Ora, colegas, quem precisa de um hospital, quem precisa de um pronto-socorro público não são os ricos, são as pessoas mais simples. Quem fica dias e dias esperando um atendimento no INSS não são os ricos, porque rico não precisa de aposentadoria, ele tem dinheiro a vida toda. Quem fica numa fila do INSS por muito tempo são as pessoas mais simples e mais pobres.

Se hoje já existe uma demanda reprimida de mais de 2 milhões de brasileiros esperando serem atendidos pelo INSS, imagine quando essa PEC estiver funcionando, porque vai sim reduzir o número de servidores públicos. E isso também retira a esperança da juventude que estuda para um concurso público, que quer um trabalho e quer trabalhar com seriedade.

Essa PEC 32/20 é a PEC da perseguição. Está lá escrito que os trabalhadores podem ser demitidos a qualquer momento. Se um chefe não vai com a cara de um servidor público, ele pode demiti-lo. E isso abre espaço para que o chefe ou um político possa indicar alguém da sua turma.

Então, colegas Parlamentares, é preciso imediatamente derrotar essa PEC. Aliás, eu estou com uma esperança de que vamos derrotá-la, porque a base do Presidente Bolsonaro, que defende a PEC às escondidas, não tem coragem de defendê-la na Comissão e nem está vindo ao Plenário defender a PEC da rachadinha.

É preciso a união de todos. É preciso que os servidores públicos deste País pressionem a Câmara dos Deputados a enterrar de vez a PEC 32/20, que acaba com o serviço público e aumenta o número de vagas dos indicados políticos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 47/151

---

105.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/09/2021- CD	12:20
Publ.: DCD - 9/17/2021 -	LEO DE BRITO-PT -AC	
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Adiamento, pela Comissão Especial, da votação do parecer oferecido pelo Relator Arthur Oliveira Maia à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Discussão da Medida Provisória nº 1.052, de 2021, relativa à alteração da participação federal e das regras de repasse de recursos da União a fundos de desenvolvimento regionais.

---

**O SR. LEO DE BRITO** (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro quero fazer um registro importante. Hoje seria votado, na Comissão Especial da PEC 32, o relatório do Deputado Arthur Oliveira Maia, e, graças a um entendimento conosco da Oposição, de maneira muito sensata, tanto o Presidente Fernando Monteiro como também o Deputado Arthur Oliveira Maia decidiram prorrogar essa votação para terça-feira, para que possamos maturar melhor o complemento de voto, porque será feito um novo complemento de voto.

Segundo, Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar o Deputado Wellington Roberto, que fez esse relatório e que conseguiu melhorar,

trazer melhorias à medida provisória do Governo, que era uma medida provisória nefasta, completamente nefasta aos interesses do País. Colocava o Fundo Garantidor, que é tão importante para as operações de crédito, na mão da iniciativa privada. O Deputado Wellington Roberto conseguiu trazer para os bancos públicos. Foi um avanço, mas continua havendo a possibilidade de que esses recursos, contrariamente aos interesses nacionais, ao planejamento de desenvolvimento do nosso País, sejam drenados para as parcerias público-privadas, inclusive para fundos de investimento privado.

Essa é uma situação que a nós da Oposição nos preocupa. Nós votamos, inclusive, pelo adiamento dessa discussão para que pudéssemos nos aprofundar nisso, porque no fundo, no fundo, nós sabemos a importância que têm os fundos constitucionais, como é o Fundo Constitucional do Norte, como é o Fundo Constitucional do Nordeste para o desenvolvimento dessas regiões.

Eu, Deputada Erika Kokay, que sou da Região Norte, que é uma região pobre, que precisa de investimentos, que precisa de crédito facilitado, sei do papel que os bancos públicos têm cumprido, como o BASA, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica.

Sabemos também a importância que eles têm em fornecer ou em dar, para os pequenos empreendimentos e para a agricultura familiar, a possibilidade de terem acesso ao crédito, o que tem sido dificultado, infelizmente, nos últimos anos. Nós precisamos dar um voto de confiança para quem quer produzir e para quem quer gerar emprego, e infelizmente isso vem sendo dificultado.

Portanto, nós precisamos que de fato haja essas melhoras, e é por isso que eu acho importante que nós votemos contra essa medida provisória, porque precisaríamos discutir o tema ainda mais.

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 48/151

---

105.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/09/2021- CD 12:44
Publ.: DCD - 9/17/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Discussão da Medida Provisória nº 1.052, de 2021, relativa à alteração da participação federal e das regras de repasse de recursos da União a fundos de desenvolvimento regionais. Adiamento da votação da Proposta de Emenda à

Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Na verdade, nós temos uma medida provisória que versa sobre dois assuntos: um deles é o Fundo Garantidor, que já existe desde 2012, fundo absolutamente importante para que possamos enfrentar os problemas do País, como a ausência de infraestrutura.

A ausência de infraestrutura é um problema desconhecido por quem domina o capitalismo no Brasil e quem domina é o rentista que vive de renda, portanto não produz, é um capitalismo vadio, que está desterritorializado. Portanto, não precisa de infraestrutura para poder ter qualquer projeto de desenvolvimento, inclusive para escoar a produção, posto que não produz.

Esse fundo é dirigido hoje por uma empresa pública. O Governo queria tirar a direção desse fundo da empresa pública e colocar a direção para a empresa privada, por um banco ou uma empresa do sistema financeiro privado. O Relator corrige essa distorção e estabelece que esse fundo será gerido por uma empresa financeira pública. No entanto, o Relator, ao corrigir essa distorção, não corrige outras distorções. Uma delas refere-se aos recursos. Os recursos desse Fundo Garantidor que, antes eram direcionados para investimentos no País, hoje são direcionados, segundo o Governo, para investimentos em parcerias público-privada, quer direcionar apenas para o que representa concessões ou privatizações, e não para o que representa desenvolvimento.

Portanto, estes recursos do Fundo Garantidor podem ser direcionados para um fundo de investimento privado que poderá se utilizar desses recursos.

Com efeito, os recursos que devem servir ao País estão sendo terceirizados, privatizados, para gerar lucro de quem quer que seja.

Além disso, essa medida provisória acabava com as condições de sobrevivência dos bancos, particularmente do BASA, do BNB e também do Banco do Brasil que está administrando o FCO - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

Esses recursos dos fundos constitucionais são recursos vultosos, que representam parte significativa de toda a política de crédito do BASA e do BNB! Queriam tirar, mexer na taxa de administração, mexer no *del credere*, na taxa de risco, e estabelecer, portanto, condições que inviabilizariam os próprios bancos públicos, porque este Governo não gosta do que é público! Não gosta.

A votação da PEC 32 nós conseguimos adiar, mas a PEC 32 é também a condição de o Governo pagar para a iniciativa privada cumprir a sua própria função.

Ainda que tenhamos tirado as modificações na taxa de administração, estabelecido o mesmo percentual na taxa de risco, nós não podemos permitir que recursos públicos sejam dirigidos para a iniciativa privada. Nós temos que fortalecer os bancos públicos, e os fundos constitucionais regionais são fundamentais para uma política de crédito que alavanque...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 49/151

---

105.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/09/2021- CD 13:32
Publ.: DCD - 9/17/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Vinculação entre o espancamento e tortura de quilombola negro por empresário bolsonarista no Estado do Rio Grande do Norte, e o incentivo do Presidente Jair Bolsonaro à violência. Flexibilização, pelo Presidente da República, da compra e posse de armas de fogo no País. Cenário de fome, desemprego, insegurança alimentar e pobreza reinante no País, especialmente entre a população negra. Postura irresponsável do Presidente da República em relação à epidemia de coronavírus. Consequências, sobre a população de baixa renda, da eventual aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Contrariedade à pretendida reedição da excludente de ilicitude. Anúncio de realização de novas manifestações no País contra o Governo Jair Bolsonaro.

---

**A SRA. TALÍRIA PETRONE** (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Agradeço a V.Exa. a compreensão, Presidente.

Srs. e Sras. Deputadas, os tempos em que vivemos são horríveis. Queria falar sobre uma cena que aconteceu, Deputada Vivi, nesta semana.

Lá no Rio Grande do Norte, um homem negro, quilombola, foi amarrado, torturado, espancado por um comerciante, por um

empresário bolsonarista da região. Isso, inclusive, provocou um pronunciamento contundente da Governadora Fátima Bezerra, do Partido dos Trabalhadores. E o que isso revela? O que autoriza alguém a amarrar um homem negro, quilombola, e torturá-lo, espancá-lo? Que retrato de Brasil é esse? Que fotografia do Brasil do horror é essa, senhores e senhoras? Esse é o Brasil do horror.

O Brasil do horror, infelizmente, tem um Presidente que, nas suas palavras, nas suas ações, na sua política, incentiva esse horror. Tira dos porões toda a podridão que queríamos enterrar de um Brasil escravocrata, de um Brasil colonial, de Brasil desigual.

O Brasil tem um Presidente que, desde o início, ridicularizou quilombolas, atacou pessoas LGBTQI+, incentivou o estupro de mulheres, defendeu ditadura. Ele falou aqui, aqui mesmo, neste plenário, em defesa de Ustra, que enfiou ratos em vaginas de mulheres. Esse Presidente autoriza, do lugar de poder que ocupa, alguém a torturar, a amarrar um homem negro e quilombola. Esse é o Brasil do horror.

No Brasil do horror, a cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado por arma de fogo, muitas delas do Estado, mas mesmo assim o Presidente libera as armas com a sua sanha armamentista, com o seu populismo penal. Quem compra essas armas? E ao corpo de quem chegam as balas dessas armas? Aos corpos pretos, como é preto o corpo torturado no Rio Grande do Norte.

No Brasil do horror, quase 15% da população está desempregada, na maioria corpos pretos.

No Brasil do horror, até os trabalhadores da Uber estão abandonando o trabalho precarizado porque não têm como pagar a gasolina!

No Brasil do horror, 19 milhões de pessoas agora têm fome e metade do povo está em insegurança alimentar, majoritariamente corpos pretos.

No Brasil do horror, triplicou a pobreza, e a pobreza também é preta.

O Brasil do horror tem um Presidente que ri da pandemia, que tira a máscara de criança, que faz piada da maior crise sanitária experimentada pelas gerações vivas, que mata mais os pretos também - pretos morrem mais e se vacinam menos.

Ao mesmo tempo, está nesta Casa a PEC 32 para destruir serviços públicos. Quem usa serviço público, creches e SUS? É o corpo preto, é o porteiro, é a trabalhadora doméstica, é o camelô.

No Brasil do horror querem aprovar a famigerada Lei Antiterror, para reeditar o excludente de ilicitude, que é a licença para matar o corpo preto de novo. Há a possibilidade de perseguir quem luta contra o horror.

Está duro, mas há resistência. No dia 2 de outubro vamos para as ruas. O povo vai derrotar esse genocida racista, escravocrata.

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 50/151

---

105.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/09/2021- CD 15:12
Publ.: DCD - 9/17/2021 -	ROGÉRIO CORREIA-PT -MG
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 8º do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2021, da Medida Provisória nº 1.052, de 2021, relativa à alteração da participação federal e das regras de repasse de recursos da União a fundos de desenvolvimento regionais. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Regozijo com o adiamento da votação da propositura.

---

**O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Minoria também encaminha "sim", o conjunto dos seus partidos.

Aproveito a oportunidade, já que está terminando a sessão de hoje, para dizer que obtivemos uma vitória importante na resistência contra a PEC 32, que é a "deforma administrativa", uma emenda constitucional enviada pelo Presidente Jair Bolsonaro e pelo Ministro Paulo Guedes que é o sucateamento da prestação do serviço público, que privatiza, terceiriza e precariza também os servidores públicos. Essa emenda constitucional tem ganhado o repúdio dos servidores e de todos aqueles que precisam do serviço público, pelo Brasil inteiro. Nesta semana, vimos nos aeroportos e nas redes grandes manifestações. Espero que assim continue, para que, na semana que vem, enterremos a PEC 32, e não permitamos a destruição do serviço público no Brasil.

Muito obrigado.

---

Documento 51/151

---

106.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/09/2021- CD	16:36
Publ.: DCD - 9/22/2021 -	TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei nº 813, de 2021, sobre a transformação, sem elevação de gastos, de cargos de Técnico do Ministério Público da União em cargos de Procurador de Justiça, e nos cargos em comissão especificados, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**A SRA. TALÍRIA PETRONE** (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL orienta "não", Sr. Presidente.

Este projeto permite o aumento do número de cargos comissionados. Nós entendemos que, na contramão disso, temos que valorizar o serviço público.

Inclusive, esta semana estamos enfrentando nesta Casa, de forma muito contundente, o debate sobre a PEC 32/20, que significa a destruição do Estado brasileiro. Na contramão do que diz Guedes, que, por exemplo, chama os servidores de parasitas e privilegiados, entendemos que precisamos valorizar os serviços públicos. Transformar cargos que seriam destinados a servidores efetivos, transformar cargos efetivos em cargos comissionados é, infelizmente, mais um golpe contra o serviço público brasileiro.

O PSOL vota "sim" ao adiamento e "não" à matéria.

---

Documento 52/151

---

106.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/09/2021- CD	16:40
Publ.: DCD - 9/22/2021 -	PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### **Sumário**

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei nº 813, de 2021, sobre a transformação, sem elevação de gastos, de cargos de Técnico do Ministério Público da União em cargos de Procurador de Justiça, e nos cargos em comissão especificados, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB indica o voto "sim" ao adiamento da discussão.

Achamos que, neste momento, o mais urgente é derrotar a PEC 32. Ela, sim, é prejudicial ao serviço público brasileiro. Em vez de priorizar o concurso público, prioriza contratações temporárias, que podem durar até 10 anos, e depois desse prazo se dispensa esse servidor público.

A PEC 32 é nefasta para o povo brasileiro, porque ela pega recursos públicos da educação, especialmente os da educação infantil, tira as creches da mão do Município e as coloca na mão de empresas privadas. "Não" à PEC 32!

Achamos que é muito mais urgente a derrota desta PEC pelo Parlamento brasileiro do que qualquer outro assunto.

---

Documento 53/151

---

106.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-21/09/2021-
	CD	16:48
Publ.: DCD - 9/22/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### **Sumário**

Discussão do Projeto de Lei nº 813, de 2021, sobre a transformação, sem elevação de gastos, de cargos de Técnico do Ministério Público da União em cargos de Procurador de Justiça, e nos cargos em comissão especificados, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios. Não valorização do serviço público pela Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Falou-se

aqui sobre o princípio da economicidade. Os recursos são os mesmos. Não há diminuição nem aumento de recurso. O recurso é o mesmo. Só que esse recurso deveria ser gasto com servidores concursados. O concurso ainda está aberto. Portanto, não se tem que fazer novo concurso público. Já foram selecionados esses servidores e essas servidoras. Deveria ser usado para pagar a servidores concursados, que carregam a memória do órgão, que permanecem no órgão. Esses 141 cargos serão transformados em oito cargos de Procurador e em 164 cargos comissionados. Vagas que seriam de concursados vão ser ocupadas por comissionados.

Estamos falando do concurso do Ministério Público da União que supre a necessidade de pessoal de quatro Ministérios, o Ministério Militar, o Ministério do Trabalho, o Ministério Público do Distrito Federal e o Ministério Público Federal. O concurso é o mesmo, e as pessoas selecionadas no concurso do MPU são distribuídas entre esses quatro Ministérios.

Nós estamos falando da transformação de 141 cargos do Ministério Público da União em 164 cargos comissionados! Esse é o princípio da desvalorização do concurso público, é o princípio da desvalorização do servidor permanente. O cargo comissionado atende a demandas administrativas específicas.

Não venham falar aqui de economicidade, porque não se gastará mais. Querem contratar 164 comissionados em vez de contratar concursados que estão esperando ser chamados.

O mesmo princípio está, de forma fragmentada, na Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, que é o de não valorizar o concurso público, não valorizar o serviço permanente. Cargos que seriam permanentes no órgão são transformados em cargos comissionados.

Ainda que a Relatora tenha assegurado que esses cargos comissionados só serão ocupados por servidores de carreira, trata-se de cargos transitórios.

Por isso, não tem como ser aprovada...

*(Desligamento automático do microfone.)*

CD 17:04  
 Publ.: DCD - 9/22/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA  
 CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

### *Sumário*

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da votação do Projeto de Lei nº 813, de 2021, sobre a transformação, sem elevação de gastos, de cargos de Técnico do Ministério Público da União em cargos de Procurador de Justiça, e nos cargos em comissão especificados, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós estamos no período de debate da PEC 32, uma reforma administrativa que não entrega nada em metas para a população brasileira, que refaz a tabela das carreiras típicas de Estado.

Essa matéria, não obstante todo o valor do Ministério Público, de seus técnicos, da necessidade de um aporte orçamentário que lhe seja adequado, infelizmente está neste momento em uma inoportunidade enorme porque é a hora desse debate da reforma administrativa, que consegue desagradar a Direita, a Esquerda, a Oposição, a base do Governo e a Nação brasileira.

A PEC 32 tinha que ser retirada de votação nesta Casa, e nós passaríamos a debater as circunstâncias específicas da arquitetura dos organismos públicos em nosso País em uma reforma verdadeira, que melhorasse a condição de atendimento à população.

O PCdoB vota "sim" ao adiamento da votação.

Documento 55/151

106.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -21/09/2021-  
 CD 17:08  
 Publ.: DCD - 9/22/2021 - JOENIA WAPICHANA-REDE -RR  
 CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da votação do Projeto de Lei nº 813, de 2021, sobre a transformação, sem elevação de gastos, de cargos de Técnico do Ministério Público da União

em cargos de Procurador de Justiça, e nos cargos em comissão especificados, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.

**A SRA. JOENIA WAPICHANA** (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a REDE vai orientar "sim" ao adiamento da votação. É preocupante a PEC 32, que vai no mesmo sentido de favorecer a privatização, de desestruturar o serviço público.

Nós sabemos que quem depende do serviço público é a maioria da população brasileira, justamente por enfrentar hoje uma pandemia. Se não fosse o SUS, o País estaria mais em caos ainda. Então, é preciso valorizar o serviços públicos, os servidores públicos, fazer um investimento digno, melhores estruturas, concurso público inclusive.

É nesse sentido que nós também entendemos que o PL 853 pode abrir brecha para desfavorecer o serviço público.

Então, a REDE vai votar "sim" ao adiamento da votação.

Documento 56/151

106.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-21/09/2021-
	CD	17:16
Publ.: DCD - 9/22/2021 -	PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

### **Sumário**

Declaração de voto contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 813, de 2021, sobre a transformação, sem elevação de gastos, de cargos de Técnico do Ministério Público da União em cargos de Procurador de Justiça, e nos cargos em comissão especificados, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, ressalvados os destaques.

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós que votamos contra a PEC 32, porque prioriza as indicações políticas e deixa de lado o concurso público, não poderíamos ser a favor de uma proposta como esta, que deixa de escanteio mais de 2 mil concursados que estão esperando ser chamados para ocuparem seus postos. No lugar deles, criam-se cargos comissionados. Acreditamos que dessa forma não valorizamos o serviço público, não valorizamos o concurso público.

O voto do PCdoB é "não", porque nós somos a favor da valorização do serviço público, a favor da valorização daqueles que estudaram, se esforçaram, passaram num concurso público e querem ser chamados.

---

Documento 57/151

---

106.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/09/2021- CD	17:28
Publ.: DCD - 9/22/2021 -	CELINA LEÃO-PP -DF	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Agradecimento aos Líderes partidários pelo apoio à Emenda oferecida pela Relatora da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ao Projeto de Lei nº 813, de 2021, sobre a transformação, sem elevação de gastos, de cargos de Técnico do Ministério Público da União em cargos de Procurador de Justiça, e nos cargos em comissão especificados, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios. Declaração de voto contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**A SRA. CELINA LEÃO** (PP - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, inicialmente eu quero fazer um agradecimento. Se V.Exa. observar no painel, quase todos os partidos colocaram "sim", devido a uma adequação que fizemos, como Relatora, a esse texto.

A nossa adequação foi no sentido de que, com este relatório, qualquer cargo que seja criado seja exclusivo de servidores efetivos, servidor público efetivo. Foi uma adequação necessária. Fizemos um grande debate sobre o assunto.

Mas é importante, Sr. Presidente, registrar que sou contrária, do ponto de vista do mérito, à PEC 32. Não tenho problema em fazer esse debate, mas não dá para confundir um tema que nós estamos discutindo aqui, tendo em vista a possibilidade de dar um atendimento adequado ao cidadão que busca o sistema jurisdicional, com a questão da PEC 32, inclusive porque vou votar contrário a ela, como Deputada.

Então, faço este registro, mas agradeço a todos os Líderes que encaminharam "sim" à nossa emenda e à adequação do texto.

Muito obrigada.

---

106.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/09/2021 -  
CD 17:32

Publ.: DCD - 9/22/2021 - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER  
DISCURSO

### *Sumário*

Homenagem à memória do educador Paulo Freire, ao ensejo do transcurso do centenário do seu nascimento. Caráter fantasioso e inconsistente do discurso proferido pelo Presidente Jair Bolsonaro na abertura da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU. Redução, pelo Governo Federal, dos recursos orçamentários destinados às áreas de educação, saúde e segurança pública. Repúdio à privatização de empresas estatais. Constatação, pela CPI da Covid, da existência de esquema de corrupção na compra de vacinas contra a Covid-19, no âmbito do Ministério da Saúde. Envolvimento de militares na compra irregular de imunizantes. Apresentação do Projeto de Lei nº 2.932, de 2021, sobre a instituição de pensão especial às crianças e adolescentes órfãos em decorrência da Covid-19. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela retomada da fome e dos índices inflacionários no País. Comparação entre os preços de alimentos, do gás de cozinha, de combustíveis e das taxas de desemprego nos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Imediata abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS.** Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, é sempre uma honra usar da palavra em nome da Liderança do PT, a quem eu agradeço como partido, pelo amor ao Brasil e pelo compromisso com a democracia.

Eu vim hoje com uma homenagem a Paulo Freire, porque, no último dia 19, o centenário de Paulo Freire marcou não apenas a área da educação, mas a defesa de um Brasil justo e digno para todos os seus filhos e filhas. Ao usar uma expressão em homenagem a Paulo Freire, quero lembrar a confiança na educação. A educação, segundo o professor, não transforma o mundo sozinha, mas transforma as pessoas, e pessoas transformam o mundo.

Pois bem, senhores e senhoras, a educação não está restrita ao mundo escolar. Nós também, como autoridades públicas, pelo nosso exemplo, educamos ou deseducamos, construímos bons caminhos para uma nação ou não. O Parlamento brasileiro precisa estar atento ao que ocorre nos dias atuais.

A democracia não é uma peça de roupa que se troca, porque a democracia é a própria Constituição. E o que nós vimos hoje na expressão e na presença do Presidente da República, Jair Bolsonaro, nas Nações Unidas é algo que mais uma vez envergonha o Brasil.

Senhores e senhoras, que conjunto de mentiras foi apresentado ao mundo!? Foram apresentadas mentiras sobre o povo brasileiro, sobre as riquezas naturais do Brasil, mentiras sobre as estatais brasileiras, mentiras sobre tudo, prezados colegas. Houve a apresentação fantasiosa de que ele seria um salvador da Pátria, quando ele é alguém que produziu uma realidade de quase 600 mil óbitos nesta Nação - de salvador não tem nada.

O que há em Jair Bolsonaro é alguém que desvaloriza a educação, que disse dias atrás, entre os impropérios que tem usado, que o Brasil tem professores e professoras demais. O que há demais no Palácio do Planalto é a ignorância de quem tem agido para reduzir o orçamento da educação, para reduzir o orçamento da saúde, para reduzir o orçamento da segurança pública.

Deputado Pedro Uczai, Deputada Erika Kokay, Deputado Afonso Florence, Deputado Henrique Fontana, colegas Parlamentares, o Governo Bolsonaro inaugura uma nova etapa no processo de privatização. Atacou os Correios, levou-o para o caminho da privatização, e o Senado pode reverter isso. Atacou a ELETROBRAS. Atacou a PETROBRAS. Agora, é a privatização dos serviços.

A PEC 32/20, da reforma administrativa, significa um conceito colocado na Constituição que retira a dimensão pública da responsabilidade de serviços e de atendimento à sociedade, de educação pública, de SUS, de Sistema Único de Saúde, de segurança pública. A Constituição é pública, o Estado é público, Bolsonaro privatiza. Privatiza com interesses da corrupção.

Na ONU, disse que a corrupção não existe mais no Brasil. Como?

Como, prezada Deputada Fernanda Melchionna, prezados Parlamentares?

A CPI da COVID diz que a corrupção no Brasil foi armada em torno da vacina; a corrupção significou um impedimento, ela levou à maior demora. Não se tratava só do negacionismo, da cloroquina, de ideias, mas se tratava, além de ideias retrógradas, contra a ciência, do ataque à ciência; além de ideias retrógradas, de ideias corruptas, porque, pela via do negacionismo, negociatas foram feitas no Ministério da Saúde, onde, aliás, nós temos um exemplo de como o setor militar não pode ocupar funções, e creio que nós devemos corrigir isto para que sejam

funções finalísticas de outras áreas.

Os militares podem ocupar funções na defesa, na justiça, podem ocupar funções no gabinete militar. Mas como é possível termos um Governo eivado da presença militar, e nos darmos conta, hoje, de que esses militares, que foram puxados por Jair Bolsonaro para o Palácio do Planalto ou para o Ministério da Saúde, alguns deles sendo citados na CPI, têm explicações a dar, e mancham, e maculam o conjunto hoje, no País, de forças que são muito importantes para a Nação brasileira?

Nós, senhores e senhoras, do Partido dos Trabalhadores, utilizamos da nossa palavra e da nossa voz em cada canto do Brasil para dizer que o povo brasileiro quer a superação desse momento dramático que nós estamos vivendo.

É dramático porque, ao lado da perda de vidas, quando já temos mais de 150 mil órfãos no País, apresentamos projeto de lei para garantir, Deputado Pedro Uczai, inclusive aporte de recursos e apoio a essas crianças e adolescentes.

Ah, mas isso o Governo não faz! O Governo Bolsonaro devolveu o País a questões, a aspectos que já estavam superados, como a fome. Nós voltamos à fome!

O IBGE indica que cerca de 130 milhões de domicílios não têm o suficiente todos os dias para alimentar todos os integrantes da família. Aqui está a mulher, mãe, avó, provedora, que alimenta primeiro os seus filhos. Se sobrar alguma coisa, ela se nutre. Aqui estão aquela que não consegue mais pagar a conta de luz, aquele que não consegue comprar o gás e tem que ir atrás de alguma lenha para cozinhar o pouco que tem para oferecer a seus filhos na hora de dormir, no País em que Bolsonaro recriou a fome e a transforma em crônica.

Ele recriou a inflação! Convenhamos que, com todas as críticas que possamos fazer e com todas as diferenças que possamos ter, desde antes do Governo Lula a inflação estava debelada. Com muita responsabilidade, o Presidente Lula e a Presidenta Dilma mantiveram sob controle a inflação, enquanto o poder de compra dos salários aumentava e as pessoas podiam ir ao mercado comprar iogurte, biscoito, feijão, arroz e carne! E agora? E agora, senhores e senhoras? Com Lula, o pacote de arroz de 5 quilos custava 9 reais; com Bolsonaro, custa 20 reais. Com Lula, 1 quilo de feijão custava 3 reais e 30 centavos; com Bolsonaro, 1 quilo de feijão chegou a 9 reais e 50 centavos. No período Lula, o botijão de gás de 13 quilos custava 38 reais e 29 centavos; com Bolsonaro, custa 110 reais - eu já vi por 115 reais o botijão de gás de 13 quilos. Com Lula, o litro da gasolina

custava 2 reais e 53 centavos; com Bolsonaro, o litro da gasolina custa 7 reais.

O preço dos alimentos explodiu no País do agro! Há alguma coisa errada nisso! Nós estamos nos tornando dependentes, do ponto de vista alimentar, do básico que vai para mesa! Não adianta só valorizar a exportação de soja, que é tão importante; nós queremos mesmo é comida no prato e vacina no braço!

Vejamos agora o desemprego. Se as pessoas não têm comida porque ela ficou mais cara, elas também não têm comida porque não têm emprego. Com Lula, o desemprego chegou, no máximo, a 6,2%. Com Dilma, o desemprego chegou a 4,5%. Havia pleno emprego! As placas diziam: "*Aproximem-se! Há vagas*". Agora, com Bolsonaro, está em 14,1%, aproximando-se, ao longo deste mês, de 15%.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a PEC 32 precisa ser derrotada nesta Casa! Precisa ser derrotada, porque, se ela for aprovada, um povo que já não se alimenta, um povo que não tem emprego não terá também serviços públicos.

Há um conjunto de ações contra o povo, e nós não podemos nos calar. Só o *impeachment* imediatamente colocado em pauta nesta Câmara nos salva, como Parlamento, de sermos cúmplices da morte e da fome de brasileiros e de brasileiras.

Fora, Bolsonaro!

---

Documento 59/151

---

106.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-21/09/2021-
	CD	17:44
Publ.: DCD - 9/22/2021 - PAULO RAMOS-PDT -RJ		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação das Emendas de Plenário, com parecer contrário, apresentadas ao Projeto de Lei nº 813, de 2021, sobre a transformação, sem elevação de gastos, de cargos de Técnico do Ministério Público da União em cargos de Procurador de Justiça, e nos cargos em comissão especificados, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, ressalvados os destaques. Posicionamento do PDT contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT, rememorando o nosso grande Leonel Brizola, vai dizer um "não" rotundo à PEC 32, que já está sendo derrotada. E, no caso específico da matéria em apreciação, o PDT vai votar "sim" ao destaque.

---

Documento 60/151

---

106.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -21/09/2021- CD	17:52
Publ.: DCD - 9/22/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### **Sumário**

Orientação de bancada na votação das Emendas de Plenário, com parecer contrário, apresentadas ao Projeto de Lei nº 813, de 2021, sobre a transformação, sem elevação de gastos, de cargos de Técnico do Ministério Público da União em cargos de Procurador de Justiça, e nos cargos em comissão especificados, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, ressalvados os destaques. Posicionamento da Oposição contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Falta de compostura do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, demonstrada na reação com gestos obscenos à manifestação contra o Presidente da República, em Nova Iorque, Estados Unidos da América. Gestão criminosa do Ministro do Meio Ambiente.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, a Oposição vai liberar, mas é importante que nós possamos deixar clara a nossa posição contra a PEC 32, que destrói um Estado que deve enfrentar os problemas nacionais; um Estado que é construção, fruto de um pacto na tentativa de fecharmos o luto de um período muito traumático das salas escuras de tortura que são aplaudidas pelo Presidente da República.

A Oposição, ainda que libere o voto acerca desta matéria, tem uma posição muito nítida de que esse Presidente envergonha o Brasil. O Ministro da Saúde fez gestos obscenos! Gestos obscenos! Não enfrenta a crítica! Não enfrenta a crítica! Não enfrenta o fato o Presidente da República de que nós temos uma destruição do meio ambiente. O Ministério do Meio Ambiente foi ocupado por um criminoso ambiental.

Por isso, ainda que liberemos a bancada nesta matéria, nós temos convicção de que é: fora, Bolsonaro!

Documento 61/151

---

106.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/09/2021- CD 18:28	
Publ.: DCD - 9/22/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 3, apresentada ao Projeto de Lei nº 813, de 2021, sobre a transformação, sem elevação de gastos, de cargos de Técnico do Ministério Público da União em cargos de Procurador de Justiça, e nos cargos em comissão especificados, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios. Posicionamento da oradora contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF.** Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PT vota a favor da emenda. O PT é autor da emenda que assegura a manutenção dos cargos comissionados ocupados por servidores, na proporção em que existe hoje nos cargos atuais. Nós já aprovamos que todos os novos cargos comissionados serão preenchidos por servidores e servidoras.

O PT sempre defende o concurso público, a Constituição brasileira, quando estabelece para que serve o Estado. O Estado não serve para ficar à mercê da iniciativa privada, como quer a PEC 32. O Estado não serve para ficar à mercê dos governantes, como quer a PEC 32.

Bolsonaro busca se apropriar do Estado para que lhe sirva. O Estado tem que servir à população. O Estado serve à população quando respeita a Constituição Federal, o servidor e a servidora, a lógica republicana, que está manchada e ferida com um Governo que envergonha o Brasil aonde vai.

---

Documento 62/151

---

106.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/09/2021- CD 18:28	
Publ.: DCD - 9/22/2021 - PAULO RAMOS-PDT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Caráter falacioso do discurso proferido pelo Presidente Jair Bolsonaro na abertura da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 3, apresentada ao Projeto de Lei nº 813, de 2021, sobre a transformação, sem elevação de gastos, de cargos de Técnico do Ministério Público da União em cargos de Procurador de Justiça, e nos cargos em comissão especificados, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.

---

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, corre à boca pequena que o discurso feito pelo Presidente Bolsonaro, na abertura dos trabalhos da Assembleia Geral das Nações Unidas, também foi redigido pelo ex-Presidente Temer. É tão mentiroso, tão falso, quanto o discurso pós-vexame de Sete de Setembro.

O Presidente Bolsonaro não tem o direito de envergonhar o povo brasileiro, como tem feito e como ratificou no discurso na ONU.

Em relação à emenda do PT, o PDT obviamente vota favoravelmente, mas espera que a aprovação deste projeto seja o passo inicial para a derrota da PEC 32, que caminha exatamente no sentido do desmonte do serviço público.

O PDT vota "sim", Sr. Presidente.

---

Documento 63/151

---

106.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -21/09/2021- CD	18:32
Publ.: DCD - 9/22/2021 -	FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 3, apresentada ao Projeto de Lei nº 813, de 2021, sobre a transformação, sem elevação de gastos, de cargos de Técnico do Ministério Público da União em cargos de Procurador de Justiça, e nos cargos em comissão especificados, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

---

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA** (PSOL - RS. Pela ordem. Sem

revisão da oradora.) - Olha, Presidente, o PSOL orienta "sim". Evidentemente, esta emenda amplia o número desses novos cargos em comissão que estão sendo criados e estabelece que 80% deles sejam destinados ou apenas preenchidos por servidores de carreira. Obviamente, é uma emenda meritória, tendo em vista o conjunto da ópera.

Mas nós não podemos deixar de criticar essa lógica perversa que, sob o argumento de que o teto não permite haver concurso público, impõe mais destruição ao serviço público, portanto, mais destruição dos serviços à população, justamente o serviço público do Ministério Público da União. E nós podemos falar também do conjunto dos serviços públicos que tanto atendem o povo brasileiro no momento da pandemia, como o SUS, e que são atacados na PEC 32. Nós estamos firmes com os servidores, lutando contra essa PEC, para que ela seja rejeitada na Comissão Especial e que não venha ao plenário.

Quem vota não volta...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 64/151

---

106.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-21/09/2021-
	CD	18:32
Publ.: DCD - 9/22/2021 - DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 3, apresentada ao Projeto de Lei nº 813, de 2021, sobre a transformação, sem elevação de gastos, de cargos de Técnico do Ministério Público da União em cargos de Procurador de Justiça, e nos cargos em comissão especificados, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, diferentemente do NOVO, nós estamos exatamente buscando fortalecer o interesse público e defender as prerrogativas do servidor público.

O que esta emenda propõe? Que os cargos comissionados sejam preenchidos por servidores de carreira, por pessoas que entraram no serviço público a partir de concurso, com exigências de qualificação para as funções. E nada mais justo do que fazer fortalecer, portanto, o papel do servidor público e do serviço público.

É que este Governo, na verdade, não olha para a necessidade de prestar serviços públicos adequados à nossa população. Por isso, quer aprovar a PEC 32, para fragilizar o serviço público, para dar espaço à privatização, para retirar direitos daqueles que prestam serviços à nossa população.

O voto é "sim".

---

Documento 65/151

---

106.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-21/09/2021-
	CD	18:36
Publ.: DCD - 9/22/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Repúdio ao discurso proferido pelo Presidente Jair Bolsonaro na abertura da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU. Solidariedade ao movimento de servidores públicos contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 3, apresentada ao Projeto de Lei nº 813, de 2021, sobre a transformação, sem elevação de gastos, de cargos de Técnico do Ministério Público da União em cargos de Procurador de Justiça, e nos cargos em comissão especificados, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF.** Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O discurso do Presidente na ONU é indefensável. A realidade sangra. A realidade se impõe. O Presidente da República nega a própria realidade. Não apenas nega a vacina para poder estimular um esquema de propina dentro do Ministério da Saúde como também nega a realidade. Mas a realidade não pode ser negada.

Garantir que nós tenhamos servidores e servidoras que possam ser respeitados é fundamental para um serviço público de qualidade. Nós estamos numa resistência, e nesse sentido quero inclusive parabenizar servidores e servidoras de todo o Brasil que aqui estão dizendo "não" à

PEC 32.

Esta emenda, a que somos favoráveis - a Oposição é favorável a ela -, assegura a valorização dos servidores, para que eles continuem ocupando os cargos comissionados.

---

Documento 66/151

---

106.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-21/09/2021-
	CD	19:36
Publ.: DCD - 9/22/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Agradecimento a entidades representativas dos servidores públicos, pela participação em audiência pública destinada ao debate do Projeto de Lei nº 813, de 2021, sobre a transformação, sem elevação de gastos, de cargos de Técnico do Ministério Público da União em cargos de Procurador de Justiça, e nos cargos em comissão especificados, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios. Continuidade da luta contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF.** Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu gostaria de fazer um registro.

Nós temos uma audiência pública sobre o projeto, que foi aprovado pela maioria aqui na Casa, que transforma cargos de servidores efetivos, anula esses cargos e os transforma em cargos comissionados. Nós realizamos uma audiência pública acerca disso, e ali a posição das entidades que participaram foi muito clara. Eu falo da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União - FENAJUFE, do sindicato nacional dos servidores do Ministério Público e também da Associação dos Servidores Públicos do Ministério Público do Distrito Federal.

Então, eu queria agradecer muito a participação dessas entidades e dizer que nós continuamos na luta contra a PEC 32 e pela valorização do serviço público neste País, porque essa é a principal ferramenta para fazermos o luto das casas-grandes e senzalas, tantas vezes necessário, diante de tantas reedições desses períodos traumáticos da nossa história.

---

Documento 67/151

---

106.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/09/2021-  
CD 19:40

Publ.: DCD - 9/22/2021 - PAULO RAMOS-PDT -RJ

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

### *Sumário*

Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 134, de 2019, sobre o estabelecimento de condições para concessão, às entidades beneficentes de assistência social, saúde ou educação, de imunidade tributária em relação às contribuições para a Seguridade Social.

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, enquanto aqui estamos lutando contra a PEC 32, o desmonte mais completo do serviço público brasileiro, no Estado do Rio de Janeiro os servidores públicos estão lutando contra um desdobramento de matérias do Governo Bolsonaro contra os servidores que já foram transformadas em lei. O ajuste fiscal há de ser feito, mas sem penalizar os servidores. Na Assembleia Legislativa há um grupo de Deputados defendendo os servidores, e os servidores, mobilizados e unidos, também estão dizendo "não" àquele pacote de maldades. Portanto, vamos dizer "não" à PEC 32 e nos solidarizar com os servidores do Estado do Rio de Janeiro.

Quanto à matéria em apreciação, Sr. Presidente, o PDT vota "sim".

Em relação à questão ambiental do nosso País, vamos chamar o Delegado Alexandre Saraiva, porque ele é que conhece a verdade desse Governo a partir da Amazônia.

Documento 68/151

106.2021

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD 21/09/2021-20:32

Publ.: DCD  
9/22/2021 -

LUIZ LIMA-PSL -RJ

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ENCERRAMENTO

DISCURSO  
ENCAMINHADO  
DISCURSO

### *Sumário*

Urgente necessidade de reconfiguração do Estado brasileiro. Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

## **DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO LUIZ LIMA.**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a crise que nosso País viveu a partir do Governo do PT e a dificuldade que nós temos ainda hoje em fazer a nossa economia decolar deixam às claras a baixa capacidade de resposta que o nosso Estado tem ao enfrentar os desafios do mundo moderno.

Todos nessa Casa, pelo cargo que ocupam, conhecem profundamente as ineficiências do nosso Estado. Muitos aqui gostam de reclamar do Governo, passam anos apontando falhas na sua estrutura e fazendo comparações com outros países. Mas, na realidade, eu vejo muito poucos aqui com coragem de discutir a necessidade urgente de um redesenho do nosso Estado, para que funcione da forma vista nas nações mais desenvolvidas do mundo.

Agora, chegou finalmente a nossa hora de deliberar a reforma administrativa. Ninguém aqui é "malvadão" ou é insensível, não estamos fazendo perseguição a nenhuma classe ou categoria. A ideia é apenas reduzir distorções e diminuir as disparidades de salários e benefícios entre cargos similares no setor público e privado, além de aperfeiçoar os processos administrativos e de RH relacionados à vida funcional do servidor.

Assim como fizemos na votação da reforma da Previdência, precisamos de coragem. Sei que não é fácil enfrentar um tema como esse em um momento de instabilidade política, enfrentando categorias que se organizam há muitos anos, com sindicatos fortes, que nos pressionam aqui em Brasília e também em nossos Estados. Mas não podemos fugir dessa responsabilidade com as nossas crianças, com as novas gerações de brasileiros. Um Estado que funcione melhor e seja mais barato é fundamental para nosso futuro.

A situação que o País vive exige de nós uma reação imediata, que possa garantir responsabilidade fiscal e o funcionamento de serviços essenciais do Estado.

Com o coronavírus, o mundo se confrontou com uma crise econômica inesperada e sem precedentes. Desde o ano passado, nós já fizemos muito por aqui para estancar a crise, como o auxílio emergencial e todas as medidas de apoio aos empresários implementadas pelo

Ministério da Economia. Mas, sempre há mais a ser feito.

Temos na mesa uma proposta de reforma administrativa moderada, que não atinge os atuais servidores, transforma o Estado e busca digitalização, eficiência, descentralização dos recursos e meritocracia nas carreiras.

Nós não podemos permitir que despesas de pessoal ocupem cada vez mais espaço nos orçamentos municipais, estaduais e federal, roubando recursos dos investimentos e do custeio dos serviços públicos, que são os objetivos finais pelo qual se justifica a existência do Estado.

O que vemos hoje é que se gasta cada vez mais com os empregados de uma máquina pública que dispõe cada vez menos de recursos para investir e prestar bons serviços de educação, saúde e segurança. O usuário do serviço público, o cidadão brasileiro, está sendo prejudicado. A reforma vai, no final das contas, ajudar a trazer qualidade para os serviços públicos e valorizar os bons servidores.

Vamos em frente. É uma luta que não é fácil, mas é necessária. Minha maior preocupação é ser lembrado como alguém que passou por aqui e deixou o País melhor do que quando entrou nesta Casa.

Forte abraço!

Muito obrigado a todos.

---

Documento 69/151

---

79.2021.B	Sessão Outro Evento	21/09/2021-14:16
Publ.: DCD - 9/22/2021 - ODAIR CUNHA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Homenagem à memória do servidor público Miguel do Claro, do Município de Senador Amaral, Estado de Minas Gerais. Ataques aos servidores públicos pela Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Distanciamento entre a atuação do Presidente Jair Bolsonaro e o teor do seu pronunciamento na Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU. Prejuízos causados à imagem do Brasil no exterior, pela recusa do Presidente da República à imunização contra a Covid-19.

---

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho nesta tarde falar da história de uma pessoa importante da região do sul do Estado de Minas Gerais, um servidor público, servidor do povo, exemplar. Refiro-me ao Sr. Miguel do Claro. No próximo dia 29 de setembro, o Sr. Miguel completaria 70 anos de dedicação ao seu povo e a sua gente, em especial, ao povo de Senador Amaral.

Falo isso, Presidente, porque, no contexto da PEC 32, nós temos um ataque cruel ao serviço público. Ao recuperarmos a memória do Sr. Miguel, que completaria 70 anos no próximo dia 29, nós estamos recuperando a memória de homens e mulheres de bem que se dedicam ao serviço público, quer seja nos Municípios, quer seja nos Estados, quer seja na União. Nós precisamos de um serviço público de qualidade. O Sr. Miguel, sem dúvida alguma, celebra, relembra, faz memória dos bons homens e mulheres que se dedicam à causa pública.

Presidente, de outra sorte, quero também repercutir, e peço que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*, o discurso do Presidente Jair Bolsonaro na ONU no dia de hoje. Considero importante nós lembrarmos um ditado popular do Brasil: "*As palavras comovem, mas os exemplos arrastam*". Infelizmente, o Presidente da República brasileira, neste momento - e felizmente ocupa o cargo transitoriamente -, dá um péssimo exemplo para o conjunto do mundo. É o único entre os líderes dos 20 maiores países a não ter tomado nenhum tipo de vacina contra a COVID-19. É lamentável que ele dê esse péssimo exemplo, manchando ainda mais a imagem do povo brasileiro. Mas este povo organiza-se cada vez mais para dizer "não" a este Governo e "não" a Bolsonaro.

Muito obrigado, Presidente.

---

Documento 70/151

---

79.2021.B	Sessão Outro Evento	21/09/2021-14:36
Publ.: DCD - 9/22/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Repúdio à declaração do Presidente Jair Bolsonaro sobre a existência de número excessivo de professores no Brasil. Proposta de redução da jornada de trabalho e corte de 25% nos salários dos servidores públicos, apresentada pelo Relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Razões do posicionamento do orador contrário à aprovação da

propositura.

---

**O SR. ROGÉRIO CORREIA** (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, desejo boa tarde a V.Exa., aos demais Deputados e às Deputadas.

Trago novamente a esta tribuna o assunto da PEC 32, a chamada "deforma" administrativa, que visa desmontar o serviço público no Brasil. Esse é o desejo de Bolsonaro e de Paulo Guedes.

Na semana passada, o Presidente genocida disse que há excesso de professores no Brasil. Exatamente quando comemoramos o centenário de Paulo Freire, o Presidente diz mais uma asneira, diz que há excesso de professores no Brasil.

Em seguida, vimos o Relator dessa PEC voltar com a proposta de corte de jornada e de salários em 25% do serviço público no Brasil. Já imaginaram o que significaria corte de 25% dos serviços de educação pública e do SUS?

Trouxe alguns dados, Presidente, para mostrar aos Deputados e Deputadas que é necessário derrotar esta PEC 32.

Para se ter uma ideia, considerando-se valores de 2019, a média salarial dos professores da educação básica está em torno de 3.800 reais, para uma jornada de 40 horas semanais. O gasto médio por estudante no Brasil é de apenas 317 reais por mês na educação fundamental e no ensino médio, valor muito inferior ao da média dos países da OCDE. O investimento do nosso País para os estudantes deve equivaler à metade do valor correspondente a essa média.

Se considerarmos o valor de uma mensalidade na educação infantil, Deputado Bohn Gass, veremos que é de 547 reais. Para o ensino fundamental e para o ensino médio, o valor vai ser de 650, 850 reais. É muito maior do que o valor que o povo brasileiro pode pagar.

Eu pergunto: é correto que a nossa Câmara aprove um projeto de lei que passa os recursos do FUNDEB diretamente para empresas privadas, que, evidentemente, têm um custo muito maior do que a educação pública? Quem vai pagar essa conta, senão o próprio povo brasileiro?

Imagine, Presidente, se isso ocorrer no SUS, o Sistema Único de Saúde. Aliás, no último domingo, 19 de setembro, dia do centenário de nascimento de Paulo Freire, o SUS completou 31 anos.

Essa PEC representa a destruição do serviço público no Brasil, com

toda a certeza. O que Paulo Guedes e Bolsonaro querem é colocar a mão no dinheiro do FUNDEB e no dinheiro do SUS e, com isso, desproteger o povo brasileiro.

Os servidores públicos e os que precisam do serviço público estão mobilizados no Brasil inteiro. Estão dizendo muito claramente o seguinte: "*Quem votar não volta*". Esse é um recado sério, porque o povo está vendo que precisa de educação pública e de saúde pública no Brasil.

Abaixo a PEC 32!

Fora, Bolsonaro!

---

Documento 71/151

---

79.2021.B	Sessão Outro Evento	21/09/2021-15:00
Publ.: DCD - 9/22/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Vexame causado ao Brasil pela presença do Presidente Jair Bolsonaro na Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU, em face do seu negacionismo à vacinação contra a Covid-19. Falta de compostura do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, demonstrada na reação com gestos obscenos à manifestação contra o Presidente da República, em Nova Iorque, Estados Unidos da América. Transformação, em chacota internacional, do discurso proferido pelo Presidente brasileiro na Assembleia-Geral da ONU. Adoção da mentira como norte das ações do Presidente da República. Posicionamento da maioria da população brasileira, favorável ao impeachment do Presidente Jair Bolsonaro. Pedido aos Deputados de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**O SR. LEO DE BRITO** (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria neste momento, saudando todo o povo brasileiro, dar um conselho ao Presidente da República, Jair Bolsonaro. Se for para passar vexame, se for para passar vergonha na Assembleia Geral da ONU, é melhor que não vá, porque realmente o que aconteceu no dia de hoje foi vergonha, vergonha e mais vergonha!

Um Presidente que chega aos Estados Unidos sem estar vacinado, que inclusive teve que passar vexame, porque não pôde se alimentar em ambientes internos dos restaurantes! O Ministro da Saúde fez

gestos obscenos a pessoas que protestavam contra esse desgoverno que nós temos aqui no Brasil. O Presidente faz uma fala, como a de hoje, como se estivesse no seu cercadinho.

Como tenho dito reiteradas vezes, ele nunca saiu do palanque e, na Assembleia Geral da ONU, em vez de um discurso de estadista, fez mais um discurso ridículo, que virou inclusive piada internacional.

Portanto, o Presidente Jair Bolsonaro tem como principal *hobby* da sua vida mentir. Ele mente descaradamente. Ele vai à Assembleia Geral da ONU dizer que está reduzindo o desmatamento, quando tivemos recorde de desmatamento em abril, maio, junho, julho e agora em agosto, segundo o IMAZON. Ele diz que deu um auxílio emergencial de 800 dólares. E pergunto às pessoas que estão em casa: você recebeu um auxílio de 800 dólares, de 4 mil reais? Ele diz que apoia os povos indígenas, apesar de ser quem mais massacra os povos indígenas. Ele diz que é contra o racismo. É um Presidente racista de um governo racista. Ele defende o tratamento precoce, quando toda a ciência já disse que não existe tratamento precoce para a COVID-19. Ele fala de vacina, quando é o principal sabotador da vacina no nosso País. Ele diz que acabou com a corrupção. E a CPI da COVID está mostrando exatamente o contrário: além de negacionista, o Governo é um "negacionista", porque literalmente transformou esta pandemia num negócio.

Então, é um absurdo! É um verdadeiro absurdo! Não é à toa, Presidente, que as pesquisas estão mostrando de maneira muito clara que a maioria da população quer o "Fora, Bolsonaro!", quer o *impeachment* do Bolsonaro. Nós vamos às ruas, no dia 2 de outubro, pedir novamente o *impeachment* do Bolsonaro.

E agora querem aprovar esta reforma administrativa, mas quero fazer um alerta para os Deputados: não votem a favor da reforma administrativa, pois ela não vai passar no Senado! V.Exas. vão se queimar e não vão ganhar as eleições no ano que vem.

Peço o registro deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

---

Documento 72/151

---

79.2021.B	Sessão Outro Evento	21/09/2021-15:16
Publ.: DCD - 9/22/2021 -	VICENTINHO-PT -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---



## **Sumário**

Importância da participação do povo brasileiro nas manifestações programadas para o dia 2 de outubro de 2021, em defesa dos direitos dos trabalhadores, da vacinação, do seguro-desemprego, do Estado Democrático de Direito, e contra o ódio e preconceitos. Inadmissibilidade de utilização da Bandeira Nacional como símbolo do bolsonarismo. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**O SR. VICENTINHO** (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós continuamos na luta, uma luta intensa, em defesa dos direitos do povo brasileiro.

Eu quero, daqui da tribuna, reforçar a importância da participação do povo brasileiro nas manifestações que vão ocorrer no próximo dia 2 de outubro. O movimento sindical estará todo unido e também os movimentos populares em defesa dos direitos da classe trabalhadora, em defesa de vacina para todos, em defesa de um seguro-desemprego que resolva efetivamente o problema da dignidade da nossa gente, contra o ódio, contra o preconceito e em defesa do Estado Democrático de Direito.

É muito importante que todos nós participemos. No caso da Capital de São Paulo, será à tarde, na Avenida Paulista; no caso de outras capitais, cada um vai definir um lugar.

Continuamos com as mesmas orientações. Quais são? Seguir rigidamente o que determina a autoridade sanitária: máscara - ninguém pode entrar manifestação sem máscara -, álcool em gel disponível no meio da população, aquela separação mínima entre as pessoas, para não haver nenhum tipo de contaminação, porque a nossa luta é pelo direito à vida.

Para mim, neste País, nós devemos defender os trabalhadores. Defender os trabalhadores é defender o Brasil.

Estamos diante da bandeira brasileira, Sr. Presidente, pela qual eu tenho profundo respeito. (*Exibe bandeira.*)

Nós não podemos deixar que esta bandeira brasileira seja instrumento daqueles que querem destruir o Brasil. Então, peço aos nossos companheiros que, ao irem às manifestações, levem as bandeiras da sua sociedade, do seu partido, do seu time de futebol e levem também a bandeira do Brasil. Não vamos deixar que esta linda bandeira seja usada para destruírem o nosso País em nome do ódio, em nome da entrega do patrimônio, em nome da privatização, em nome da deformação da administração pública, através da PEC 32/20.

Quero fortalecer esta tese, porque defender os trabalhadores do Brasil é defender a Pátria! Defender os trabalhadores do Brasil é defender o próprio Brasil!

Chega de enganação, como a que tem sido propagada pelos falsos profetas, pelos falsos patriotas, que entregam o nosso patrimônio!

Viva a bandeira do Brasil! Viva o Brasil! Viva a classe trabalhadora brasileira! Viva o povo brasileiro!

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 73/151

---

80.2021.B	Sessão Outro Evento	22/09/2021-13:08
Publ.: DCD - 9/23/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Vexame causado ao Brasil pela presença do Presidente Jair Bolsonaro e sua comitiva em Nova Iorque, Estados Unidos da América. Constatação, pela CPI da Covid, de crimes de responsabilidade praticados pelo Presidente Jair Bolsonaro. Defesa de rejeição pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, enquanto o Deputado Arlindo Chinaglia se organiza, eu gostaria de dizer que estamos num período em que o Brasil se esforça para manter a normalidade, enquanto o Presidente da República distorce completamente a natureza da sua função e do seu fazer e envergonha a Nação em Nova York.

Ele nos envergonha por não ter tomado a vacina e, lamentavelmente, deixa a digital do descontrolado e da completa falta de responsabilidade com o tratamento da COVID-19 no Brasil, quando o Ministro da Saúde testa positivo para a COVID-19 depois de ter cumprimentado e estado com Líderes internacionais, impondo ao Presidente da República quarentena. Ou seja, o Governo de Bolsonaro acabou, e Bolsonaro vai ter que ficar de quarentena se não quiser ser processado por mais um crime dentre os diversos crimes que a CPI já apontou com relação à sua conduta, uma conduta de falta de responsabilidade com a natureza sanitária do Brasil, de total falta de responsabilidade com a coisa pública, de prevaricação, dentre outros crimes já apontados, que em breve espero sejam apontados na conclusão da CPI da COVID-19 no

Senado.

Sr. Presidente, estamos no aguardo do novo relatório da PEC 32. Os servidores públicos estão mobilizados e motivados em todo o País para impedir a votação dessa que é uma medida deletéria contra o Estado nacional, contra os servidores públicos e que nada acrescenta no objetivo de melhor servir à Nação brasileira, função primordial do Estado e dos serviços públicos.

Infelizmente, essa PEC prevê, no seu art. 37, a privatização e a precarização dos serviços públicos; a criação de *vouchers* para uso do dinheiro do FUNDEB em creches e escolas fundamentais; a terceirização de professores; e a utilização de contratos temporários para todo o serviço público nas funções não típicas de Estado por 10 anos. Fala-se em temporariedade de 10 anos! É uma coisa absurda! Depois esses trabalhadores terão que lutar pela inclusão no serviço público. É um trem da alegria brutal.

Essa PEC não consegue ter estabilidade do ponto de vista do texto, porque ora se põem partes das polícias, ora se tiram outras polícias. A base do Governo está confusa, está perdida. A PEC não interessa ao Brasil, não representa os interesses do Estado, é apenas punitiva para os servidores e é absolutamente precarizadora do ponto de vista dos serviços públicos.

Quem vai perder? O povo brasileiro, o que mais precisa da creche, da escola, do hospital, do SUS.

"Não" à PEC 32!

---

Documento 74/151

---

80.2021.B	Sessão Outro Evento	22/09/2021-13:20
Publ.: DCD - 9/23/2021 -	PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC	
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

---

### ***Sumário***

Caráter vexaminoso e surreal do discurso proferido pelo Presidente Jair Bolsonaro na abertura da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU. Majoração da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração das regras de pagamento de precatórios. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Defesa de afastamento do Presidente da República.



**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, população que nos escuta, como brasileira, fiquei muito envergonhada com a fala do Presidente Bolsonaro na tribuna da ONU. Em vez daquela alegria que nós tínhamos sempre de ver o Brasil abrir a Assembleia Geral da ONU, nós nos envergonhamos com a postura do Presidente. Mas também não dá, de fato, para nós exigirmos que Bolsonaro seja um estadista, porque ele não é. Não dá para exigir que Bolsonaro fale como Chefe de Estado, porque ele não é. Bolsonaro, mais uma vez, apequenou-se lá na ONU e falou para os seus, fez um discurso de campanha para os seus, que, felizmente, são minoria hoje no Brasil.

O Presidente Bolsonaro mentiu na ONU sobre a realidade do Brasil, como mentiu durante a campanha eleitoral. Ele disse na campanha que nunca iria aumentar imposto. E o que ele fez nesta semana? Acabou de aumentar o Imposto sobre Operações Financeiras. Todo brasileiro que faz qualquer transação bancária já começou a sofrer com o reajuste do IOF e sabe que isso é dinheiro que falta no seu dia a dia.

E, por não ter ficado satisfeito, ele ainda transforma o Brasil num caloteiro, porque a PEC dos Precatórios é um calote aos brasileiros. Todo mundo espera a vida inteira para receber na Justiça aquilo que o Estado brasileiro lhe deve. Bolsonaro está dizendo, com a PEC dos Precatórios, que não vai pagar a ninguém.

Para completar, ele destrói o serviço público brasileiro com a PEC 32, que é conhecida como a "PEC da Rachadinha".

Ora, dizer que naquele relatório está garantida a estabilidade é mentira; dizer que naquele relatório está garantido o concurso público é mentira. Isso cai por terra quando o Governo permite no relatório da PEC 32 que contrato provisório pode durar até 10 anos. Depois, o cidadão, o trabalhador será demitido. Ele fica 10 anos no serviço e vai ser demitido. Que estabilidade é essa? E é óbvio que ninguém vai fazer concurso, porque quem se elege fica 8 anos num mandato no Executivo e vai contratar e recontratar, sabendo que vai poder demitir depois.

Não dá para continuar assistindo aqui a Parlamentares se submeterem, por conta de emenda parlamentar, por conta de mixaria, a apoiar este Governo que está destruindo o Brasil.

Por isso que os brasileiros têm que dizer: fora, Bolsonaro!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

---

80.2021.B	Sessão Outro Evento	22/09/2021-13:24
Publ.: DCD - 9/23/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de rejeição pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Desestruturação do serviço público no caso de aprovação da propositura.

---

**O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Deputado Peternelli, quero saudar todos os que acompanham esta reunião, esta sessão da Câmara dos Deputados, saudar os colegas Parlamentares e saudar todos aqueles que nos acompanham pela *TV Câmara*.

Hoje estamos diante de uma decisão importante na Câmara dos Deputados, a decisão sobre o nosso posicionamento quanto à PEC 32. A verdade é que essa PEC nem deveria tramitar, Deputado Henrique Fontana. Essa PEC é um ataque frontal a direitos consolidados dos servidores públicos e do serviço público na nossa Constituição, é um ataque à boa política, às políticas públicas para atender à maioria da nossa população.

Enganam-se aqueles que acham que a PEC vai trazer prejuízos para servidores públicos apenas. Essa PEC vai trazer prejuízo para a grande maioria da população brasileira. Por isso, o nosso voto é contra a PEC.

Nós esperamos que essa PEC não seja apreciada hoje na Comissão. Esperamos também que haja a compreensão de que é fundamental fortalecer os serviços públicos para melhorar o atendimento no SUS, na educação pública, na segurança pública, na assistência social, na cultura, no esporte, no lazer, na agricultura, e não criar todo tipo de previsão legal que tire a possibilidade de manutenção da estabilidade tão importante para os servidores.

A estabilidade é importante não para que o servidor continue impune, mas para que ele possa exercer com autonomia as suas atividades. Nós sabemos que hoje há uma tentativa de substituir o servidor efetivo, o servidor concursado por servidores contratados. Querem criar as condições para a volta da instabilidade no serviço público. Além disso, o Governo o tempo inteiro trabalha para transferir recursos públicos para a iniciativa privada. O art. 37-A do texto da PEC que está em

discussão é absurdo, porque permite que a iniciativa privada receba recurso público.

Portanto, em defesa do serviço público de qualidade, da educação pública, do SUS, dos servidores que dão a vida para atender as pessoas no nosso País, nós dizemos "não" à PEC 32, que é a "PEC da Rachadinha", a PEC do desmonte do serviço público no nosso País.

Peço que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* o nosso pronunciamento.

Muito obrigado.

---

Documento 76/151

---

80.2021.B	Sessão Outro Evento	22/09/2021-13:32
Publ.: DCD - 9/23/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Natureza retrógrada da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.)** - Deputado General Peternelli, demais colegas Parlamentares, povo brasileiro que acompanha mais esta sessão da Câmara Federal do nosso País, quero me somar a todos aqueles que estão falando sobre a PEC 32, essa mudança para pior, e para muito pior, que o Governo Bolsonaro quer aprovar na Câmara Federal. A votação está marcada para hoje.

O que diz essa emenda constitucional? Primeiro, ela acaba com a concepção real de um serviço público que tenha autonomia em relação aos Governos que se sucedem, porque ela traz de volta a instabilidade na contratação de todos os servidores públicos; acaba com uma das maiores conquistas que a história do Brasil determinou do ponto de vista de qualificação do serviço público, serviço público de que todos nós precisamos quando somos atendidos numa unidade de saúde, quando vamos educar os nossos filhos, quando precisamos de um hospital, enfim, todo serviço público.

Por que é que surgiu a estabilidade? A estabilidade surgiu para garantir que o governante de um determinado momento não possa abusar da sua autoridade, transformando todo o serviço público num serviço que

está ao seu dispor, reintroduzindo o clientelismo político.

O que Bolsonaro quer com o fim da estabilidade e com a terceirização ampla, geral e irrestrita de todas as atividades públicas é garantir que ele possa interferir nessa área, numa espécie de privatização geral dos serviços de saúde, educação e assistência social.

Por exemplo, pelo que diz o art. 37-A, uma universidade pode ser totalmente entregue para uma estrutura privada que passe a administrá-la, com todo o patrimônio. Os professores e os demais funcionários entrariam numa espécie de cargo em extinção, e não se contrataria mais ninguém para prestar o serviço público a partir de concurso, dentro de uma visão profissionalizada do serviço público.

Isso é um enorme retrocesso. Eu espero que a Câmara Federal não cometa este desatino contra as futuras gerações de brasileiros. Nós precisamos de um serviço público profissionalizado, de qualidade, que não esteja ao bel-prazer do governante de plantão para que ele possa transformar de novo as redes de serviço público em redes de clientelismo a seu serviço.

---

Documento 77/151

---

80.2021.B	Sessão Outro Evento	22/09/2021-13:40
Publ.: DCD - 9/23/2021 -	ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Caráter falacioso do discurso proferido pelo Presidente Jair Bolsonaro na Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU. Prática de corrupção pelo Governo Jair Bolsonaro. Tentativa de promoção de golpe de Estado pelo Presidente da República. Retração do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro. Quadro de desemprego e fome reinante no País. Ampliação das áreas desmatadas no Brasil. Reajuste nos preços de combustíveis, de alimentos e de energia elétrica. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.)** - Nós tivemos um festival de mentiras no discurso do Presidente na ONU. Aliás, o Governo tem como metodologia política o ódio e, ao mesmo tempo, a mentira, a mentira que foi construída como substrato do palanque eleitoral, do qual ele não saiu até hoje.

O Presidente mente ao dizer que, em 2 anos e 8 meses de Governo,

não há denúncias sólidas de corrupção. Basta ver a relação que se estabeleceu e que foi descoberta na CPI da COVID com relação à compra de vacinas que seriam para alimentar um profundo esquema de propina. Basta ver as denúncias que pairam sobre os seus filhos ou ainda o fato de termos um Ministro do Meio Ambiente envolvido em crime ambiental.

Ali ele disse que o Brasil é um dos melhores países para investimento. De 25 países analisados quanto à confiabilidade para investimentos, o Brasil ocupa a 24ª posição.

Falou das manifestações do dia 7 de setembro, que foram uma tentativa de golpe. O Governo tentou dar um golpe, porque sabe que não passará pelo crivo das urnas, não se sustenta e não se justifica, porque comete inúmeros crimes de responsabilidade, inclusive a tentativa da pedalada dos precatórios. As manifestações não foram a favor da democracia, nem foram as maiores que este País já vivenciou.

Ele disse que o Brasil está entre os melhores países emergentes em desempenho da economia. O Brasil ocupa a 38ª posição de 48 países e teve o PIB retraído no trimestre em por volta de 0,1%, além de ostentar um desemprego que corrói, que mata, que angustia, ao mesmo que há fome. O Brasil real pulsa e não pode ser escondido por Bolsonaro.

Ele disse que houve redução do desmatamento na Amazônia. Com relação a agosto de 2020 e agosto deste ano, os estudos apontam que o aumento foi de 7% e, de janeiro a agosto de 2021 para janeiro a agosto de 2020, foi de 48%.

Mentiu dizendo que o auxílio emergencial representava 800 dólares em 2020. Mentiu dizendo que a inflação tinha sido ocasionada pelo *lockdown*. Em verdade, as causas da inflação são o aumento do combustível, o aumento dos alimentos e, ao mesmo tempo, o aumento da energia.

Eu peço apenas mais 30 segundos para concluir, Presidente.

O Presidente mente; mente ao tentar impor uma PEC que é uma destruição do Estado de proteção social, com a tentativa da volta do compadrio, da República Velha, do Estado a serviço do governante, quando ele flexibiliza ou acaba com a estabilidade. Ao mesmo tempo, quer um Estado a serviço da iniciativa privada e diz que isso é um Estado da modernidade. Não! É o Estado do compadrio, da República Velha.

Por isso, nós vamos dizer "não" e vamos derrotar a...

(Desligamento automático do microfone.)

---

Documento 78/151

---

80.2021.B	Sessão Outro Evento	22/09/2021-14:16
Publ.: DCD - 9/23/2021 - FÁBIO TRAD-PSD -MS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apelo aos Parlamentares de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**O SR. FÁBIO TRAD** (PSD - MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho para tratar de um tema em voga: a PEC 32, que provavelmente será votada hoje na Comissão Especial.

A PEC 32 é, na realidade, um pretexto para desprestigiar os servidores públicos brasileiros, suprimindo e relativizando os seus direitos. A desculpa que se dá é de que o Estado brasileiro precisa se modernizar. Veio, então, a PEC na sua redação original, fulminando a garantia maior do servidor público, que é a estabilidade.

Depois, ao longo de vários relatórios, de sucessivas modificações, a PEC 32 se apresenta hoje, na abordagem do Relator, o Deputado Arthur Oliveira Maia, completamente diferente da redação original que motivou a proposição pelo Governo. Isso significa dizer que politicamente a PEC está enfrentando muitos obstáculos. Ela veio mal redigida. Ela parte de pressupostos absolutamente equivocados, porque modernização do Estado não implica relativização dos direitos do servidor público.

Em um país com tanta desigualdade social, o Estado brasileiro precisa ser valorizado. Os servidores públicos precisam ser qualificados e capacitados para fazer funcionar o papel primordial do Estado, que está prescrito na Constituição da República. Eventuais distorções devem ser combatidas topicamente, não através de uma PEC que, na sua essência, avilta, degrada e vilipendia o serviço público brasileiro.

Por isso, na votação de hoje, embora eu esteja na suplência da bancada do PSD na Comissão Especial, votarei contra a PEC 32, por

entendê-la impertinente, inoportuna, inadequada e completamente destoante daquilo que a realidade impõe. Precisamos de um Estado brasileiro que seja funcional e que combata as desigualdades sociais e regionais, como determina a Constituição Federal.

Daí porque convoco todos os Deputados e Deputadas comprometidos com o Estado valorizado a estarmos juntos contra a PEC 32. E peço a V.Exa., Sr. Presidente, que o meu pronunciamento seja reverberado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

---

Documento 79/151

---

80.2021.B	Sessão Outro Evento	22/09/2021-14:28
Publ.: DCD - 9/23/2021 - PAULO TEIXEIRA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Agradecimento do povo brasileiro ao Sistema Único de Saúde - SUS em tempos de pandemia. Retrocesso da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, a respeito da reforma administrativa. Declaração de voto pela rejeição da proposição.

---

**O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o povo brasileiro deve agradecer os serviços públicos que estão nos ajudando neste momento. O povo brasileiro é grato ao Serviço Único de Saúde. O povo brasileiro sabe o quão bom é estudar na escola pública, fazer um ensino técnico na escola pública ou acessar à universidade pública. O povo brasileiro sabe que o SUS foi herói nesta pandemia. Porém, o Presidente da República, que sequer visitou um hospital, manda uma proposta de reforma administrativa que destrói os serviços públicos.

Em primeiro lugar, essa reforma beneficia, ela cria privilégios. Ela não é uma PEC de combate aos privilégios, ela cria mais privilégios ao colocar como carreiras típicas de Estado a elite do funcionalismo e retirar das carreiras típicas do Estado a educação, a saúde, a assistência social, que são tão importantes para o povo brasileiro. Ao mesmo tempo essa PEC abre as portas para a privatização do serviço público. No seu art. 37-A, vai permitir que o Governo e os governos de plantão possam privatizar uma escola, privatizar um posto de saúde, privatizar um hospital. Isso será a abertura para um processo de corrupção na sociedade brasileira e no Estado brasileiro. Portanto,

essa PEC vai abrir as portas para a corrupção e também vai acabar com o funcionalismo permanente, com memória, com combate à corrupção, questões que o concurso público e a estabilidade promovem.

O concurso público faz com que nós tenhamos carreiras permanentes de servidores que vão aprendendo com as políticas públicas e evitando os erros. Mas essa PEC abre as portas para a contratação temporária, o que é inadmissível.

Sr. Presidente, nós temos que aperfeiçoar o serviço público, mas retrocessos jamais. E a PEC 32 é um retrocesso. Por essa razão, vou votar contra a PEC 32 na condição de membro da Comissão Especial da PEC 32.

Deixo aqui o nosso repúdio à PEC 32 e o nosso respeito ao serviço público brasileiro, porque ele, sim, atinge os mais pobres.

---

Documento 80/151

---

80.2021.B	Sessão Outro Evento	22/09/2021-14:36
Publ.: DCD - 9/23/2021 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) -** Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo e cumprimentar todos que acompanham a sessão na tarde do dia de hoje.

Eu venho a esta tribuna para deixar clara a minha posição contrária à votação da PEC 32. Essa PEC não pode ser votada hoje à tarde na Comissão Especial, onde sou membro titular. Nós não tivemos a oportunidade de fazer os debates necessários, envolvendo o conjunto da sociedade, que será duramente afetada se essa "deforma" for aprovada. Trata-se de uma reforma que acaba com os direitos do cidadão que foram garantidos pelo pacto da democratização na Constituição de 1988, retira as garantias pelas quais o setor público pode atuar com autonomia, atinge diretamente o Estado brasileiro.

Além de fragilizar de tantas maneiras a existência de um Estado provedor de serviços, a PEC estabelece, através do art. 37-A, a

privatização pura e simples de quase todas as tarefas e as funções que o Estado brasileiro tem. Este art. 37-A permite a criação de uma cooperação entre o setor público e o privado, inclusive para a utilização tanto de espaços do setor privado, que podem, então, passar a ser utilizados pelo setor público, quanto de espaços do setor público, que podem ser utilizados por empresas terceirizadas, para substituir o Estado. Estaremos, com isso, tirando do Brasil os grandes instrumentos que foram usados agora para combater a pandemia, no caso, o Sistema Único de Saúde e todos os seus servidores, o seu conhecimento. É disso que estamos falando.

Além disso, no art. 37-A, temos o estabelecimento dos contratos temporários. Para que vêm os contratos temporários? Os contratos temporários vêm para acabar com os concursos públicos, para acabar com as carreiras dentro do serviço público. Por exemplo, esqueçam concurso para servidor da saúde, da educação, de vários outros setores. Mas estas são as maiores categorias que temos. Sem as garantias constitucionais, não teremos mais o Estado como o conhecemos.

É claro que defendemos uma reforma para melhorar, mas esta não traz eficiência, não moderniza, não economiza. E destrói a própria essência do Estado brasileiro que foi construído na redemocratização.

Não a esta PEC 32! Não a esta PEC nefasta! Vamos derrubá-la na Comissão; se não, nós a derrubaremos no Plenário.

---

Documento 81/151

---

80.2021.B	Sessão Outro Evento	22/09/2021-14:40
Publ.: DCD - 9/23/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) -**  
Obrigado, Sr. Presidente.

Para hoje está marcado o começo da votação da reforma administrativa, da PEC 32, o que espero que não ocorra, porque as divergências são muitas e precisamos liquidar com este debate fora de hora e fora de lugar. A reforma administrativa, diante da escalada

inflacionária, do desemprego em massa, da destruição do Brasil na área ambiental, social, sanitária, promovida pelo Governo Bolsonaro, não tem nenhuma função, senão agradar o mercado financeiro, de onde é oriundo o Sr. Paulo Guedes, que foi incapaz de mandar para esta Câmara o impacto desta reforma, seja econômico, seja social.

O que se quer, de verdade, é detonar os serviços públicos e detonar o Estado brasileiro, privatizar, terceirizar, desmoralizar e desprestigiar o serviço público, em cima de um discurso falso de privilégios, porque os verdadeiros privilegiados não são atingidos pela reforma.

Está aí o Judiciário, estão aí as Forças Armadas, etc. O principal é que eles querem terceirizar e privatizar o serviço público.

O art. 37-A transfere para a iniciativa privada - vejam! - a possibilidade não só de ocupar os prédios públicos em convênios, mas até de ceder a mão de obra. Na verdade, quer-se acabar com os pilares do que é o serviço público: a estabilidade, o concurso público, o regime jurídico único. E a contratação temporária vai virar, na verdade, uma regra, e não uma exceção para estados de calamidade pública, conforme prevê o inciso IX do art. 37-A.

E há mais, nós estamos criando um verdadeiro estado policial corporativo, através do bolsonarismo. E eles querem deixar esta marca, que é a marca do ajuste fiscal: a redução de jornada com redução de salário em 25%. Qualquer gestor pode demitir sem justa causa. Além disso, nem sabem o que é avaliação de desempenho. Acham que é só colocar uma plataforma ".gov.br", e estará aceita a validade.

Não, Sr. Presidente, não à PEC 32! Não à PEC 32! Pela retirada da pauta dessa emenda nociva para o povo brasileiro! O povo brasileiro...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 82/151

---

80.2021.B	Sessão Outro Evento	22/09/2021-14:44
Publ.: DCD - 9/23/2021 -	PADRE JOÃO-PT -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

*Sumário*

Reiteração do posicionamento do orador contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**O SR. PADRE JOÃO** (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. esta repescagem.

Venho mais uma vez me manifestar também contrário à PEC 32, porque somos contrários ao desmonte do Estado brasileiro, embora isso venha acontecendo desde o golpe, quando retiraram a Presidenta Dilma. Avisávamos que era, na verdade, também um ataque à democracia, para destruir o Estado brasileiro.

Já mudaram o regime de partilha, comprometendo a saúde, a educação, os recursos. Houve as reformas da Previdência e a reforma trabalhista. Há um conjunto de ações que retiram direitos, sem contar o orçamento da saúde, a extinção de muitos programas de Ministérios e a extinção de Conselhos.

Este Governo tem horror ao povo, tem horror a trabalhadores, sobretudo a servidores públicos, que estão sendo criminalizados. E tem cúmplices nesta Casa. Por isso, é legítima a luta dos sindicatos, afinal os sindicatos existem para defender os trabalhadores.

Eu vejo colegas Deputados atacando os servidores públicos, porque estes estão se posicionando e chamando a sociedade a se posicionar contrariamente a essa PEC 32, pois, na verdade, a PEC ataca diretamente o servidor público, mas desmonta as políticas públicas. Portanto, compromete a qualidade do serviço público em todas as áreas: nas áreas da educação, da saúde, da assistência, da fiscalização. Deixa o servidor público vulnerável, vulnerável a quem indica, às indicações politiquieras.

Ela desvaloriza, como é próprio deste Governo, o ser profissional, a formação técnica. Às vezes, o profissional formado naquela área tem que abrir mão de um parecer, porque o chefe mandou.

A PEC compromete o serviço público nesse sentido, além de entregá-lo para a iniciativa privada, com as parcerias público-privadas, declarando cargos obsoletos, extinguindo cargos e, assim, exonerando pessoas e não fazendo o adequado remanejamento.

Não à PEC 32! É direito do sindicato e dos trabalhadores se posicionarem e ampliarem a campanha. Quem votar a favor dela não volta. O Bolsonaro não volta, mas também muitos deste Congresso a favor dessa agenda neoliberal podem não voltar.

Presidente, peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja divulgado

nos meios de comunicação da Casa.

Obrigado.

---

Documento 83/151

---

80.2021.B	Sessão Outro Evento	22/09/2021-14:48
Publ.: DCD - 9/23/2021 - REGINALDO LOPES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Encaminhamento, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de recurso ao Supremo Tribunal Federal contra a Lei nº 14.128, de 2021, a respeito do pagamento compensação financeira aos profissionais e trabalhadores de saúde incapacitados para o trabalho em decorrência da Covid-19. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração da forma do pagamento de precatórios; e da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, acerca da reforma administrativa. Caráter falacioso do discurso proferido pelo Presidente da República na abertura da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU.

---

**O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) -**  
Obrigado, Presidente.

Nobres colegas, é lamentável nós termos que reconhecer que o Presidente da República é um caloteiro. E eu vou explicar por quê. Primeiro, é um presidente que nunca, Deputada Benedita da Silva, entregou num hospital para agradecer a um profissional da área da saúde. Eu fui autor do projeto que garantiu a indenização aos profissionais da saúde. Esse Presidente, por falta de empatia, vetou. Democraticamente, o Congresso derrubou o veto. E ele recorreu ao Supremo Tribunal Federal.

Ele é um caloteiro! Não tem empatia pelos heróis e heroínas que enfrentaram a COVID-19. Mas ele é caloteiro, porque ele mandou uma PEC para não pagar os precatórios ao povo brasileiro. Ele quer dar 10 anos de calote. Quem são esses brasileiros? Vários profissionais da área da saúde e da educação.

O Governo deve mais de 3 bilhões de precatórios aos Estados e Municípios, recursos da área da educação básica. Ele está dando calote em professores, porque os Municípios não têm recurso para pagar o piso salarial, que é de 3 mil reais.

Mas o Presidente também é caloteiro, porque ele quer, junto com a sua base no Senado, tirar os investimentos mínimos na área da educação nos anos de 2020 e 2021. Mas é caloteiro também, porque quer cortar 25% dos salários dos servidores públicos com a "deforma" administrativa. Mas, para o setor privado, tudo! Para os banqueiros, junto com aquele incompetente caloteiro Paulo Guedes, eles querem permitir cooperação técnica, terceirização do serviço público em termos de cooperação.

Então, querem privatizar o serviço público, para dar calote em definitivo no concurso público, para colocar os amigos, os contratados, para trabalhar na máquina pública. É um caloteiro! É uma vergonha um presidente sem postura, sem liturgia do cargo representar o nosso País na Assembleia Geral da ONU.

É mentiroso, mentiu para o mundo! Ele deveria ficar lá, por lá. Se este País fosse sério, não aceitaria um presidente que vai trazer uma comitiva do vírus novamente para o Brasil porque são irresponsáveis, sequer tiveram coragem de se vacinar e estão transmitindo vírus para o mundo.

Presidente, peço a V.Exa. que o meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

---

Documento 84/151

---

80.2021.B	Sessão Outro Evento	22/09/2021-15:08
Publ.: DCD - 9/23/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Vexame causado ao Brasil pelo Presidente Jair Bolsonaro e sua comitiva em Nova Iorque, Estados Unidos da América. Reação contra manifestantes pelo Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, com gestos obscenos. Defesa pelo Presidente da República do tratamento precoce contra a Covid-19, durante o discurso proferido na Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU. Apelo aos Parlamentares de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE** (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente General Peternelli, grande parceiro na Comissão de Educação, meus cumprimentos a V.Exa. e a todos que nos acompanham nesta sessão de Breves Comunicados.

Quero dizer que ontem eu entendi, como cidadã brasileira, que nós chegamos a um nível muito alto de rebaixamento da nossa condição civilizatória. Vimos, em Nova York, o Ministro da Saúde apontar o dedo de forma indecente para pessoas que transitavam e faziam acenos para a delegação brasileira - e acenos negativos -, como qualquer cidadão tem o direito de fazer, e um representante do País se portar dessa forma.

Na Assembleia da ONU ficou claro, mais uma vez, que o Brasil não se comportou, com toda a sua comitiva, de forma correta. Primeiro, tivemos a fala do Presidente, afirmando claramente que não se vacinou, fazendo propaganda de tratamento precoce, fazendo acusações naquela tribuna - aquela coisa miúda de lavagem de roupa suja -, local que é vitrine para o mundo inteiro. E o Presidente ainda falou da briga de Governadores e Prefeitos! Então, é um momento histórico, infelizmente, muito negativo para a sociedade brasileira.

Eu cresci ouvindo da minha avó que quem tem vergonha não envergonha os demais. Nesse sentido, acho que realmente falta vergonha à delegação brasileira que hoje se encontra em Nova York e ali deve permanecer em quarentena, porque, além de estarem o Ministro e um assessor com COVID, outras tantas pessoas que estenderam a mão à nossa delegação devem estar se testando para saber em quais condições de saúde estão por terem ficado próximas à delegação brasileira.

Por fim, Sr. Presidente, quero falar também sobre a PEC 32. Eu pertenço à maior categoria de trabalhadores públicos deste País, que é a do setor de educação. Acredito que todo serviço público brasileiro está condenado com a PEC 32, especialmente a educação, que presta um serviço público a todas as residências deste País - a saúde também presta, assim como a segurança pública, mas em momentos específicos - todos os dias. Todos os dias profissionais da educação prestam serviço público aos filhos desta Nação.

Portanto, senhores professores, demais profissionais, digam "não" à PEC 32! Liguem para todos os Deputados e peçam a eles o voto - eles também pedem votos a vocês - "não" à PEC 32!

Muito obrigada.

### *Sumário*

Presença, na Casa, das Vereadoras Cintia e Vanessa, do Município de Leme, e Nieli, do Município de Aramina, do Estado de São Paulo. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de, 2020, sobre a reforma administrativa. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 4.732, de 2020, acerca da concessão de linha especial de crédito consignado para aposentados, pensionistas, servidores públicos e militares durante o período de calamidade pública e nos doze meses pós pandemia; e do Projeto de Lei nº 4.367, de 2020, sobre criação do 14º salário em favor dos aposentados e pensionistas mantidos pelo Regime Geral da Previdência Social.

---

**O SR. RICARDO SILVA** (PSB - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, um abraço a V.Exa., um abraço aos colegas Deputados e Deputadas deste Parlamento!

Primeiro, Sr. Presidente, eu faço questão de registrar a força da mulher na política. Estamos recebendo aqui duas Vereadoras de Leme: a Vereadora Cintia, que realiza muito bem um trabalho pela saúde em Leme, é uma lutadora pela saúde; e a Vereadora Vanessa, uma batalhadora pelas causas justas e pela bandeira das mulheres de Leme. Registro ainda a presença de uma mulher que participa da política em Aramina. A Vereadora Nieli também visita a Câmara dos Deputados. Faço uma saudação especial às mulheres que atuam na política, que trazem a esperança de um País melhor para todos nós.

Sr. Presidente, estou muito preocupado com os rumos da reforma administrativa. Temos a informação de que essa matéria pode ser votada a qualquer momento, pode vir a plenário. Eu falava com os meus colegas oficiais de justiça que estão fazendo um lindo trabalho aqui na Câmara Federal. Falava com o Mário, agora, por telefone, que também está no prédio do Legislativo, por intermédio de quem saúdo todas as instituições do Brasil que defendem os oficiais de justiça, os servidores públicos.

Essa reforma é muito ruim. Vai-se retalhando o texto cada vez mais, numa tentativa de se conseguir apoio nesta Câmara. Mas não dá para negociar uma reforma administrativa que vai prejudicar sobremaneira o serviço público, os servidores públicos. Se tiver que haver uma reforma, espera-se que ela mexa com o topo da pirâmide, com os membros dos Poderes, a começar por esta Casa de Leis, a começar pelos Deputados, pelos Senadores, e não pelos coitados dos professores, dos garis, pela parte mais sensível. Não dá para aceitar esse texto da reforma administrativa. Essa é a nossa manifestação sobre esse tema.

Eu quero aproveitar esta oportunidade, Sr. Presidente, para falar a

respeito de um projeto de lei que está tramitando nesta Casa, o PL 4.732/20, que libera linha de crédito, com taxa de 2,5% ao ano, para aposentados e pensionistas. Trata-se da chamada margem social. Nós sabemos que os aposentados, que as pessoas idosas não tiveram ajuda de ninguém nesta pandemia. Sofreram porque o filho perdeu o emprego, o neto perdeu o emprego.

Falei hoje com o Dr. Sandro Lúcio Gonçalves - grande advogado, lutador pelos aposentados - sobre a necessidade de aprovação de projetos na Câmara que dizem respeito à pessoa idosa. Também tramita nesta Casa projeto sobre o 14º salário.

É claro que nós sabemos que isso é difícil. Não podemos iludir ninguém. Não há como iludir ninguém. Mas nós temos que lutar. Se não for um 14º salário, que seja um abono extra para o aposentado, para o pensionista. Que tenhamos alguma ajuda para a pessoa idosa. Todo mundo está lutando para ter ajuda na pandemia com a queda de faturação das empresas. Que o aposentado também tenha essa ajuda!

Um abraço ao Dr. Sandro, ao Filipe Brito, ao Milton Dantunes, ao João, a todos os que movimentam a causa dos aposentados pelas redes sociais.

Contem comigo, pois o idoso tem que ter voz neste Parlamento. E essa voz nós assumimos de forma firme.

Obrigado.

---

Documento 86/151

---

80.2021.B	Sessão Outro Evento	22/09/2021-15:52
Publ.: DCD - 9/23/2021 - JONES MOURA-PSD -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Apelo ao Relator Arthur Oliveira Maia por inclusão de pleito dos guardas municipais no parecer oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Necessidade de exame da situação previdenciária dos agentes penitenciários e dos agentes socioeducativos no processo de reforma administrativa.

---

**O SR. JONES MOURA (PSD - RJ. Sem revisão do orador.) -**  
Obrigado, Presidente.

Nós estamos discutindo, e daqui a pouquinho vai começar a Comissão deliberativa que votará o relatório da PEC 32.

Presidente, caso esse relatório avance e essa PEC venha a ser aprovada, é preciso aproveitar este momento para resolver a questão da insegurança jurídica que vivem os guardas municipais em todas as cidades do nosso Brasil.

Guardas municipais são policiais que atuam nos Municípios e, por uma má interpretação da Constituição Federal, em seu art. 144, alguns Prefeitos agem de uma maneira, e outros Prefeitos agem de outra maneira. Quem sofre com isso é a população de um modo geral. Essa questão já perdura há 30 anos. E nós sabemos do que estamos falando. É preciso que os guardas municipais venham a compor os incisos do *caput* do art. 144 da Constituição Federal, para que eles consigam atuar, como policiais que são, com muito mais transparência, dando segurança ao cidadão, ao munícipe.

Presidente, é a hora. Deputados, eu faço um apelo aqui. Relator Arthur Oliveira Maia, eu faço um apelo aqui. Vamos resolver, consertar de vez - estou aqui para ajudar - esse problema de insegurança jurídica. Os guardas municipais não estão pedindo privilégios, não estão pedindo benefícios; eles estão nesse momento pedindo mais ferramentas para trabalhar, e nós precisamos resolver essa insegurança jurídica.

Presidente - eu não posso deixar de falar aqui também -, nós estamos vendo a corrente, a força dos agentes que trabalham no sistema penitenciário em todos os Estados do Brasil. Eu preciso registrar que, no caso deles também, é muito importante que se resolva a questão da Previdência, a questão da paridade, da integralidade e, caso venham a falecer, da pensão por morte. Nós vamos provocar aqui também o debate sobre o caso dos agentes penitenciários e vamos apoiar. É o momento de nós Deputados olharmos não para o entendimento de privilégio policial, mas para o entendimento de que a sociedade precisa dessa ajuda, desse reforço e dessa transparência dos nossos atos como Deputados.

Preciso, nesse finalzinho de tempo, Presidente, também lembrar aqui a corrente de força que estão fazendo os agentes dos departamentos gerais das ações socioeducativas. Esses agentes, que cuidam dos menores infratores, ainda não estão no art. 144, no seu *caput*, para que fique claro que a sua ação é ligada diretamente à segurança pública.

Presidente, para concluir, lembro aqui também essa força grande que representa todos os policiais civis, escrivães, aqueles que lidam diretamente com o povo, com a sociedade. Eles precisam ter resolvidas suas questões sobre o regime previdenciário. Nós estamos

aqui para fazer esse coro, essa luta, para nos somarmos a eles em prol da sociedade, pensão por morte, integralidade, paridade. Que em todos esses quadros se resolva a questão...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 87/151

---

80.2021.B	Sessão Outro Evento	22/09/2021-16:04
Publ.: DCD - 9/23/2021 - PAULO RAMOS-PDT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho inicialmente a esta tribuna dizer "não" à PEC 32, que significa o desmonte do Estado brasileiro e representa um obstáculo para a prestação de serviços públicos à população do Rio de Janeiro.

Não se trata apenas de defender os direitos dos servidores públicos, em homenagem à Constituição de 1988, que sistematizou o serviço público, que criou diretrizes e condições para que o servidor público, tendo condições de vida, tivesse também condições de trabalho.

A Constituição de 1988 vem sendo sabotada desde a sua promulgação, no dia 5 de outubro, e agora essa PEC representa quase o ato final de desmonte de todo o Estado brasileiro.

No art. 1º da Constituição, constante do título que trata dos princípios fundamentais, o primeiro princípio fundamental é a soberania. O Brasil hoje é um país soberano? Pelo menos controla os setores estratégicos? Não! O desmonte tem sido muito grande. Estamos caminhando agora e resistindo contra os últimos atos de privatização: os Correios; o desmonte da PETROBRAS; a ELETROBRAS. Outros patrimônios já se foram.

E agora vem a PEC 32 para transferir as mais caras responsabilidades públicas para a iniciativa privada. É óbvio que é preciso impedir isso -

não só resistir, mas impedir. E há a resistência do servidor, a luta do servidor, as demonstrações da impossibilidade de essa PEC tramitar, porque ela contraria os interesses da população. A luta tem sido muito grande, e a PEC já enfrenta dificuldade para tramitar. Vamos barrar a PEC 32, arquivar a PEC 32, dizer um "não" à PEC 32!

Servidor público é essencial à população. No País do sofrimento humano, da exclusão, da fome e da miséria, não é possível que a população não possa ter acesso a serviços públicos em todas as áreas que lhe garantam uma melhor condição de vida.

"Não" à PEC 32! Essa é a voz que vem das ruas, que vem do povo, que vem do servidor...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 88/151

---

80.2021.B	Sessão Outro Evento	22/09/2021-16:12
Publ.: DCD - 9/23/2021 -	VIVI REIS-PSOL -PA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Denúncia de invasão do escritório político da oradora, em Belém, Estado do Pará. Pedido ao Departamento de Polícia Legislativa - DEPOL e à Polícia Federal de investigação do caso. Participação em ato público contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**A SRA. VIVI REIS** (PSOL - PA. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde a todos e todas.

Eu quero trazer uma informação acerca de algo não muito feliz que aconteceu conosco. Estou até muito nervosa ao relatar o ocorrido. Eu acredito que alguns tenham acompanhado através das notícias.

E eu já quero deixar registrado que gostaria que este meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Na madrugada da sexta para o sábado, o meu escritório político em Belém do Pará foi invadido. Foram quebrados itens desta Casa no meu escritório político, localizado em uma casa, em uma via pública. Foram

revirados documentos, pastas, gavetas. Levaram um *notebook* que era um utensílio nosso de trabalho. Não levaram mais nada que havia nessa casa. Levaram apenas um *notebook*, reviraram nossos documentos, quebraram alguns itens, como um bidê do banheiro, arrobaram porta, quebraram janelas.

Isso aconteceu, Sras. e Srs. Deputados, com uma Deputada Federal do Norte deste País, uma Deputada defensora dos direitos humanos, defensora da vida, que está cotidianamente pensando, ao lado de V.Exas., políticas públicas para o bem dos cidadãos brasileiros, que está aqui na luta diária nesta Casa e está também nas lutas nas ruas.

Estive agora na manifestação junto aos trabalhadores e trabalhadoras que estão lutando contra a PEC 32. É uma posição política nossa muito forte. Estou nessas manifestações, nesse dia a dia das lutas em defesa dos direitos dos brasileiros, em defesa dos direitos das mulheres, em defesa da Amazônia, em defesa da saúde pública de qualidade, como trabalhadora da saúde que sou.

É inadmissível que siga havendo atitudes como essas e que isso seja menosprezado e seja tratado com indiferença. E eu digo isso porque já vi Deputados, colegas de bancada do meu Estado, fazendo, em rede social, colocações de menosprezo ao que aconteceu conosco, ironizando e debochando da dor que eu e toda a minha equipe estamos sentindo. *(A oradora se emociona.)*

Eu peço licença para expor a minha emoção e a minha sensibilidade diante disso. Eu vejo isso como uma tentativa de ameaça àqueles e àqueles que lutam...

Eu não tenho como dizer o que aconteceu, como aconteceu. Eu só tenho que, enquanto Deputada Federal, exigir que sejam feitas as investigações. A Secretaria de Segurança Pública do meu Estado já está acompanhando o caso. Já acionamos também a Mesa, o DEPOL, a Polícia Federal e várias outras autoridades. O que eu quero é apenas que seja feita a investigação e que se tomem providências, para que nenhum outro ou nenhuma outra sofra essa dor que nós estamos sentindo hoje. *(A oradora se emociona.)*

Em defesa do respeito ao nosso trabalho, em defesa da garantia da nossa proteção, da nossa segurança e da vida de diversos outros que representam o povo brasileiro, eu estou fazendo esta denúncia e falando da necessidade de nós olharmos isso com atenção, e não com deboche e menosprezo, como alguns Deputados fizeram.

CD 17:52  
 Publ.: DCD - 9/23/2021 - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS  
 CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

### *Sumário*

Instalação da Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2021, sobre o parcelamento, em 240 meses, de débitos previdenciários municipais. Posicionamento dos partidos opositoristas contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS.** Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero concordar com o Deputado Silvio Costa. Nós temos parecer favorável à PEC 15. Ela é importante para os Municípios. Quero dizer que, na Comissão de Constituição e Justiça, votamos favoravelmente. Assim que for instalada a Comissão Especial, teremos condições de trabalhar para garantir esse aporte, e isso que é fundamental.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, quero me pronunciar aqui, agradecendo a V.Exa., contra a PEC 32. Ela atinge não apenas os servidores e as servidoras públicas do Brasil. Os serviços públicos estão sendo desmontados, privatizados com a PEC 32.

Quero dar aos servidores e às servidoras públicas a segurança de que a Oposição, neste plenário, trabalhará pela manutenção de serviços públicos e, homenageando os trabalhadores do SUS, da educação, da segurança, todos os trabalhadores e trabalhadoras do setor público, votará "não" à PEC 32.

Documento 90/151

107.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -22/09/2021-  
 CD 18:28  
 Publ.: DCD - 9/23/2021 - JOSÉ NELTO-PODE -GO  
 CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER DISCURSO

### *Sumário*

Concessão de estabilidade aos servidores públicos pela Constituição Federal de 1988. Declaração de voto pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Apelo aos Parlamentares de rejeição da propositura.

**O SR. JOSÉ NELTO** (PODE - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós temos que homenagear a Constituinte de 1988 quando ela definiu acabar com a bagunça, com a baderna, com a desordem que era o servidor público no Brasil.

Antes de 1988, valia o compadrio. Antes de 1988, era o coronel que mandava e indicava o servidor público. Depois, entrava outro prefeito, outro governador, e o demitiam. Era uma verdadeira bagunça. E tudo isso foi organizado na Constituição de 1988, dando a palavra estabilidade para o servidor público.

Eu quero, em meu nome, falar para todos os servidores do Governo Federal, dos Governos Estaduais e também dos Governos Municipais de todo o Brasil que o meu voto é "não" à PEC 32. Eu não vou votar, colocar a minha digital, para prejudicar o segundo andar e deixar os juízes, promotores, procuradores, os altos salários do Brasil fora dessa reforma.

Então, o mais concreto e correto seria... Srs. Parlamentares, imprensa brasileira, nós já estamos no final de um governo que já não está governando mais. O Brasil está passando por esta crise hídrica muito séria, essa crise sanitária. E quem segurou a barra durante esta pandemia foram os servidores públicos brasileiros. Então, eu quero registrar a minha homenagem a todos os servidores do Brasil, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Poder Executivo.

Essa PEC volta ao antes da Constituição de 1988. Vivemos o momento da política do ódio, do rancor. Aí o prefeito ganha a eleição, persegue lá o policial, persegue a professora, porque ela não lê na cartilha do partido dele, não o ajudou na campanha.

Então, eu faço um apelo para o Parlamento brasileiro. Não vamos colocar em risco o nosso serviço público. O que nós queremos é a meritocracia. O que não queremos é a volta do passado da perseguição, das indicações políticas. E aí alguém diz o seguinte: "*Mas o servidor não trabalha*". Se ele não trabalha, se for gazeteiro, há como puni-lo. Nós temos leis que garantem ao administrador punir o mau servidor público, porque temos também alguns servidores que não querem trabalhar, e eles têm que ser punidos.

Os trabalhadores, aqueles que realmente carregam o serviço público, precisam ser valorizados. E também os pagadores de impostos, os empresários, precisam ser atendidos rapidamente, para que o País possa crescer, gerar renda, até para pagar os nossos salários.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Deputado José Nelto, peço que conclua.

**O SR. JOSÉ NELTO** (PODE - GO) - Vou concluir, Presidente.

Está aqui a posição do Deputado Federal de Goiás, para todos os servidores públicos do Brasil. Eu espero que a Comissão Especial possa arquivar essa PEC 32, mas se ela chegar ao Plenário, receberá o nosso voto contrário, a favor do serviço público.

Peço que conste no programa *A Voz do Brasil* o nosso pronunciamento.

Muito obrigado.

---

Documento 91/151

---

107.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -22/09/2021- CD	19:08
Publ.: DCD - 9/23/2021 - FAUSTO PINATO-PP -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Implantação no País de plano estratégico consistente, para enfrentamento da crise econômica agravada pela epidemia de coronavírus. Cenário de desemprego, carestia, fome e extrema pobreza reinante no País. Apreciação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa; e da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, a respeito do pagamento de precatórios de forma parcelada. Defesa de retomada dos trabalhos presenciais na Câmara dos Deputados.

---

**O SR. FAUSTO PINATO** (PP - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas, brasileiros e brasileiras que nos acompanham neste momento pela *TV Câmara*, pela *Rádio Câmara* ou pela Internet, o nosso País está precisando de uma estratégia consistente para enfrentar a crise econômica agravada pela pandemia.

Estamos neste Parlamento, presencialmente ou remotamente, tentando ajudar o Governo a criar alternativas para tirar milhões de brasileiros do desemprego, da extrema pobreza e da fome. Eu, como Deputado eleito pelo povo com quase 119 mil votos, já não sei mais o que falar para as pessoas. Famílias foram destruídas pela COVID-19 - o número de mortos no Brasil passa de 591 mil. Eu só estou pedindo um plano - apenas um plano -, uma estratégia para que discutamos e votemos.

O número de desempregados, Sr. Presidente, é assustador. No meu

Estado, que é também o seu Estado, São Paulo, o mais rico da Federação, as pessoas estão passando fome. A renda das famílias sumiu, desapareceu. A classe média foi dizimada. No Município de São Paulo, mais de 65 mil pessoas estão morando nas ruas.

O maior opositor do Governo Bolsonaro não é a esquerda, não é a terceira via, não é Lula. Os maiores adversários do Sr. Jair Bolsonaro são a fome, a inflação, a alta do dólar, o aumento do preço da gasolina e do gás de cozinha e a miséria que as famílias estão vivendo.

Precisamos de coragem para enfrentar o problema, pois o nosso País é grande, e temos condições de criar alternativas para gerar emprego e renda para as famílias. O povo quer trabalho, Sr. Presidente. A nossa Nação precisa de emprego.

Faço um alerta neste momento, com muita maturidade: nós precisamos de união para encontrar uma saída para esta crise. A Câmara dos Deputados, que é a Casa do povo, precisa buscar alternativas para enfrentar o aumento do Custo Brasil e trazer competitividade para a nossa indústria. O grande valor agregado do emprego está na indústria, mas nós não temos um plano para fomentar o setor produtivo. O que não falta são ideias e projetos deste Parlamento e da própria indústria. Nossos empresários, nossos industriais que ainda não quebraram são verdadeiros heróis.

Sr. Presidente, qual é o custo dos desempregados para o Estado? Qual é o custo para o Estado de uma empresa falida?

Ouço falarem aqui do precatório, da reforma administrativa, que vai mexer com a vida de muitas pessoas, vai prejudicá-las. Sou a favor de enfrentar essas discussões, sim, mas eu destaco o seguinte: nós não temos um plano para melhorar a economia. Isso me assusta muito.

Sr. Presidente, parabênizo o Presidente da Casa, Deputado Arthur Lira, que tentou harmonizar os Poderes, mas chegou a hora de este Parlamento voltar a trabalhar.

Presidente Arthur Lira, sei que V.Exa. já anunciou a data do retorno - 19 de outubro, eu acho -, mas, para dar seguimento a matérias perigosas, como é o caso da reforma administrativa ou da PEC dos Precatórios, é importante que nós Parlamentares estejamos unidos nesta Casa, não só para que debatamos melhor, mas também para ouvir associações de funcionários públicos, o setor produtivo, para que possamos achar saídas.

Sr. Presidente, esse discurso de liberalismo econômico está matando os brasileiros de fome. Cada um tem que fazer a sua parte. O Estado brasileiro precisa cumprir o seu papel! O Parlamento precisa estar

presente.

Querido Presidente Arthur Lira - e mais uma vez o elogio -, já passamos do momento do diálogo. O momento agora é de agir. O Parlamento brasileiro precisa assumir essa responsabilidade e lutar pela vida das pessoas que nos colocaram aqui. O povo brasileiro espera de nós ação. Pode contar comigo! A minha contribuição técnica e política, como Deputado, está disponível para críticas e sugestões.

Chega de perder vidas! Temos que acabar com a fome! O Brasil tem pressa!

Quero dizer aos presidentiáveis que o próximo tema da eleição presidencial vai ser emprego e fome.

Sr. Presidente, eu gostaria que o meu discurso fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais veículos de comunicação desta Casa.

Volto a dizer: nós sabemos que, de maneira remota, todos nós trabalhamos, mas o empregado já está pegando ônibus, já está buscando o seu emprego. Esta Casa precisa voltar o mais rápido possível. Eu sou a favor da discussão de reformas importantes, volto a dizer, como a administrativa e a dos precatórios, mas, do jeito que está acontecendo, Sr. Presidente, com a falta de todos os Deputados aqui, muitas coisas estão sendo debatidas com a minoria, e não com as categorias e a presença de todos.

Deixo o meu muito obrigado. O Brasil tem pressa!

---

Documento 92/151

---

81.2021.B	Sessão Outro Evento	23/09/2021-09:12
Publ.: DCD - 9/24/2021 -	FÁBIO TRAD-PSD -MS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**O SR. FÁBIO TRAD** (PSD - MS. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, é um prazer renovado trabalhar sob a presidência de V.Exa. nesta sessão de quinta-feira. Ao mesmo tempo, eu gostaria de saudar os colegas Parlamentares, desejando a todos muita saúde,

ânimo e disposição para os desafios do dia de hoje.

Sra. Presidente, o assunto que me traz aqui nesta tribuna da Câmara Federal é a preocupação com a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020.

Ontem, a Oposição teve uma vitória parcial, conseguindo retardar para hoje a votação dessa PEC.

Ocorre, Sra. Presidente, que já não é mais possível esconder ou disfarçar a série de atropelos regimentais opostos à fluência sempre dificultosa dessa PEC. Ela não está bem. Ela não está tramitando como as outras PECs tramitavam. Há uma série de obstáculos.

Veja, Sra. Presidente, o Relator, que é um quadro muito qualificado da Câmara Federal - que tem a minha admiração -, o Deputado Arthur Oliveira Maia, já fez uma série de alterações no relatório, de certa forma tira o foco e consegue dispersar a atenção daqueles que precisam se concentrar sobre os principais pontos do relatório. Significa dizer que há uma insegurança também por parte do próprio Relator naquilo que diz respeito aos princípios estruturantes dessa reforma.

É uma reforma que partiu de pressupostos totalmente equivocados, porque não é o servidor público o culpado pelas mazelas do País. Se nós queremos uma reforma para efetivamente dar funcionalidade ao Estado brasileiro, nós não temos que tirar direitos dos servidores, nós não temos que fragilizá-los, pelo contrário. Nós temos que dotar o Estado de mecanismos para agir de igual para igual com as forças do mercado ou até - por isso mesmo, assim eu defendo - melhor que o mercado. Afinal de contas, empresa tem um dono ou dois, ou é uma sociedade anônima. Já do Estado brasileiro todos nós somos partícipes. Por isso, tudo que é do Estado deveria ser melhor do que da iniciativa privada.

Essa é, Sra. Presidente, a minha preocupação. Vou registrar aqui a minha discordância com a PEC 32. Estou pronto para votar contra os seus postulados, porque eu a vejo muito punitiva. Ela é draconiana com o serviço público e não vai melhorar a qualidade dos serviços públicos do País. Pelo contrário, ela vai atingir a educação e a saúde, que são os dois principais braços assistenciais do Estado brasileiro que beneficiam, em tese, os mais vulneráveis.

Solicito a V.Exa. a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, Sra. Presidente.



81.2021.B

Sessão Outro Evento

23/09/2021-09:36

Publ.: DCD - 9/24/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS BREVES  
COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa de rejeição do Veto Total nº 51, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), relativo às medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e à alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Decisão do Supremo Tribunal Federal pela demissão de funcionários públicos efetivados de forma inconstitucional, no Estado do Amazonas. Razões do posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

---

**O SR. JOSÉ RICARDO** (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, quero saudar V.Exa. e os demais colegas.

Eu queria aqui me manifestar, primeiro, contrário ao veto do Presidente Bolsonaro em relação ao Projeto de Lei nº 823, de 2021, que trata da agricultura familiar. É lamentável esse veto, porque é um projeto importante, aprovado pelo Congresso, para auxiliar os agricultores familiares com linhas de crédito, auxiliar as famílias que estão sem renda, ainda mais neste momento em que nós estamos precisando fomentar e apoiar a produção de alimentos.

A fome voltou ao Brasil no Governo Bolsonaro. Há milhares de famílias no nosso Estado, no Amazonas, precisando de apoio, de alimentos. E os agricultores estão precisando de apoio para produzir, para fazer o escoamento da produção, para ter crédito. Então, é lamentável, é um retrocesso. Essa é a prova de um Governo genocida, que apoia a morte. Há pessoas que estão morrendo, porque não têm alimentos.

Também quero dizer que aqui, no Amazonas, o STF decidiu pela demissão de 10 mil funcionários públicos, funcionários do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas e do Ministério Público, por conta de serem servidores do regime temporário, efetivados de forma inconstitucional no ano de 2000, ainda na época do Governador Amazonino Mendes e desse grupo político que está há muitos anos aqui no Estado do Amazonas. Eles não foram efetivados por concurso. Portanto, vejam a importância do concurso público.

Nós estamos num momento de ameaça aos servidores públicos com a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, que quer acabar com o concurso público. Nós temos que garantir a estabilidade do

funcionário público. Imagine que 10 mil funcionários do Estado, funcionários que se capacitaram, investiram, têm larga experiência, agora serão demitidos sem direito nenhum, quando nós deveríamos ter funcionários de carreira concursados, podendo servir principalmente na área da saúde e da educação.

Então, é uma irresponsabilidade dos governantes contratarem funcionários, sem fazer concurso público. E neste momento a situação é mais grave ainda, porque se quer acabar com o concurso público com a PEC 32. Nós precisamos fortalecer o serviço público. Nós precisamos ampliar os serviços, principalmente do Sistema Único de Saúde. Nós necessitamos de mais investimentos com mais pessoas atuando, principalmente na região da Amazônia, onde nós temos ameaças aos povos e às riquezas do nosso País.

É um absurdo essa PEC 32. Ao mesmo tempo, denunciemos governantes que contratam funcionários, sem concurso público. É a vida das pessoas que está em jogo. Imaginem: dez mil pessoas vão perder o seu trabalho e a sua renda, pela irresponsabilidade de alguns governantes.

Sra. Presidente, peço a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

---

Documento 94/151

---

81.2021.B	Sessão Outro Evento	23/09/2021-09:40
Publ.: DCD - 9/24/2021 - PROFESSOR ISRAEL BATISTA-PV -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Retrocesso da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Defesa de rejeição da propositura.

---

**O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV - DF.** Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Deputada Rosângela Gomes, que bom ver V.Exa. aí na Presidência sempre!

Hoje eu venho falar sobre as discussões da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, a reforma administrativa. Ontem à noite, nós fomos surpreendidos, depois que havíamos votado pela retirada de pauta, por um novo texto, um novo texto do qual nós não tínhamos

conhecimento. A Oposição foi surpreendida por uma quebra de acordo, com a apresentação de um novo texto, cujo conteúdo era desconhecido. Então, a reunião foi encerrada.

E hoje o Relator, o Deputado Arthur Oliveira Maia, ameaça trazer um relatório ainda mais agressivo contra o serviço público brasileiro, trazendo de volta o art. 37-A, o da farra das terceirizações. Já estão até mudando a composição da Comissão Especial, porque viram que ontem ganharam por apenas dois votos de diferença.

Nós estamos vendo a movimentação de Deputados que tradicionalmente votam com o Governo na pauta econômica abandonando essa PEC, uma PEC que é ruim desde o início, uma PEC que nasceu de uma vontade de vingança do Governo Bolsonaro contra os servidores brasileiros, uma PEC que já nasceu torta, uma PEC que não visa a melhoria do serviço público, visa sim a perseguição dos servidores.

É importante dizer que ontem o Deputado José Nelto, do Podemos, já se pronunciou contra essa PEC, como os Deputados Felício Laterça, Luis Miranda, Aroldo Martins, Celina Leão e Rodrigo Maia.

É importante dizer, Deputados que ainda apoiam essa PEC, que V.Exas. serão envergonhados, porque o Senado não vai aprovar essa PEC. Eu duvido que neste plenário esta PEC tenha 308 votos, depois do artigo do Armínio Fraga, da Ana Carla Abrão, do Carlos Ari Sundfeld.

PEC da reforma administrativa nada, é PEC do retrocesso administrativo, nem mesmo a Direita liberal, que apoia algumas pautas econômicas deste Governo, está a favor desse texto, que é a barbarização do serviço público brasileiro.

Então, eu peço ao Presidente Arthur Lira que evite a vergonha que vai passar neste plenário. Se ele não passar vergonha neste plenário, vai passar vergonha no Senado, porque, mais uma vez, os Deputados vão se desgastar, e depois os Senadores vão nos envergonhar, não apoiando, não aprovando a matéria.

Pare de passar vergonha, Câmara dos Deputados! Essa PEC tem que ser enterrada antes de vir para este plenário. Ela não vai alcançar os 308 votos. Só vai passar na Comissão, porque estão trocando os Deputados membros para garantir a aprovação da matéria. Se, por um milagre, passar aqui, os Deputados serão envergonhados pelos Senadores, porque não vai passar lá de jeito nenhum. Deputados, vamos parar de trazer vexame para a Câmara!

Obrigado, Presidente.

---

Documento 95/151

---

81.2021.B	Sessão Outro Evento	23/09/2021-09:44
Publ.: DCD - 9/24/2021 - PAULO TEIXEIRA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Contrariedade à separação entre carreiras típicas de Estado e à reinclusão do art. 37-A no texto da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Inadmissibilidade de aprovação da propositura. Anúncio da realização de manifestações no País pelo impeachment do Presidente Jair Bolsonaro, no dia 2 de outubro de 2021.

---

**O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Sem revisão do orador.)** - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Parlamentares, eu começo a minha fala por onde o Deputado Professor Israel Batista terminou. Ontem houve uma quebra de acordo na Comissão Especial da PEC 32. O acordo era retirar o art. 37-A do texto, porque ele permite que o setor privado avance sobre os recursos do FUNDEB e sobre os recursos do SUS. E qual não foi a nossa surpresa quando, acordado o texto, voltou o art. 37-A, que privatiza os serviços públicos como se o privado fosse exemplo de excelência. Se o privado fosse exemplo de excelência, a CPI da COVID não estaria expondo todos os horrores praticados pela Prevent Senior. Os serviços públicos devem ser executados pelo setor público, porque, dessa forma, são bem executados. Vejam a excelência das escolas públicas federais e dos institutos federais. Vejam a excelência das universidades federais. E o que quer esse Governo? Privatizar os serviços públicos.

Por isso, Deputado Trad, Deputado Fontana, é inadmissível a reinclusão do art. 37-A, assim como é inadmissível a separação que fizeram entre as carreiras típicas de Estado e as demais carreiras. A educação não é uma carreira típica de Estado? A saúde não é uma carreira típica de Estado? Ou nós não devemos agradecer aos profissionais do SUS pelos serviços prestados em uma pandemia em que eles salvaram vidas? E agora não estão sendo consideradas carreiras típicas de Estado. Vejam o que está acontecendo. Essa divisão entre as carreiras típicas de Estado e as demais está fazendo com que a elite dos servidores, e não aqueles que estejam na atividade-fim, seja considerada como de carreira típica de Estado. E não foi isso o que o Constituinte concebeu. O Constituinte originário concebeu que o Estado é uno e que as carreiras têm a mesma

importância entre si. Ao mesmo tempo, há essa contratação provisória, temporária, fazendo com que acabem os concursos públicos no País.

Não à PEC 32! Não à PEC de retaliação aos serviços públicos! Não à PEC da privatização dos serviços públicos! Não à PEC que vai permitir a corrupção nos serviços públicos! Não à PEC 32! E deixo nosso apoio a todas as manifestações do dia 2 de outubro contra o descalabro, pelo *impeachment* desse Presidente. Fora, Bolsonaro! Não à PEC 32!

Registro o nosso agradecimentos aos servidores públicos e às servidoras públicas do País, que tanto fazem para proteger o nosso povo e para promover o desenvolvimento nacional.

---

Documento 96/151

---

81.2021.B	Sessão Outro Evento	23/09/2021-09:52
Publ.: DCD - 9/24/2021 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Defesa de rejeição da propositura pela Câmara dos Deputados.

---

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, população que nos escuta agora, ontem, nós que estamos na Comissão que discute a PEC 32, conhecida como a "PEC da Rachadinha", conhecida como a PEC que destrói o serviço público, saímos desta Casa de madrugada. Hoje, às 8 horas e poucos minutos, já estávamos em nova reunião, discutindo a punhalada que tomamos ontem da base do Governo, especialmente do Relator da PEC 32, que descumpriu todas as conversas que tivemos e o Regimento. Ele postou um relatório às 16 horas e combinou que abriríamos a reunião às 18 horas. Quando já estávamos no processo de votação, descobrimos que o relatório não era aquele que tinha sido protocolado às 16 horas.

Foi uma molecagem o que fizeram ontem com nós Parlamentares, com os servidores públicos e a população do País, que depende dos serviços de saúde, que depende dos serviços de educação. Aquela PEC quer derrubar todo esse setor público do País, prejudicando servidores públicos, prejudicando o atendimento à população.

Como disse, essa PEC ficou conhecida como a "PEC da Rachadinha"

porque diminui os concursos públicos no Brasil e aumenta a quantidade de indicações políticas. E, pior, ela permite que sejam nomeadas pessoas para ficarem por até 10 anos no serviço público e depois serem demitidas, exatamente para evitar o concurso.

Essa mesma PEC também está sendo conhecida agora como a "PEC da Mentira", porque o Presidente Bolsonaro mentiu quando disse que ia acabar com os privilégios. Essa tal PEC, que ficou conhecida como a "PEC da Rachadinha", é exatamente a PEC que não acaba com privilégios, que mexe nos servidores públicos que ganham salários menores. Aqueles que ganham acima de 40 mil reais, que chegam a ganhar até 60 mil reais ou 100 mil reais, como está acontecendo na Esplanada dos Ministérios, esses o Bolsonaro nem toca. Portanto, ele mantém os privilegiados com altíssimos salários e prejudica os servidores públicos do Brasil.

Nós vamos retomar agora os trabalhos da Comissão. Vamos resistir, fazer a nossa luta. Será uma vergonha se este Parlamento aprovar a PEC 32. O povo brasileiro não vai perdoar.

Listem o nome dos Parlamentares que votarem a favor de acabar com o serviço público no Brasil e entregar tudo em mão de empresas privadas, como quer o Presidente Bolsonaro. Anotem bem o nome deles, para lembrar na próxima eleição!

O pior: vão tentar aprovar a PEC neste plenário. O Governo não tem voto. Se a aprovarem, mesmo comprando voto, o Senado vai barrar, e a Câmara vai ficar como a algoz do serviço público brasileiro.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

---

Documento 97/151

---

81.2021.B	Sessão Outro Evento	23/09/2021-09:56
Publ.: DCD - 9/24/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Repúdio ao Governo Jair Bolsonaro. Tentativa do Presidente da República de apropriação do Estado brasileiro. Inadmissibilidade de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.)** - Esta Casa está diante, talvez, do maior ataque ao Estado de proteção social

desde que nós temos uma Constituição, que tentou fazer um pacto para fechar o ciclo de um período muito traumático da história brasileira. Refiro-me ao período das salas escuras e da tortura, de um Estado que matava, de um Estado que perseguia - as salas escuras que são aplaudidas pelo Presidente da República.

Desde a Constituição de 1988, estabeleceram-se os direitos da população brasileira de ter acesso a políticas públicas: o direito à saúde, o direito ao meio ambiente, o direito a uma existência em que a humanidade não seja aprisionada, não seja silenciada, não seja machucada. A Constituição, portanto, assegura o Estado de proteção social e, ao mesmo tempo, os instrumentos para que nós possamos ter as políticas públicas entrando na vida de cada brasileiro e de cada brasileira. Assegura-se, inclusive, o financiamento desse Estado de proteção social.

Isso tudo o Governo está buscando destruir, porque quer impor uma lógica que nós achamos que não pode retornar a este País: a lógica do compadrio, a lógica da República Velha, a lógica do Estado em que o servidor e a servidora não detêm a estabilidade necessária para que possam unicamente servir ao povo brasileiro. O Governo quer controlar, capturar o Estado, como quis controlar a Polícia Federal para que ela não investigasse seus filhos; como quer controlar o Ministério do Meio Ambiente para que ele seja coadjuvante de crimes ambientais; como quer controlar a Fundação Palmares para que fique sob a égide do racismo, e não da cultura afro, da cultura negra no País.

Portanto, o Governo quer controlar o Estado, transformá-lo no Estado de compadrio. E nós vamos resistindo, resistindo em nome de quem ainda vai chegar, em nome do que o Brasil conquistou de bem-estar social. O Governo inclusive quer que o Estado sirva à iniciativa privada, que o Estado esteja à disposição da iniciativa privada, e não do próprio povo.

Eu lembro sempre de Celso Furtado, que diz que o Estado tem que enfrentar os problemas nacionais, e o mais gritante problema nacional diz respeito às desigualdades sociais.

Então, eles querem capturar o Estado em cima de golpes, golpes e mais golpes. Foram golpes o que nós vimos ontem. Nós estávamos discutindo um parecer que já é o quarto apresentado, porque o Governo não consegue unificar um texto e construir uma maioria, por ser essa PEC tão destruidora. Ela atenta tanto contra a saúde quanto contra a educação, assim como atenta contra os servidores. Ela atinge servidores que ganham em média até 4 salários e preserva os altos salários e os privilégios.

O Governo não consegue ter maioria, porque essa PEC é contra o

povo! Aí votamos a retirada de pauta, e eles ganharam a manutenção da proposição, por 22 votos a 19. O Governo começou a mudar seus integrantes na Comissão a partir daí, e apresentou um relatório secreto. Fez um golpe. E é contra o golpe que nós vamos continuar resistindo hoje!

Respeite este Parlamento!

---

Documento 98/151

---

81.2021.B	Sessão Outro Evento	23/09/2021-10:08
Publ.: DCD - 9/24/2021 - VICENTINHO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Presença, na Casa, das dirigentes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais e Autárquicos de São Bernardo do Campo, professoras Ariana de Cássia e Fátima Leal. Luta das docentes contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2021, relativa à reforma administrativa.

---

**O SR. VICENTINHO** (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, eu solicitei este 1 minuto para agradecer, porque, nesta oportunidade, estão aqui conosco duas grandes guerreiras: Ariana de Cassia e Fatima Leal, professoras, educadoras, dirigentes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais e Autárquicos de São Bernardo do Campo.

Elas fazem parte de uma delegação que está em Brasília em luta contra a PEC 32, tentando convencer os nossos Parlamentares sobre a importância da defesa da qualidade do serviço público, do respeito aos servidores e de um Estado que efetivamente seja o porto seguro da nossa comunidade.

Aproveito para mandar um abraço para o Dinailton, para toda a diretoria do sindicato e para todos os servidores e servidoras do Brasil, porque essa luta também é nossa.

Muito obrigado, estimada Presidente.

---

Documento 99/151

---

81.2021.B	Sessão Outro Evento	23/09/2021-10:12
Publ.: DCD - 9/24/2021 - PAULO RAMOS-PDT -RJ		

---

### *Sumário*

Posicionamento do PDT contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Extinção da profissão de frentista, no caso do acatamento de emenda apresentada por Deputado à Medida Provisória nº 1.063, de 2021, a respeito da alteração das normas de comercialização de combustíveis. Solidariedade aos frentistas brasileiros.

---

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente - não gosto de chamá-la "Presidenta", Deputada Rosângela Gomes -, Sras. e Srs. Deputados, além de mais uma vez proclamar a posição do PDT de um grande "não" à PEC 32, ao assassinato do serviço público, como pretende o Governo Bolsonaro, eu venho a esta tribuna para mandar um abraço a uma categoria profissional extremamente relevante pelo serviço que presta a milhares e milhares de consumidores. É quase uma espécie de serviço público não pela atividade-fim, mas pelas atividades paralelas. Eu me refiro aos frentistas, aqueles que abastecem os automóveis nos postos de gasolina.

Eu não trato do tema somente pela importância da preservação dos postos de trabalho, o que já seria suficiente nesta quadra da vida nacional, em que o desemprego corre solto.

Os frentistas, além de fazerem o abastecimento dos veículos, socorrem os motoristas em situações diversas: em tempo de chuva, limpando o para-brisa dos carros e fazendo a calibragem dos pneus. Os frentistas ainda prestam informações.

Existe algo que é pouco percebido, porque os frentistas nem recebem paralelamente segurança pelo serviço que prestam. A presença do frentista em vários horários, especialmente nos de menor movimento, ainda representa uma segurança para aqueles que vão aos postos de gasolina abastecer o automóvel. Os frentistas, por vezes, são psicólogos, assistentes sociais, ouvem as reclamações, as lamúrias dos motoristas. O frentista presta um trabalho muito amplo.

Por isso, eu quero, Sr. Presidente, na medida em que a proposta para automação, para o abastecimento automático, recebe a insistência aqui na Casa de um Deputado, cujo nome não vou citar, eu quero chamar a atenção de todos os Deputados para a importância dessa categoria.

Eu mando um abraço a todos os frentistas, a todos os trabalhadores de

postos de gasolina, na pessoa do Eusébio, que preside o sindicato no Estado do Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, está ligado à federação, entidade que reúne as representações no Brasil de todas as unidades federativas. Um abraço ao frentistas!

Essa proposta seguramente não passará, porque não é possível que a Câmara dos Deputados vá contribuir para um prejuízo grande da população e para a extinção de uma atividade que tem importância social muito grande.

Parabéns aos frentistas pelo trabalho que realizam e um abraço ao Eusébio, que representa a categoria!

Muito obrigado, Sra. Presidente.

---

Documento 100/151

---

82.2021.B	Sessão Outro Evento	24/09/2021-10:04
Publ.: DCD - 9/25/2021 -	HELDER SALOMÃO-PT -ES	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Indignação do orador com a aprovação, pela Comissão Especial, do parecer oferecido pelo Relator Arthur Oliveira Maia à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Defesa de rejeição da propositura pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

---

**O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, ontem foi um dia triste, devido à aprovação do relatório do Deputado Arthur Oliveira Maia, um relatório absurdo sobre a PEC 32, que é a PEC da Reforma Administrativa. Mas é preciso dizer que a composição da Comissão Especial não representa a composição do Plenário. Houve, inclusive, substituição de Deputados, para se garantirem os votos necessários para a aprovação do relatório. Vamos derrotar no Plenário esse retrocesso, que é mais uma tentativa do Governo Bolsonaro de desmontar o Estado brasileiro e suas políticas públicas.

A PEC, senhores e senhoras, ameaça a qualidade do serviço público no Brasil. O texto aprovado, que nós vamos rejeitar no Plenário, vai comprometer o atendimento às pessoas que mais precisam. Não se trata de uma reforma, mas do desmonte e da destruição do serviço público no nosso País. É um ataque à estabilidade e à autonomia do servidor público. Vai reduzir salários, especialmente de servidores que

já ganham baixíssimos salários. Não há nenhum combate a privilégios. Apenas vai penalizar os servidores que têm baixos salários e a população mais pobre, que vai ficar desassistida, porque não tem dinheiro sequer para comprar comida, muito menos para ter acesso à saúde privada, à educação privada.

O texto aprovado na Comissão, que nós vamos derrotar no Plenário, autoriza a transferência de recursos públicos da educação, da saúde e da assistência social para a iniciativa privada e para outras áreas. Então, é absurda a proposta. Os servidores públicos municipais, estaduais e federais, associações, sindicatos, confederações, organizações sociais em todo o Brasil já deram um toque: quem votar, não volta.

É por isso e por outras razões que este Governo é desaprovado por 68% da população, segundo pesquisa IPEC, e 69% dos brasileiros não confiam mais neste Presidente. O Governo está derretendo, o Presidente está afundando. E vocês da base aliada vão afundar junto com o Presidente.

Nós vamos derrotar essa PEC no Plenário, pois representa atraso e ameaça não apenas aos servidores públicos, mas especialmente à população, que precisa de atendimento no dia a dia, que precisa de atendimentos básicos.

Fora, Bolsonaro! O Brasil não aguenta mais este Presidente, que virou as costas para o nosso povo, que não tem compromisso com a nossa gente!

É fundamental que nós agora apresentemos um *kit* obstrução no Plenário, para não deixar que essa proposta seja aprovada, porque ela representa efetivamente atraso. Representa ameaça e ataques aos direitos mais sagrados da população e dos servidores públicos. Eles querem a volta do apadrinhamento político, das indicações políticas e das perseguições

Peço que seja registrado no programa *A Voz do Brasil* o nosso pronunciamento.

---

Documento 101/151

---

82.2021.B	Sessão Outro Evento	24/09/2021-10:12
Publ.: DCD - 9/25/2021 -	BIBO NUNES-PSL -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---



## **Sumário**

Aprovação, pela Comissão Especial, do parecer oferecido pelo Relator Arthur Oliveira Maia à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Indignação do orador com o assassinato de jovem por assaltantes, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Defesa de armamento da população civil.

---

**O SR. BIBO NUNES** (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssimo Presidente Peterlini! É uma honra estar nesta sessão.

Eu quero dizer que aprovaremos a reforma administrativa, a PEC 32, para o bem do Brasil. Se a Esquerda acha que é ruim, é porque é muito boa esta reforma.

Esta reforma, eu a resumo da seguinte maneira: quem trabalha, quem não quer privilégios vai se dar muito bem com a reforma, porque a reforma visa ao melhor para o Brasil. Funcionário público não tem estabilidade? Não tem. Trabalhe certinho, como nós trabalhamos na iniciativa privada, que não haverá problema algum. Quem trabalha certo, correto, não terá prejuízo algum. Entretanto, quem quer benesses, benefícios, pode se dar mal. Acabou o tempo de "meus direitos, meus direitos"; agora é tempo de "meus deveres, meus deveres": meus deveres com a minha cidade, o meu Estado e o meu País.

Quero também falar, com muita tristeza, que ontem à noite, em Porto Alegre, uma jovem de 20 anos, ao sair do trabalho num *shopping center*, foi brutalmente e covardemente assassinada. Três assaltantes - drogados, certamente - pediram o celular dela, e ela ficou nervosa. Eu sei lá se pensaram que ela iria reagir. Eles acabaram dando tiros, sendo um na cabeça, e mataram na hora a jovem trabalhadora. Esse tipo de crime, ou qualquer crime, não pode ser permitido! Esses três, por um crime dessa natureza, têm que ter a penalidade máxima.

Eu quero lembrar também os Parlamentares que defendem bandidos, que dizem que bandido é vítima da sociedade. E essa jovem de 20 anos é vítima de quem?

Parlamentares que defendem bandidos, deem os seus endereços para o sindicato dos bandidos, para assaltantes, para estupradores, para irem visitar vocês, porque as pessoas de bem não merecem assalto ou estupro, de que têm sido vítimas. É por isso que o cidadão de bem tem que andar armado, para se defender. Quem tem que andar desarmado é o bandido, esses assaltantes covardes! Como é que fica essa família? São pai, mãe, irmãos de uma jovem de 20 anos que, ao sair do trabalho, foi brutalmente assassinada. Jamais, jamais aceitarei esse

tipo de covardia!

E deixo aqui bem claro que Parlamentar que defende bandido tem que ter coragem de continuar defendendo, para receber nas urnas o seu troco. Como fica a família dessa jovem de 20 anos? Estou revoltado, muito revoltado!

Deixo aqui o meu protesto. E quem defende bandido continue defendendo, para ser devidamente penalizado, porque eu defendo pessoas de bem, que querem o melhor para este País.

Grato, digníssimo Presidente Peternelli.

---

Documento 102/151

---

82.2021.B	Sessão Outro Evento	24/09/2021-10:16
Publ.: DCD - 9/25/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Homenagem à memória do educador Paulo Freire, ao ensejo do transcurso do centenário do seu nascimento. Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a educação brasileira. Discordância do Presidente da República com o método educacional revolucionário de Paulo Freire.

---

**A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último domingo, dia 19 de setembro, o Brasil e o mundo pensaram e celebraram o centenário de nascimento de alguém que trabalhou com muita justiça social, o nosso grande brasileiro Paulo Freire.

Paulo Freire começou a revolucionar a educação em 1963. Este homem, na verdade, pôde trazer para pessoas com conhecimento e sem conhecimento métodos que revolucionaram a educação no sentido de dar oportunidade a todos que tivessem o seu senso crítico, além do seu aprendizado. Ele conseguia que o seu aluno, ao mesmo tempo em que conhecesse as letras, também conhecesse o mundo de opressão em que vivia.

Esse método transformador foi oprimido. Esse método transformador, que dava consciência e protagonismo à libertação, foi proibido pela ditadura, quando o seu criador foi considerado subversivo. A ditadura o prendeu, Sr. Presidente, mas não impediu que o seu método fosse

adotado pelos movimentos sociais.

Foi assim que eu conheci Paulo Freire. Quando tive a oportunidade de dialogar com ele sobre a situação social e sobre as condições precárias e péssimas das comunidades de favela, ele prontamente se colocou à disposição, e começamos a pensar em como alfabetizar os alunos da comunidade com base no seu método. Sugeri que as crianças da comunidade recebessem uma cartilha contendo o seguinte: "O Ivo viu a uva". Ele, então, disse: "Não, *Benedita*, o Ivo na favela vê a vala". Olhem que consciência! Essa consciência é boa e fantástica para o Brasil. Quem aprendeu por meio desse método tem consciência de que é preciso cada dia mais livrar as pessoas do analfabetismo.

Por isso, todo o mundo comemorou essa data, esse centenário, mas o Governo brasileiro o repudiou.

**O SR. PRESIDENTE** (Bosco Costa. PL - SE) - Peço a V.Exa. que conclua, Deputada.

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT - RJ) - Sr. Presidente, antes de concluir, eu quero dizer que a insana perseguição do Presidente Bolsonaro à educação e ao método de Paulo Freire não permitiu que o Ministro da Educação deste País pudesse somar-se ao mundo no centenário de Paulo Freire, que certamente não concordaria com a PEC 32, porque a proposta pretende retirar direitos de servidores, e servidores da educação.

Deixo aqui, Sr. Presidente, a minha homenagem a esse grande educador brasileiro que foi Paulo Freire.

---

Documento 103/151

---

82.2021.B	Sessão Outro Evento	24/09/2021-10:20
Publ.: DCD - 9/25/2021 -	JOÃO DANIEL-PT -SE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Indignação do orador com a aprovação, pela Comissão Especial, do parecer oferecido pelo Relator Arthur Oliveira Maia à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Defesa de rejeição da propositura pelo Plenário da Câmara dos Deputados. Solidariedade aos servidores públicos.

---

**O SR. JOÃO DANIEL** (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, é uma honra vê-lo presidindo esta sessão! V.Exa. é nosso grande colega e parceiro, Deputado Bosco Costa. Minha saudação a V.Exa. e a todos os Parlamentares.

Eu queria deixar registrado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios desta Casa que, acompanhando e participando da Comissão Especial que lamentavelmente aprovou ontem à noite a PEC 32, que irá certamente ao plenário nos próximos dias, na nossa avaliação, ela não traz nenhum benefício para a população brasileira. Esta PEC é um ataque aos serviços públicos e aos servidores públicos brasileiros dos Municípios, dos Estados e da União.

O discurso em torno dessa PEC, como ouvi de um Parlamentar que falou anteriormente, é o mesmo discurso e a mesma cantiga da reforma trabalhista, da Emenda Constitucional nº 95, é a mesma cantiga da reforma da Previdência, dizendo que tudo vai gerar mais emprego, vai melhorar o serviço, o que não é verdade. O Governo Bolsonaro não tem compromisso com os serviços públicos. O Governo Bolsonaro não tem compromisso com os servidores.

Por isso, toda a mobilização da sociedade brasileira, dos servidores e das centrais sindicais é fundamental para impedirmos que essa proposta tenha o voto de dois terços e que possamos reprová-la no plenário da Câmara.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa o nosso compromisso em defesa dos serviços públicos, em defesa dos servidores e contra a PEC 32.

---

Documento 104/151

---

82.2021.B	Sessão Outro Evento	24/09/2021-10:24
Publ.: DCD - 9/25/2021 -	POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
CÂMARA	DOSBREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

---

### ***Sumário***

Indignação do orador com a aprovação, pela Comissão Especial, do parecer oferecido pelo Relator Arthur Oliveira Maia à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Posicionamento do PDT contrário à aprovação da propositura.

---

**O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) -**  
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero cumprimentar

V.Exa. e todos os colegas Parlamentares e dizer que, lamentavelmente, ontem à noite e madrugada afora, a Câmara dos Deputados, na Comissão Especial, aprovou a PEC 32, que eu chamo de PEC da maldade. Aliás, maldade com requintes de crueldade, porque ela sacrifica os trabalhadores, os servidores públicos.

É inaceitável, Presidente, o que essa PEC faz em termos de maldade contra professores, professoras, brigadistas, policiais militares, enfermeiros, enfermeiras. O serviço público está ferido de morte. Ela tira a estabilidade da carreira, tira a garantia, a segurança do servidor público, tira a estabilidade, terceiriza o servidor público. Ou seja, o Prefeito, o Vice-Prefeito, o Governador, enfim, em vez de concursar um servidor público, vai poder contratá-lo temporariamente.

E sabe qual é o prazo temporário, Presidente? É um prazo temporário por 10 anos, ou seja, é provisoriamente definitivo ou definitivamente provisório.

Esse não é o jeito de contratar. Nós vamos aviltar o serviço público, vamos tirar a memória do serviço público. Eu sei que há problemas no serviço público. Em todo lugar há problemas. Então, corrijam-se os problemas.

Agora, não é preciso desmontar a estrutura de serviço público, terceirizar, extinguir o serviço público, porque, na medida em que se quer atingir o serviço público, atinge-se o servidor, e o servidor é o coração, é a alma do serviço público.

Não adianta dar uma medalha, dar um diploma de reconhecimento, de honra ao mérito, de ato de bravura para os policiais militares, se não dão a segurança para eles enfrentarem os bandidos. Eles não têm a segurança para família deles, e queremos que eles deem segurança para nós, o que eles próprios não têm.

Queremos que os professores ensinem os nossos filhos, se os professores vão perder a condição de serem professores, de terem uma segurança no seu trabalho. Agora mesmo, na pandemia, quem nos socorreu, quem deu a cara a tapa foram as enfermeiras, os enfermeiros, a maioria técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem. Presidente, e nós vamos matá-los? Vamos entregar tudo para o mercado?

Na hora da pandemia, o mercado sumiu. Quem prestou socorro para a população foram as prefeituras, na ação social, nas Secretarias de Saúde; foram os professores, na Secretaria de Educação; foram os integrantes da saúde. Ou seja, o mercado desapareceu! Quem ajudou foi o serviço público municipal e o serviço público estadual.

Eu estou aqui na APAE em São Martinho, no Rio Grande do Sul. Os professores da APAE é que ajudam as crianças com deficiência a se recuperarem, a enfrentarem as adversidades da vida. E digo isso com muito orgulho, Presidente.

Estamos na luta contra a PEC 32, que avilta o serviço público. É uma PEC de maldade, com requintes de crueldade. Não é o jeito de fazermos melhorar os serviços públicos.

Por isso o PDT tem lado, por isso o PDT tem posição e por isso que nós do PDT votamos contra a PEC 32. Eles não tiraram os privilégios de juiz, de promotor, dos grandes desembargadores. Esses vão ganhar tudo e mais um pouco, vão ganhar o teto. Sacrificados vão ser os servidores públicos que ganham até 5 mil reais. Vão tirar do pobre e vão deixar o rico cada vez mais rico.

---

Documento 105/151

---

82.2021.B	Sessão Outro Evento	24/09/2021-10:28
Publ.: DCD - 9/25/2021 - PADRE JOÃO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Gestão desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro. Posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

---

**O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, o povo brasileiro já tomou uma decisão em relação ao Executivo.

O Bolsonaro não vota e não pode voltar. Ele está fazendo o maior estrago no nosso País. Ele está fazendo o povo brasileiro sofrer. Ele é uma vergonha ao Brasil! Além do abandono das políticas, há o desmonte do Estado brasileiro.

Mas a campanha dos sindicatos também faz sentido. Quem votar na PEC 32 não volta! Essa é a grande campanha dos trabalhadores e trabalhadoras que têm compromisso com as políticas públicas.

As pessoas que fizeram concurso público não o fizeram com a intenção de ficar na mordomia - alguns criminalizam o servidor público com essa afirmativa -, fizeram para ter autonomia para trabalhar. É fundamental

que se diga isso.

Esta PEC 32 desmonta o essencial no Estado brasileiro, que é o servidor público, quem executa as políticas, na ponta, na área da saúde, da educação, da assistência, na área das fiscalizações, nas mais diversas áreas, seja de saúde, seja de meio ambiente.

Portanto, Presidente está muito correto dizer: quem votar não volta! Não pode voltar, porque não tem compromisso com o povo brasileiro, não tem compromisso com o Estado brasileiro!

Por isso registro o nosso "não" à PEC 32! Faço um apelo às lideranças e aos Vereadores que cobrem dos seus Deputados o posicionamento contrário à PEC 32 e maior compromisso com o Estado brasileiro.

Muitos dizem que estão a serviço da Pátria, mas estão desmontando, estão ferindo de morte a soberania do nosso País e, agora, atacando os trabalhadores do serviço público.

Volto a registrar o nosso voto "não" à PEC 32!

Presidente, peço a V.Exa. que seja dada a divulgação do nosso pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

---

Documento 106/151

---

82.2021.B	Sessão Outro Evento	24/09/2021-10:36
Publ.: DCD - 9/25/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de rejeição pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou já me deslocando para Salvador, depois de terminarmos após a meia-noite a votação da reforma administrativa na Comissão Especial.

Sabemos que o que foi aprovado não representa as necessidades e os anseios do povo brasileiro para o que nós chamamos de Estado Nacional. Foram tirados direitos, enormes direitos dos servidores

públicos, mas não se combateu privilégios. A PEC consolida privilégios, não incorpora as atividades finalísticas do Poder Judiciário e de outras categorias que ganham acima, muitas vezes, do teto salarial.

Sabemos também que, infelizmente, volta para a PEC o art. 37-A, que atoniza, pulveriza o setor público na mão de muitas empresas que serão formadas no rol dos apaniguados para tomar conta de uma biblioteca, de um laboratório e também para "voucherizar", para privatizar as atividades mais essenciais, como o Sistema Único de Saúde, a educação fundamental ou as creches.

Está prevista uma contratação por 10 anos consecutivos, contratação temporária de 10 anos. Isso volta para a PEC. Isso gerará obstrução dos concursos públicos, para inclusive desânimo da juventude que quer fazer concursos públicos.

O Estado deve ser mediador, ele deve ser paradigma para as boas práticas. E tratando-se de saúde e educação, que são típicos do Estado, não podemos dar um tratamento inferiorizado, como consta no texto da PEC que foi aprovado ontem.

Uma série de outras questões foram incorporadas, como um plano de carreira específico para o setor policial. Nós defendemos as polícias com todo o vigor, mas temos que dar isonomia de tratamento a todos os servidores.

Enfim, foi o pior texto que remanesceu, dos seis textos apresentados durante esses três meses de debate intenso e exaustivo, de profundo conteúdo, na Comissão Especial.

Eu espero que o Plenário ponha olhos de ver nesse processo. O Estado brasileiro não pode ser entregue à iniciativa privada, a creche não pode ser "voucherizada", o setor de saúde, o INSS, os atendimentos relacionados à defesa, à fiscalização do meio ambiente, às populações indígenas não podem ser precarizados. A PEC acaba com o Estado nacional.

Por isso, é "não" à PEC 32. Ela não serve ao Brasil, ela pune os servidores, e, infelizmente, ela faz do Estado brasileiro um loteamento, que, a partir desse cheque em branco, poderá ser ocupado por aqueles que nenhuma vocação têm para atender aos que mais precisam. Por isso, é "não" à PEC 32. Espero que no plenário todas essas correções sejam realizadas, mas de preferência que ela nem seja votada, seja retirada, ou, na melhor das hipóteses, derrotada, porque quem votar não volta.

Obrigada, Presidente.

---

82.2021.B	Sessão Outro Evento	24/09/2021-10:40
Publ.: DCD - 9/25/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de rejeição pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Comemoração do 112º aniversário de criação das primeiras escolas de aprendizes artífices do Brasil. Responsabilidade da Câmara dos Deputados pela recomposição das dotações orçamentárias dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

---

**A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE** (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais pares que nos acompanham nesta sessão de Breves Comunicados, quero também fazer menção nesta manhã ao relatório aprovado pela Comissão Especial da PEC 32.

Entristece-nos muito que, na Câmara dos Deputados e das Deputadas, nós tenhamos neste momento tramitando, para chegar ao plenário, uma PEC que traz tamanha agressão ao serviço público brasileiro. Além de destruir as carreiras, ela destrói aquilo que o Estado é responsável por entregar na ponta. Como professora, sei o que significa acabar com as carreiras.

O que o Governo propõe, o que essa PEC sugere é que não haja mais concursos; 10 anos de contrários precários, professores e professoras sem oportunidade de estar em uma escola, com o quadro profissional definido, e fazendo um trabalho no presente e com perspectiva de futuro. É muito triste, eu acho que essa PEC é uma PEC da destruição.

Eu espero que o Plenário da Câmara tenha bom senso e, por mais que o Governo invista individualmente sobre cada Deputado e cada Deputada que é de sua base, que cada um e cada uma, na sua responsabilidade, pense na representatividade que o levou à Câmara.

O Presidente da República é bem passageiro, mas a maioria dos Deputados e Deputadas querem ter uma carreira na política pública. Temos responsabilidades com aqueles e aquelas com quem nos encontramos no dia a dia em nossas cidades e aos quais precisamos dar uma resposta e, portanto, dizer "não" à PEC 32 no Plenário da Câmara.

Outro assunto que eu gostaria de abordar, Sr. Presidente, é que ontem,

23 de setembro, foi o dia de comemoração dos 112 anos de criação das 19 primeiras escolas de aprendizes artífices do Brasil, em 23 de setembro de 1909.

De 1909 até 2002, nós tínhamos cem escolas federais. Depois da vinda do Governo Lula, passamos a ter 643 institutos federais.

Quero abraçar a companheirada do Instituto Cel. Octayde, de Cuiabá, que completou 112 anos. Cuiabá estava entre as 19 capitais do Brasil que receberam os primeiros hoje chamados institutos federais. Sabemos da qualidade dessas escolas e sabemos o quanto o Governo Federal, neste momento, tenta trazer legislação que destrói o perfil da escola mais qualificada em educação...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Bosco Costa. PL - SE) - Peço-lhe que conclua, Deputada. O microfone de V.Exa. está desligado.

**A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE** (PT - MT) - O.k. Muito obrigada.

Concluo dizendo que, se os institutos federais fossem escolas únicas em um país, esse país estaria entre os cinco melhores países do mundo em educação.

Então, esta Casa tem uma responsabilidade muito grande com os institutos quanto à recomposição de orçamento e contrariedade em relação a mudar a legislação que trata da escolha dos seus reitores. Vamos abraçar os institutos como escolas qualificadas no Brasil!

Parabéns, institutos federais de todo o País!

---

Documento 108/151

---

82.2021.B	Sessão Outro Evento	24/09/2021-10:44
Publ.: DCD - 9/25/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Indignação do orador com a aprovação, pela Comissão Especial, do parecer oferecido pelo Relator Arthur Oliveira Maia à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Defesa de

rejeição da proposutura pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

---

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Presidente. Bom dia a todos.

Sr. Presidente, passava de meia-noite quando, na Comissão Especial, a reforma administrativa foi aprovada, para o desastre do povo brasileiro.

Eu queria, em primeiro lugar, dizer que a esmagadora maioria do povo brasileiro, que é carente de serviços públicos de qualidade, está preocupada com a escalada inflacionária, com o desemprego, com a brutal crise sanitária proporcionada por um genocida no poder. Ela está atrás de um emprego.

Agora se aprova uma reforma administrativa para degradar o Estado brasileiro, para detonar o Estado brasileiro, para retirar direitos de servidores que estiveram à frente do combate à COVID no SUS, dos professores, que estão voltando às aulas - a maioria dos servidores públicos são esses -, sob o alibi de acabar com privilégios.

É mentira, Presidente! O que aconteceu ontem foi que, ao aprovar o art. 37-A, que é uma novidade, privatiza-se, abrem-se as portas para a liquidação do que a Constituição de 1988 estabeleceu como parâmetro, que é o concurso público, a estabilidade no emprego, um regime jurídico unificado no nosso País. O que eles fizeram ontem foi abrir as portas e entregar as estruturas, entregar inclusive os servidores, para serem administrados pela iniciativa privada, terceirizar, precarizar.

Somado a isso, com o inciso IX do art. 37, vira regra - regra - a terceirização, a contratação por contrato temporário. Professor ou professora não terá mais carreira, e o contrato temporário poderá durar 10 anos, ou seja, não haverá concurso público, nem estabilidade. O que vai voltar? Vai voltar o coronelismo político de antes da Constituição Federal, a indicação.

Vejam a farra que vai ser nas Prefeituras! Não vai ter mais qualidade. Vão dizer para os professores que não têm mais uma carreira, bem como para os médicos, para as enfermeiras, para os assistentes sociais. É a liquidação do serviço público. Aprovaram, inclusive, a redução de salários com redução de jornada de trabalho, em nome de uma avaliação de desempenho que já há na Constituição, só não foi regulamentada.

É óbvio que isso pretende mostrar para o mercado que este Governo, o Presidente da Casa e o Relator também, o Sr. Arthur Oliveira Maia, são

aliados do mercado.

Eu quero dizer que o que foi feito ontem na Comissão foi uma grande manobra. O próprio Centrão...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Bosco Costa. PL - SE) - Peço-lhe que conclua, Deputado.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL - SP) - Presidente, agradeço por mais 30 segundos.

Ouve-me, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Bosco Costa. PL - SE) - Sim.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL - SP) - Só para concluir, houve uma grande manobra para se formar uma maioria ocasional para arrastar a bancada da segurança pública para formar uma maioria artificial.

Nós vamos ao plenário e vamos tentar derrubar essa PEC 32. Se ela não for derrubada no plenário, com a pressão de fora, a social, ou da maioria parlamentar que é contra, será derrubada no Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Bosco Costa. PL - SE) - Conclua, Deputado, por favor.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL - SP) - Viva o servidor público brasileiro!

Abraço a todos os servidores, que fazem um trabalho de atender ao grande público neste País.

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 109/151

---

82.2021.B	Sessão Outro Evento	24/09/2021-10:48
Publ.: DCD - 9/25/2021 -	CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Indignação do orador com a aprovação, pela Comissão Especial, do parecer

oferecido pelo Relator Arthur Oliveira Maia à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Defesa de rejeição da propositura pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

---

**O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.)** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu também quero aqui nesta manhã, nos Breves Comunicados, abordar o que nós vivenciamos na Comissão Especial da PEC 32 no dia de ontem. Foram mais de 12 horas de debate. Nós, da Oposição, obstruímos. Entendíamos que o processo foi conduzido desde o início - não aceitamos que um debate como esse aconteça em tempo de pandemia - a portas fechadas, sem a população.

Muitas vezes, a base do Governo diz que nós estamos fazendo a defesa do servidor público; não, nós estamos fazendo a defesa do Estado brasileiro, de um Estado capaz de prover serviços de qualidade para a população. É importante lembrar que o que nós vivemos hoje é o resultado do pacto da democratização, que foi cristalizado na Constituição de 1988, que deu origem ao Sistema Único de Saúde, à universalização da educação.

Aprovamos este ano o novo FUNDEB. Aliás, foi no ano passado, mas aprovamos o novo FUNDEB. Vamos ampliar os recursos para a educação. Lá na aprovação do FUNDEB, já estava a obsessão do Ministro Paulo Guedes, do Presidente Jair Bolsonaro em privatizar o oferecimento, para o qual agora vai ter recurso, do serviço de creche para as mães, para as crianças, e a reforma administrativa é um outro caminho para o Governo Federal desmontar o Estado brasileiro nos seus três níveis federativos, transferir tarefas que são do poder público para a iniciativa privada.

Nós temos visto e vimos agora durante o período da pandemia o desvio de recursos públicos sendo patrocinado através de organizações sociais. Então, é uma porta aberta para a corrupção não apenas através da terceirização, mas através do apadrinhamento político das pessoas, do fim dos concursos públicos.

Enfim, o relatório que nós aprovamos, contra o voto da Oposição, contra o meu voto, é muito compatível com o momento político que nós vivemos hoje. Nós temos um Presidente negacionista, cúmplice da morte de quase 600 mil brasileiros, anticiência, antiestado, privatista, destruidor de todas as conquistas, com muita luta e muito sofrimento, do povo brasileiro.

Nós não vamos colocar no lugar da esperança a desesperança, que é o que representa a PEC 32. Para aprová-la na Comissão, o Governo

precisou manobrar, trocar membros da sua própria base que são contrários a essa proposta e entendem quão nefasta ela é. Eles a aprovaram com uma maioria artificial. Ela vem para o Plenário, onde nós vamos lutar para derrubá-la integralmente.

É preciso alertar os Parlamentares. Se ela for aprovada na Câmara, o prejuízo vai ser dos Deputados que votarem a favor, porque no Senado ela será derrubada, assim como foram várias outras propostas. A carteira de trabalho verde e amarela, que tirava direito...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Bosco Costa. PL - SE) - Peço-lhe que conclua, Deputado.

**O SR. CAMILO CAPIBERIBE** (PSB - AP) - ... foi derrubada no Senado.

Então, este é um alerta aos Parlamentares que vão votar para demolir o Estado brasileiro, com uma reforma que será barrada ou no Plenário da Câmara, ou no do Senado.

Abaixo a PEC 32! Abaixo a manobra do Governo! Abaixo o "tratoração"! Viva o serviço público brasileiro!

---

Documento 110/151

---

82.2021.B	Sessão Outro Evento	24/09/2021-10:56
Publ.: DCD - 9/25/2021 - CÉLIO MOURA-PT -TO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela escalada do desemprego, dos preços dos componentes da cesta básica, do gás de cozinha e de combustíveis. Agravamento da crise sanitária no País. Vilanização dos servidores públicos pela Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**O SR. CÉLIO MOURA** (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos os que nos acompanham pelos veículos de comunicação da Casa, no meio de todo esse caos em que vivemos hoje, especialmente pela farsa Bolsonaro e seus

exterminadores do futuro, nós estamos vivendo o desespero do desemprego e da alta de preços dos itens da cesta básica, do botijão de gás e do litro da gasolina.

Além disso, nós estamos convivendo com a crise sanitária da COVID-19, que agora começa a crescer novamente. Nós estamos vindo de outras crises, e agora, com essa crise sanitária, piora ainda mais a vida do povo brasileiro.

Também há a perseguição aos servidores públicos através da PEC 32. Como foi dito pelos demais Deputados, essa é a PEC da insegurança, é a PEC do fim do serviço público no Brasil, nos Municípios, nos Estados e na União. Nós queremos dizer que os Deputados que tiverem a coragem de votar a favor da PEC 32 não voltarão para a Câmara dos Deputados. E nós também estamos preocupados com a corrupção na compra das vacinas. A CPI está mostrando isso.

Uso a tribuna virtual da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente, também para dizer que o Brasil (*falha na transmissão*).

**O SR. PRESIDENTE** (Bosco Costa. PL - SE) - Deputado Célio, o microfone de V.Exa. se desligou. V.Exa. precisa ligar o microfone novamente.

**O SR. CÉLIO MOURA** (PT - TO) - Sr. Presidente, eu dizia que nós estamos na expectativa de ganhar as próximas eleições no primeiro turno.

A posição do Presidente Lula nas pesquisas, ante a soma dos votos declarados nos demais candidatos, mostra que ele poderá ganhar as eleições no primeiro turno. Essa é a esperança da juventude, é a esperança dos negros, é a esperança dos povos originários, é a esperança para o Brasil voltar a ser feliz.

**O SR. PRESIDENTE** (Bosco Costa. PL - SE) - Peço que conclua, Deputado.

**O SR. CÉLIO MOURA** (PT - TO) - Por isso, Sr. Presidente, nós queremos dizer que, em breve, teremos o País do pleno emprego, o País das oportunidades. O Brasil será referência mundial.

Sr. Presidente...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

82.2021.B	Sessão Outro Evento	24/09/2021-11:08
Publ.: DCD - 9/25/2021 - AIRTON FALEIRO-PT -PA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa de rejeição do Veto Total nº 51, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), acerca das medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e da alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Desafio da Câmara dos Deputados de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

---

**O SR. AIRTON FALEIRO** (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu diria que o Congresso Nacional tem duas prioridades que vão beneficiar muito o povo brasileiro.

A primeira prioridade que eu destaco aqui é derrubar o veto do Presidente da República ao Projeto de Lei Assis de Carvalho em favor da agricultura familiar brasileira, um projeto construído a muitas mãos e aprovado praticamente por unanimidade na Câmara dos Deputados e depois no Senado Federal. Esse projeto, num momento de tantas necessidades e de tanta fome no País, permite que se baixem os custos de produção dos alimentos, para dar um incentivo neste momento de pandemia à agricultura familiar, mas o Presidente o vetou. E não se trata de um debate entre a Oposição e a Situação, mas de um debate sobre a Nação. Portanto, cabe a nós trabalharmos a derrubada desse veto. Quero convidar os meus colegas, especialmente os do Estado do Pará, para estarmos juntos nessa empreitada.

A segunda prioridade, o segundo desafio desta Congresso é derrotar a PEC 32. Como se pôde observar na Comissão Especial, o Governo precisou mudar oito membros da Comissão para que ela já não fosse derrotada lá, onde a votação é por maioria simples. Agora, quem precisa dos 308 votos é o Governo, e o Governo não pode levar o Parlamento e os Parlamentares, num momento tão delicado do País, a quebrar, a desmontar os serviços públicos, porque o ataque aos servidores e a todas as suas conquistas históricas é um ataque à qualidade dos serviços públicos. Portanto, é preciso que este Parlamento diga "não" a essa PEC, diga "não" ao desmonte dos serviços públicos e aos ataques aos direitos históricos conquistados

pelos servidores públicos deste País.

Nesse sentido, Sr. Presidente, eu diria a V.Exa. que se faz necessário que o Congresso brasileiro não esteja de joelhos diante dessa política do Governo Federal, que inclusive nos joga, como Parlamentares, contra a sociedade. Isso não é bom para o Parlamento, não é bom para o nosso País e não é bom para o serviço público.

**O SR. PRESIDENTE** (Bosco Costa. PL - SE) - Conclua, Deputado.

O microfone de V.Exa. está desligado.

**O SR. AIRTON FALEIRO** (PT - PA) - Sr. Presidente, eu diria que esses são os dois grandes desafios que eu considero prioritários para o Parlamento brasileiro.

Peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 112/151

---

82.2021.B	Sessão Outro Evento	24/09/2021-11:12
Publ.: DCD - 9/25/2021 -	ZÉ NETO-PT -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento do PT contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**O SR. ZÉ NETO** (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria aqui reforçar o que a Oposição já vem dizendo, o que o PT já tem manifestado, que é a nossa posição contrária à PEC 32.

Nós vivemos um momento, principalmente agora, na pandemia - e no pós-pandemia isto vai se agravar -, em que necessitamos de um Estado eficiente, um Estado que cumpra à risca as necessidades da população. Não é à toa, Sr. Presidente, que os países da Europa, principalmente o Reino Unido, investem muito no fortalecimento do Estado. No Reino Unido, onde os países liberais têm o altar, até bancos públicos, que eram a heresia do liberalismo, estão sendo construídos, estão sendo engendrados, exatamente para facilitar a construção de um fortalecimento do Estado. Os americanos estão

colocando 4,3 trilhões de dólares no Estado americano. O Estado está botando o dedo no país, investindo recursos que vão certamente ajudar na sua modernização.

O Brasil vende os Correios, está vendendo a PETROBRAS de forma fatiada e já vendeu a ELETROBRAS. Em nenhum país do mundo nós assistimos a isso, principalmente nas últimas 4 décadas. Aqui estão destruindo o fomento, destruindo a logística, destruindo o sentido do controle público, destruindo a parte enérgica do País.

E isso, Sr. Presidente, não está fora do que está acontecendo com a PEC 32, que é também uma forma de enfraquecimento do Estado, de favorecimento, inclusive, de uma ascensão das manobras políticas. Nós bem conhecemos como funciona isso no interior. Sou da cidade de Feira de Santana, onde se propagou, e muito, a história das cooperativas, para se fazer política através dos esquemas de contratação de pessoal.

Portanto, dizemos "não" à PEC 32, "não" ao sucateamento do Estado, "não" à fragilização do Estado e "sim" à necessidade de fortalecimento e modernização do Estado, de modo que ele que possa responder aos grandes anseios da população brasileira.

---

Documento 113/151

---

82.2021.B	Sessão Outro Evento	24/09/2021-11:16
Publ.: DCD - 9/25/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		
CÂMARA	DOSBREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

---

### ***Sumário***

Necessidade de rejeição, pela Casa, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Declaração do Presidente Jair Bolsonaro contrário à vacinação e ao uso de máscara para prevenção da Covid-19.

---

**A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.)** - Sr. Presidente, é gravíssimo e agressivo o relatório que saiu da Comissão Especial da PEC 32. É preciso que a maioria do Plenário pense na maioria do povo brasileiro, que depende exclusivamente das políticas públicas e dos entes estatais, seja da União, seja dos Estados, seja dos Municípios. Nós estamos falando do SUS, estamos falando da escola pública, estamos falando do advogado público, estamos falando do Ministério Público, estamos falando do bombeiro, estamos falando dos agentes de segurança, estamos falando daquilo

de que a sociedade brasileira precisa. Atacar hoje o serviço público é atacar a maioria pobre do povo brasileiro, para não dizer todas as pessoas da sociedade brasileira.

Por isso, esse relatório é um crime. Estão atacando direitos adquiridos dos que hoje atuam no serviço público e dos futuros servidores deste País. A maioria do Plenário precisa derrotar a PEC 32, sob pena de nós desconstruirmos, destruirmos as políticas públicas universais do País, que ficaram mais necessárias e visíveis durante esta pandemia, esta tragédia que nós estamos vivendo hoje.

Eu quero também registrar mais um crime, Presidente, que é o que o Sr. Presidente Bolsonaro repetidamente faz neste País. Ontem, nas suas redes sociais, numa chamada *live*, ele novamente desqualifica a necessidade da vacina e do uso da máscara e mente, mente deslavadamente para a sociedade brasileira.

---

Documento 114/151

---

82.2021.B	Sessão Outro Evento	24/09/2021-11:16
Publ.: DCD - 9/25/2021 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Conclamação aos Parlamentares para rejeição do Veto Total nº 51, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), acerca das medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e da alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Defesa de rejeição, pela Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

---

**O SR. VALMIR ASSUNÇÃO** (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, no ano passado, a Câmara dos Deputados aprovou a Lei Assis Carvalho, que representa o fortalecimento da agricultura familiar, o apoio a esse setor, o reconhecimento da importância para o povo brasileiro da agricultura familiar, que é o setor que produz mais de 70% do alimento que chega à mesa de cada cidadão e cidadã. Pois bem, a Câmara aprovou a matéria, e Bolsonaro vetou.

Neste ano, aprovamos o projeto da Lei Assis Carvalho II, para apoio e fortalecimento da agricultura familiar. O que aconteceu? Bolsonaro vetou de novo. Agora, cabe a nós, Deputados, Deputadas, Senadores

e Senadoras, derrubar o veto do Presidente Bolsonaro. Que Bolsonaro é contra a agricultura familiar todos nós já sabemos, mas o Congresso Nacional não pode ser contra aqueles e aquelas que produzem alimento neste País. Por isso, nós temos que derrubar o veto de Bolsonaro ao projeto da Lei Assis Carvalho II.

Sr. Presidente, eu quero aqui tratar também da PEC 32. Foi um absurdo o que a Comissão fez aprovando essa PEC, que nós vamos discutir no plenário. Eu espero que os Deputados possam derrotar a PEC 32, porque ela vai acabar com o concurso público, acabar com a estabilidade, estabelecer no País algo que não podemos aceitar: o serviço temporário por 10 anos! Fazer isso é destruir as carreiras que foram construídas ao longo da nossa história.

Sr. Presidente, nós precisamos cada vez mais melhorar o serviço público que nós temos no Brasil, qualificá-lo - este é um debate que nós temos que fazer -, e não destruí-lo. E querem ainda reduzir o salário e a jornada de trabalho!

O que tem a ver o serviço público com a população brasileira? É que a população precisa do médico, precisa do SUS, precisa da educação. Isso é serviço público, ou seja, ao atacarem e destruírem os servidores públicos do nosso País, como estão fazendo neste exato momento Bolsonaro e os bolsonaristas, estão atacando a população brasileira.

Eu espero que a Câmara dos Deputados possa derrotar a PEC 32 para fortalecer o serviço público, para reconhecer a importância do SUS, para reconhecer a importância do Estado brasileiro, de modo que esse Estado possa trabalhar e atender a nossa população.

Por isso, dizemos "não" à PEC 32 e "sim" aos servidores públicos. Vamos trabalhar para convencer os Deputados Federais, que não podem de forma nenhuma aprovar a PEC 32, porque ela é um atentado ao Estado de Direito, é um atentado à população brasileira. Portanto, dizemos "não" à PEC 32.

---

Documento 115/151

---

82.2021.B	Sessão Outro Evento	24/09/2021-11:20
Publ.: DCD - 9/25/2021 -	PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC	
CÂMARA	DOSBREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

---

### ***Sumário***

Razões do elevado índice de rejeição popular à atuação parlamentar dos Senadores e Deputados Federais. Apelo à Casa de rejeição da Proposta de

Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente e colegas Parlamentares, eu me entristeci muito quando vi hoje o que a população pensa de Senadores e Deputados Federais, do Congresso Nacional. A avaliação do Datafolha é que 44% da população rejeita o comportamento de Senadores e Deputados Federais.

Mas queriam o quê? Nesta Casa, só se está votando o pior possível. Aquilo que o Bolsonaro manda para a Câmara votar a maioria dos Deputados que o apoiam vota. Lembram-se da reforma trabalhista, que diziam que era para gerar emprego? O que aconteceu? O Brasil tem hoje 15 milhões de desempregados e 19 milhões de famílias passando fome.

Agora existe a tal da reforma administrativa, conhecida como a reforma da rachadinha, a PEC da rachadinha. Ontem, ficamos o dia inteiro e parte da madrugada votando contra essa PEC, mas os Deputados que apoiam o Bolsonaro votaram a favor dela. O que faz essa PEC? Ela prioriza as indicações políticas e joga para trás o concurso público.

A PEC praticamente acaba com o concurso público, porque deixa o Presidente, Governadores, Prefeitos e Deputados indicarem pessoas para trabalhar na saúde, na educação, no INSS. Isso é muito ruim. O que é que o Governo ainda quer com essa PEC, que foi aprovada? A gestão da creche em que um pai de família ou uma mãe de família matricula gratuitamente a sua filha ou o seu filho, com esta PEC, passa para a empresa privada. Imaginem como vai ser a dificuldade da população mais pobre!

O que tem acontecido hoje com essas reformas que o Bolsonaro manda para o Parlamento? A reforma trabalhista ajudou a demitir 15 milhões de pais de família. Agora, com a reforma administrativa, pode-se demitir servidores concursados, praticamente acabando com o concurso público, acabando com a carreira de professor, acabando com carreiras na saúde, na educação, com os advogados do serviço público. É isto que o Bolsonaro quer: destruir a Constituição de 1988.

Eu quero pedir aos colegas Parlamentares que, no plenário, derrotamos essa PEC, porque o povo não merece isso. Digam "não" à PEC 32, à PEC da rachadinha, que nomeia amigos de políticos e acaba com o concurso público. O Parlamento precisa derrotar a PEC 32.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 116/151

---

111.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 28/09/2021- CD 16:36
Publ.: DCD - 9/29/2021 - AFONSO FLORENCE-PT -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 4.513, de 2020, sobre a instituição da Política Nacional de Educação Digital, e a inserção de dispositivos no art. 4º da Lei nº 9.394, de 1996, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Apoio à manifestação de servidores públicos contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

O PT orienta "sim".

Quero destacar o apoio integral do meu partido, citando o Líder Bohn Gass, à manifestação de servidoras e servidores públicos contra a PEC nº 32, que é um ataque ao povo brasileiro, porque o desmonte da administração pública ocasionará a queda da qualidade dos serviços públicos. Por isso, esta PEC que transfere para a iniciativa privada as prerrogativas de prestação de serviços públicos que hoje são de obrigação do Estado é muito danosa. Esta é uma grande manifestação de servidoras e servidores que têm todo apoio do movimento sindical combativo e da bancada do meu partido, o Partido dos Trabalhadores.

A orientação é "sim".

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 117/151

---

111.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 28/09/2021- CD 16:56
Publ.: DCD - 9/29/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime

de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 27, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 130, de 2009, relativa ao Sistema Nacional de Crédito Cooperativo. Apoio à mobilização de servidores públicos contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**A SRA. TALÍRIA PETRONE** (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada.

Sr. Presidente, o PSOL orienta contrariamente à urgência.

Por conta da complexidade da matéria, Deputado, sem prejuízo do mérito, nós preferimos que esta matéria não tramite em regime de urgência. É matéria relevante, mas nós preferimos construir, depois, a nossa posição quanto ao mérito.

Eu aproveito, Sr. Presidente, para saudar os servidores públicos que estão em mobilização lá fora. A PEC 32 representa a destruição do Estado brasileiro. Eu não tenho dúvida de que essa mobilização fará com que essa matéria, que destrói os serviços públicos, não seja aprovada.

Até a Moana está chateada e chorando por causa da PEC 32 aqui!

---

Documento 118/151

---

111.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 28/09/2021- CD	18:24
Publ.: DCD - 9/29/2021 -	LEO DE BRITO-PT -AC	
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Perplexidade ante a utilização de pacientes da Covid-19 como cobaias no tratamento precoce da doença, e a emissão de atestados de óbitos fraudulentos, segundo o depoimento prestado à CPI da Covid pela advogada de médicos da empresa de assistência médica Prevent Senior. Superação da marca de 595 mil mortes no País pelo coronavírus. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela maioria das mortes ocorridas no Brasil pela doença viral. Inexistência, no âmbito do Governo Federal, de projeto de desenvolvimento do País. Elevação dos preços do gás de cozinha, de alimentos e de combustíveis. Inexistência de motivos para comemoração dos mil dias do Governo Jair Bolsonaro. Descaso do Presidente da República com a educação e o meio ambiente. Apelo ao Presidente Arthur Lira de abertura de processo de impeachment contra o mandatário da Nação. Anúncio da realização de manifestações nacionais contra o Presidente Jair Bolsonaro, no dia 2 de

outubro de 2021.

**O SR. LEO DE BRITO** (PT - AC. Como Líder. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro que nos assiste neste momento pela *TV Câmara*, pela *Rádio Câmara*, pelos órgãos de comunicação da Casa, eu venho neste momento à tribuna, pelo tempo da Liderança do Partido dos Trabalhadores, primeiro, para falar da minha perplexidade, que eu acho que é a perplexidade de todo o povo brasileiro, ao assistir, hoje, por horas e horas, na CPI da COVID-19, àquele depoimento contundente, muito forte, da advogada dos médicos da Prevent Senior, que atestou de maneira muito clara, na verdade, a forma como foram tratadas aquelas pessoas, que, em média, diga-se de passagem, têm 68 anos.

Essa empresa atende pessoas idosas, Deputada Erika, e elas foram simplesmente utilizadas, agora, na pandemia da COVID-19, como cobaias, infelizmente. Essas pessoas sofreram grandemente. Aliás, muitas delas não foram internadas porque tiveram que passar por um tratamento precoce como forma de comprovar uma tese levantada pelo Presidente Jair Bolsonaro e pelo seu gabinete paralelo, inclusive com a participação do Ministério da Economia. Então, nós tivemos ali casos de fraude em atestados de óbito, tivemos a utilização daquele espaço médico para uso de pessoas como cobaias, isso no Brasil, em pleno século XXI.

É estarrecedor o que aconteceu, é estarrecedor o que nós estamos vendo. As autoridades, o Ministério Público, a polícia, os conselhos de medicina precisam ir a fundo nessas situações. Aonde nós chegamos? A pandemia hoje está levando mais de 595 mil brasileiros. Famílias estão perdendo seus familiares no Brasil todo. Daqui a pouco, nós vamos chegar a 600 mil mortes, tamanha é a negligência, tamanha é a omissão. Isso é o retrato, senhoras e senhores, de um país que, sob a Presidência do Bolsonaro, está doente. O nosso País está doente!

O Presidente, desde o início da pandemia, negou vacinas. O Presidente, desde o início da pandemia, negou a doença. O Presidente e sua turma, além do negacionismo, transformaram a questão da pandemia num negócio, com superfaturamento de vacinas, com favorecimento de determinados grupos empresariais. É literalmente impressionante. O Brasil está doente, e, infelizmente, muitas vidas - centenas de milhares - que poderiam ter sido salvas não o foram.

Aí, o Sr. Presidente da República veio, no dia de ontem, comemorar mil dias do seu desgoverno. O que nós estamos vendo hoje é literalmente um desgoverno.

Todos nós que convivemos com o Presidente da República aqui como

Deputado sabíamos que ele não tinha vocação para ser Presidente da República. Jamais, em momento algum, sentou na cadeira de Presidente da República para gerenciar o Brasil, para cumprir o papel que um Chefe de Estado deveria cumprir, que é o papel de unir a Nação e trazer um projeto de desenvolvimento para o nosso País. Esse projeto não existe.

Nós estamos vendo a situação de sofrimento por que hoje o Brasil passa de norte a sul, de leste a oeste. Ontem, uma jovem que tinha uma filha de 8 meses, Deputada Talíria - V.Exa. falou de maneira tão eloquente sobre a importância das mães brasileiras! -, faleceu porque estava utilizando álcool para produzir os seus alimentos. É um absurdo o que está acontecendo. O preço do gás de cozinha está ultrapassando 100 reais. Em alguns lugares, como no meu Estado, o Acre, já chega a 130 reais. Além disso, há o aumento no preço dos alimentos. Antes, a população fazia churrasco, comia picanha. Hoje, está comendo pé de galinha, está comendo osso. Os preços de todos os alimentos estão aumentando. Os preços dos combustíveis, que inclusive fazem parte da cadeia produtiva, estão nas alturas: 6 reais, 7 reais. Há um Município no Estado do Acre em que já chega a quase 9 reais o preço da gasolina, Deputado Zé Neto. É esse o Brasil que Bolsonaro comemora. Eu não sei em que país esse Presidente da República vive.

E, quando questionado, Deputada Alice Portugal, o Ministro da Economia... O Presidente da PETROBRAS, quando foi questionado sobre o preço do gás, riu, riu na cara da pessoa. Quando são questionados, eles dizem: "*Não, isso é questão do mercado internacional, isso não é com a gente, isso é com os Governadores*". Que recado eles estão dando para a nossa população, que está sofrendo? O País não tem Governo, o País é uma nau à deriva. Literalmente, o nosso País hoje é uma nau à deriva.

Vamos comemorar o que desses mil dias? O que nós vamos comemorar? Eu pergunto para as senhoras e os senhores que estão nos assistindo neste momento, no Brasil inteiro: o que melhorou na sua vida nesses mil dias de Governo do Bolsonaro?

No que diz respeito à educação, as nossas universidades estão em tempo de fechar, e o Ministro da Educação diz que os alunos que são portadores de deficiência atrapalham a sala de aula. Milhões de jovens pobres, graças a uma decisão do Supremo Tribunal, agora vão poder fazer o ENEM. Foi a educação que melhorou? O Governo despreza a educação, diz que a universidade tem que ser para poucos, ataca as universidades e agora quer fazer uma reforma administrativa que vai privatizar tudo, que vai contratar inúmeros servidores temporários por até 10 anos.

É esse o projeto? Neste Governo, até as bolsas do Programa Especial de Treinamento - PET estão atrasando. Eu quero fazer este registro aqui e pedir providências do Ministério.

Nós vamos comemorar as reformas que passaram a ser feitas nesses mil dias, assim como as reformas que foram feitas lá atrás, como as terceirizações, como a reforma trabalhista, que ia gerar milhões e milhões de empregos - nós ouvimos alguns dizerem isso nesta tribuna - , como a reforma da Previdência, que na verdade prejudicou os servidores públicos e os trabalhadores rurais? Nós vamos comemorar essa reforma administrativa que destrói o serviço público, de que o brasileiro e a brasileira tanto precisam?

Então, não há o que comemorar. Nem voo de galinha a economia brasileira está dando. O dólar está alto. O Brasil não cresce. Nós temos no nosso País hoje 15 milhões de desempregados, 6 milhões de desalentados, pessoas que estão há mais de 2 anos procurando emprego sem conseguir achar, e 33 milhões de brasileiros em subempregos, trabalhando menos do que eles poderiam. Meu Líder Bohn Gass, é isso que nós vamos comemorar nesses mil dias de Governo Bolsonaro?

Quanto ao meio ambiente, o Brasil está em chamas, com recordes de desmatamento na Amazônia, no Pantanal, e hoje é um pária internacional. Falar do Brasil hoje, em qualquer lugar do mundo, é motivo de chacota ou motivo de desrespeito, porque, com o Presidente da República que nós temos, o País não se dá o respeito.

Então, é esse o alerta que nós temos que fazer para a população. Por isso é que vários partidos - não só nós da Oposição - se agregaram. Mais de 20 crimes foram cometidos por esse Presidente que aí está, e nós precisamos, Presidente Arthur Lira, que seja aberto, sim, o processo de *impeachment*.

Por isso, no dia 2 de outubro, estaremos todos - sindicatos, pessoas, brasileiros e brasileiras - nas ruas pelo "Fora, Bolsonaro!".

---

Documento 119/151

---

111.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -28/09/2021- CD 19:32
Publ.: DCD - 9/29/2021 - MARCELO NILO-PSB -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Inexistência de motivos para comemoração dos mil dias do Governo Jair

Bolsonaro. Aumento da inflação, da miséria e do desemprego no País. Agravamento das crises social, econômica, energética e sanitária. Indignação com o negacionismo do Presidente da República, diante das recomendações científicas para enfrentamento da epidemia de coronavírus. Presença do Presidente da República no Município de Teixeira de Freitas, Estado da Bahia, para inauguração de obra concluída e inaugurada na gestão municipal anterior. Declaração de voto contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Declaração de voto contra a reforma previdenciária, a privatização de empresas estatais, a criação do marco regulatório do saneamento básico e o auxílio emergencial de 150 reais. Gestão desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro.

---

**O SR. MARCELO NILO** (PSB - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Marcelo Ramos, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu não votei no Bolsonaro. Votei no Haddad. Mas, por decisão do povo brasileiro, o Presidente eleito foi Jair Messias Bolsonaro.

Todos nós, independentemente da conotação partidária, da ideologia, do Estado, torcemos para que o Governo do Presidente Bolsonaro dê certo.

Hoje completa 1.000 dias o Governo do Presidente da República do Brasil, Jair Messias Bolsonaro. O que é que nós temos a comemorar desse período, Deputado Bira? Nós imaginávamos que teríamos reformas eficazes para melhorar a economia do nosso País, para melhorar o aspecto social, mas, pelo contrário, tivemos a reforma da Previdência, na qual me honra muito ter votado "não", porque ela foi muito perversa, foi contra o povo brasileiro, em especial os menos favorecidos.

O que é que há de positivo no Governo Bolsonaro? Inflação com 2 dígitos, quase 500 milhões de desempregados no nosso País, juros em alta, ou seja, crise econômica, crise social, crise sanitária, e o Presidente da República, talvez o único no mundo que não se vacinou, é contra a Organização Mundial da Saúde, é contra a ciência, é contra a vacina. Imaginemos nós um cidadão que não é médico, que não é cientista, que foi um péssimo militar, ser contra as pessoas que entendem dessa área tão importante que é a área da ciência. Nós devemos muito aos cientistas do mundo, por descobrirem a vacina que, está provado, está salvando vidas. O Brasil já chegou a 3.500 mortes por dia em média; depois das vacinas, temos, aí, em torno de 500 mortes.

O que é que há para se comemorar, Bolsonaro, dos seus 1.000 dias de Governo? Esteve hoje na cidade baiana de Teixeira de Freitas inaugurando, nobre Deputado Paulo Magalhães, uma obra que o

Prefeito passado, seu correligionário, seu amigo Temoteo, já tinha inaugurado, E provavelmente V.Exa. esteve nessa inauguração, 3 ou 4 anos atrás, mas Bolsonaro foi lá hoje, inaugurar uma obra já inaugurada pelo então Prefeito Temoteo.

Imaginemos nós, Deputado Márcio Marinho, 1.000 dias de Governo, e o Presidente ir à Bahia inaugurar 10 quilômetros de estrada. É inacreditável. Esse é o pior Presidente da República da história republicana do nosso Brasil. Não há um único fato positivo, não há uma coisa que se possa comemorar.

E agora enviou a esta Casa a famosa PEC 32, a reforma administrativa, que é muito perversa com o servidor público do nosso País, com aqueles que estudaram, que se dedicaram aos estudos, que passaram noites estudando para serem aprovados em um concurso. Essa reforma acaba com o concurso, acaba com o servidor! Em vez de termos o concursado, independente, teremos, sem dúvida nenhuma, o servidor terceirizado. Em vez de termos o servidor que possa fazer uma denúncia de corrupção, teremos o cidadão que sabe que pode ser demitido a qualquer momento.

Eu votarei contra a reforma administrativa! Votarei contra essa PEC!

Votei contra a reforma da Previdência! Votei contra a privatização da ELETROBRAS! Votei contra a privatização dos Correios! Votei contra o auxílio emergencial de 150 reais! Votei a favor dos 600 reais. Votei contra o marco regulatório do saneamento, porque o saneamento tem de ser gerido pelo poder público, porque quem tem responsabilidade com o social é o Prefeito, é o Vereador, é o Deputado, é o Governo, é o Presidente da República, é o Senador, não é o empresário. O empresário, na sua maioria esmagadora, só visa o lucro, não se preocupa com o social. E o que é pior: a privatização da ELETROBRAS vai aumentar consideravelmente os preços da energia elétrica.

O Brasil vive crises - crise energética, crise hídrica, crise social, crise econômica, crise sanitária! O País está à deriva! Mas o Presidente Bolsonaro está achando que o Brasil está às mil maravilhas. É, sem dúvida nenhuma, o pior Presidente do Brasil de todos os tempos! Tem 53% de ruim e péssimo nas pesquisas. Só Fernando Collor conseguiu 53% de ruim e péssimo, no momento do *impeachment*. Só Fernando Collor conseguiu chegar ao patamar de Bolsonaro. Bolsonaro ultrapassa os limites da imaginação na incompetência. Não tem amor pela vida das pessoas! Não tem respeito ao cidadão nem à cidadã! Não tem respeito às famílias! Não tem respeito aos 600 mil brasileiros e brasileiras que nos deixaram prematuramente!

Então, concluo, Sr. Presidente, dizendo que esse desgoverno não tem

nada para comemorar.

Bolsonaro, o pior Presidente do Brasil!

---

Documento 120/151

---

83.2021.B	Sessão Outro Evento	28/09/2021-14:32
Publ.: DCD - 9/29/2021 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Comemoração, pelo Presidente Jair Bolsonaro, dos mil dias do seu governo. Inauguração, pelo Presidente da República, do Centro de Iniciação Esportiva de Teixeira de Freitas, no Estado da Bahia, obra do Governo Dilma Rousseff inaugurada pelo ex-gestor da municipalidade. Não realização de obras públicas pelo Governo Federal. Promoção, pelos trabalhadores sem-terra, de ocupações no extremo sul da Bahia em protesto contra a paralisação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Imediata abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República.

---

**O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia de hoje, o Presidente Bolsonaro esteve em Teixeira de Freitas, no extremo sul da Bahia, comemorando os mil dias em que ele está à frente do Governo. Nessa comemoração dos mil dias, ele veio inaugurar uma obra que foi iniciada justamente pela Presidente Dilma. Foi no Governo da Presidente Dilma que foram liberados os recursos para a construção da obra. Essa obra, que é o Centro de Iniciação Esportiva em Teixeira de Freitas, já tinha sido inaugurada pelo Prefeito anterior. No dia de hoje foi feita a segunda inauguração. Isso prova que o Governo não tem ações, não tem obra em lugar nenhum, e sai inaugurando as obras que a Presidente Dilma iniciou ou as obras que o Presidente Lula fez, ou seja, as obras dos Governos anteriores, porque, em mil dias, ele não tem uma obra para poder inaugurar.

Sr. Presidente, no dia de hoje, em repúdio ao Governo Federal, ao Governo Bolsonaro, os sem-terra fizeram uma série de ocupações no extremo sul, porque o INCRA está paralisado. O que eles querem fazer com o INCRA, através da PEC 32, é acabar com concurso público, é acabar com o serviço público. É isso que Bolsonaro dá de presente aos servidores brasileiros, sobretudo aos servidores do INCRA.

Eu digo isso porque luto pela reforma agrária, e reforma agrária

significa terra. Até hoje, em mil dias, Bolsonaro não desapropriou um palmo de terra, não deu imissão em posse em lugar nenhum. Este é o Governo Bolsonaro: vai para os Estados para poder inaugurar obras que pertencem a outros Governos ou foram feitas por outros Governos.

Por isso, eu quero saudar João Bosco, que foi Prefeito da Cidade de Teixeira de Freitas e lutou pelos recursos para haver esse Centro de Iniciação Esportiva em Teixeira de Freitas. E hoje, com a maior cara de pau, o Presidente Bolsonaro vai lá inaugurar o centro, juntamente com o Prefeito atual, uma obra que já havia sido inaugurada pelo Prefeito anterior.

Sr. Presidente, quero dizer que é preciso colocar em pauta o processo de *impeachment* nesta Casa, para nós votarmos o *impeachment* de Bolsonaro, para tirá-lo desse Governo. O Brasil não aguenta mais!

---

Documento 121/151

---

83.2021.B	Sessão Outro Evento	28/09/2021-14:40
Publ.: DCD - 9/29/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Confirmação, por advogada da empresa de assistência à saúde Prevent Senior, em depoimento prestado à CPI da Covid, do estabelecimento, pelo Governo Jair Bolsonaro, de pacto pela economia contra a decretação de lockdown e a favor da popularização da hidroxicloroquina para o tratamento do coronavírus. Responsabilidade do Presidente da República pelos 600 mil óbitos ocorridos no País pela Covid-19. Caos da economia brasileira. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Elevação dos preços de alimentos e dos combustíveis. Inexistência, no âmbito do Governo Federal, de política destinada ao desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa, bem como do substitutivo oferecido à proposição. Anúncio de realização no País de manifestações pelo afastamento do Presidente Jair Bolsonaro, no dia 2 de outubro de 2021. Imediata abertura, pelo Presidente Arthur Lira, de processo de impeachment contra o Presidente da República.

---

**O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, desejo uma boa tarde a V.Exa. e aos demais Deputados e Deputadas.**

O Deputado Helder Salomão está querendo demais: um dia de paz no



Governo Bolsonaro. Isso é difícil, Deputado Helder Salomão.

Hoje, na CPI da COVID no Senado, ouvimos uma advogada, em nome dos médicos da Prevent Senior, dizer que havia um pacto pela economia. Este pacto, segundo ela, era uma estratégia para evitar *lockdown*, para que o povo viesse a acreditar na hidroxiclороquina e, acreditando na hidroxiclороquina, pudesse ir às ruas. Segundo a economia do Governo Bolsonaro, isso iria salvar a crise econômica do País. Este foi o resultado: genocídio.

Cada vez fica mais clara a culpa do Governo Bolsonaro e do próprio Presidente Jair Bolsonaro pelo genocídio no Brasil, com 600 mil mortes. E agora vemos o pacto que existia entre o Governo, a hidroxiclороquina e toda esta política, repito, genocida do Governo.

Salvaram a economia? É claro que não, pois aumentou a pandemia. Hoje o que nós temos é carestia. Vai tudo rimando: pandemia, carestia. Tudo rima com o Governo Bolsonaro - essa tristeza! -, assim como propina rima também com o dólar: cada propina, cada vacina, 1 dólar. A economia brasileira está um verdadeiro caos. O Brasil está voltando ao Mapa da Fome, a carestia é algo completamente absurdo nos preços de alimentos. Agora, foi anunciado mais um aumento da gasolina.

O Governo Bolsonaro não tem política econômica capaz de sustentar o crescimento e o desenvolvimento do País, e agora acena com uma "deforma" administrativa. Precisamos derrotar essa deforma administrativa! O que saiu daquele substitutivo na Comissão Especial é o pior substitutivo que poderia haver. Ali não tem nada de bom para o Brasil; pelo contrário, o que existe ali é a privatização da prestação de serviço e a transformação do servidor público em servidor não mais com estabilidade, mas com contrato temporário, sem carreira e demissível a qualquer hora. Isto foi o que saiu do resultado do substitutivo.

Por isso, há uma grande mobilização nas redes sociais, convocando todos - Sr. Presidente, peço mais 30 segundos - para o dia 2 de outubro.

Dia 2 será um dia importante, em que precisamos estar todos e todas nas ruas. É o chamado que tem sido feito pela sociedade brasileira, para dizer um basta ao Governo Bolsonaro. É também um alerta aqui para a Câmara. O Presidente Arthur Lira não pode continuar fingindo que as coisas não estão acontecendo e que estamos aqui apartados da realidade do Brasil. Não estamos.

A única forma de enfrentarmos o que está acontecendo é com o *impeachment* do Presidente Bolsonaro. Esse *impeachment* tem que

ser colocado em apreciação aqui na Câmara.

Vemos o que está acontecendo no Senado, onde uma advogada disse na CPI que havia um pacto para que se fingisse que a hidroxiclороquina era um remédio para a COVID, a fim de que o povo fosse às ruas. É a confissão do genocídio do Governo Bolsonaro.

"Fora, Bolsonaro!" *Impeachment* já! Dia 2 vamos todos às ruas do Brasil. Um grande abraço! Estamos sempre na luta.

---

Documento 122/151

---

83.2021.B	Sessão Outro Evento	28/09/2021-14:52
Publ.: DCD - 9/29/2021 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Inexistência de motivos para comemoração dos mil dias do Governo Jair Bolsonaro. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Desconhecimento da administração pública pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, e sua equipe. Inauguração, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de obras públicas não concluídas no Estado da Bahia, a exemplo das BRs-116 e 101. Defesa de afastamento do Presidente da República.

---

**O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mil dias de Governo. Mil dias em que ele começa a primeira semana de setembro flertando com o golpe de Estado. Mil dias em que ele quer aprovar a PEC 32, a destruição do serviço público. Além da precarização dos laços de trabalho, trata-se de uma demonstração terrível de que o inimigo número um de Bolsonaro e principalmente de Paulo Guedes é exatamente o servidor público, seja municipal, seja estadual, seja da União.

Imaginem, o serviço público vai passar a ser efetivamente um pandemônio, ou seja, não será preciso fazer concurso público para ser servidor. Por isso, entre nós, estamos batalhando para que o servidor público entenda, de uma vez por todas, que o ambiente neoliberal não presta para produzir cidadania, respeito à sociedade brasileira.

Paulo Guedes não conhece administração pública. Aliás, nem ele nem sua equipe. Há quase 3 anos não se pode apontar absolutamente nada. Nenhuma entrega! Nos mil dias, de maneira melancólica, o Presidente vai à Bahia, inaugurar obras que nem sequer estão

conclusas, a exemplo da BR-116 e da BR-101, onde apenas pequenos trechos estão executados.

Por conta disso, não tenham dúvida de que o "fora, Bolsonaro" é quem deve estar na ordem do dia. Nós precisamos ter respeito pelos funcionários públicos, principalmente pelos da saúde, porque se não fossem eles não teríamos condição nenhuma de enfrentar a pandemia. Esse Presidente que aí está é omissos, claudicante e não tem estatura política para governar um país da complexidade e da importância do nosso querido Brasil.

Por isso, voltamos à tribuna para dizer: fora, Bolsonaro, em benefício do nosso País!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 123/151

---

83.2021.B	Sessão Outro Evento	28/09/2021-15:36
Publ.: DCD - 9/29/2021 - ODAIR CUNHA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Inexistência de motivos para comemoração dos mil dias do Governo Jair Bolsonaro. Escalada da fome e da miséria no País. Elevação dos preços de combustíveis. Aumento do custo de vida no Brasil, em decorrência da política de preços adotada pela empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS. Inexistência, no âmbito do Governo Federal, de programa destinado ao desenvolvimento econômico brasileiro. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Anúncio da realização de manifestações populares a favor do afastamento do Presidente da República, no dia 2 de outubro de 2021.

---

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ilustres colegas, ocupo esta tribuna hoje para, mais uma vez, denunciar aquilo que o Presidente Bolsonaro tem chamado de comemoração de mil dias de governo.

Não há o que comemorar. Aliás, se há alguma coisa a comemorar é que este Governo, Deputado José Ricardo, está mais próximo do fim. E o fim é o que ele busca ao fazer as suas políticas, que vêm destruindo o povo brasileiro, vêm aumentando a fome, a miséria. Isso é evidente. Não temos o que comemorar.

Pela 95ª vez, a PETROBRAS anuncia o aumento do *diesel*. É lamentável, porque isso não tem a ver com os custos dos impostos dos Estados e dos Municípios. Aliás, nós sabemos que é, sim, possível e necessária a redução desses impostos, mas é mentira atribuir o aumento do combustível, tanto do *diesel* como do gás e do etanol, a alíquotas de tributos estaduais. O grande fator variável nesse processo é, sem dúvida nenhuma, a política de preços adotada pela PETROBRAS. Essa política tem elevado o custo de vida do povo brasileiro, o custo da cesta básica.

Nós vivemos um momento em que é fundamental criarmos condições para que o Brasil volte a crescer e a se desenvolver. Infelizmente, o Governo Bolsonaro não tem um programa, não tem um projeto para o Brasil se desenvolver. E o resultado está aí: aumento da fome, aumento do número de desempregados, perda do poder de compra do salário mínimo, desmonte do serviço público, perpetrado por várias medidas que o Governo tem tomado, em especial por uma que está em debate nesta Casa Legislativa, que é a PEC 32.

Por todos esses motivos, nós vamos, no próximo dia 2 de outubro, ocupar as ruas e as redes para dizer que queremos que chegue logo o fim deste Governo. Somos pelo "Fora, Bolsonaro!", somos contra este Governo.

Muito obrigado, Presidente.

---

Documento 124/151

---

83.2021.B	Sessão Outro Evento	28/09/2021-16:00
Publ.: DCD - 9/29/2021 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Destinação pelo orador de recursos de emendas orçamentárias à saúde municipal amapaense. Inexistência de motivos para comemoração dos mil dias do Governo Jair Bolsonaro. Impacto de reajustes do óleo diesel sobre os preços de alimentos. Aproximação da marca de 600 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Defesa de rejeição pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) -** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados que acompanham a sessão na tarde de hoje, venho à tribuna anunciar que foram empenhados 2,8 milhões de reais em recursos de emendas parlamentares que nosso

mandato indicou para a saúde em vários Municípios do Estado do Amapá.

Eu quero citar Macapá, que terá uma demanda do povo ribeirinho atendida, a reforma geral da Unidade Básica de Saúde do Distrito de Carapanatuba, que fica às margens do Rio Amazonas, o maior do mundo. Essa população fica a 2 horas em um barco veloz, ou entre 4 e 5 horas em um barco normal, da Capital Macapá. O posto de saúde do distrito está realmente numa situação de grande dificuldade. Nós destinamos 761 mil de reais para a reforma do posto de saúde. Nós vamos reformar e ampliar a unidade básica de saúde da área comercial de Santana e de Arapucu, uma comunidade muito antiga que fica entre Macapá, Santana e Mazagão, outro Município que também será contemplado.

Em Porto Grande, nós vamos reformar a unidade básica de saúde que atende a comunidade de Munguba, e outra, na sede do Município de Calçoene, em Itauba, com a aquisição de uma ambulância.

Enfim, estamos destinando recursos para investir em áreas que a população sempre espera. É com muita alegria que buscamos responder, com muito trabalho, às necessidades do Estado do Amapá, alocando emendas que vão melhorar a vida daquelas pessoas.

Sr. Presidente, também me traz à tribuna no dia de hoje a tristeza de não podermos comemorar, ao contrário, os mil dias da gestão do Presidente Jair Bolsonaro à frente do Governo, principalmente quando ele declara que o que está ruim vai piorar. Um presidente precisa arregañar as mangas e trabalhar, precisa resolver os problemas do povo brasileiro. Num dia, ele diz que a coisa vai piorar e, no outro, a PETROBRAS anuncia o reajuste no óleo *diesel*, que vai impactar diretamente os transportes e o preço dos alimentos, além de aumentar a inflação no País e desgraçar a vida dos brasileiros.

Eu lamento profundamente esse aniversário fúnebre de mil dias do Governo Bolsonaro, em que temos quase 600 mil mortes por causa da pandemia e da cumplicidade do Governo nestas mortes, diante de tudo o que a CPI do Senado tem demonstrado para o povo brasileiro.

Finalmente, quero dizer que na semana passada foi aprovado, na Comissão Especial, o relatório da PEC 32, com um voto contra da Oposição. O relatório foi aprovado em meio a manobras, com a mudança de membros da base do Governo que eram contra. Agora o debate virá para o plenário, onde não vai ser possível trocar os Deputados. Esta é a PEC da destruição, a PEC do fim dos concursos públicos, a PEC do aparelhamento. Mas nós vamos derrubá-la!

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que meu discurso seja divulgado pelo

programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

---

Documento 125/151

---

83.2021.B	Sessão Outro Evento	28/09/2021-16:04
Publ.: DCD - 9/29/2021 - PROFESSOR ISRAEL BATISTA-PV -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Prejuízos causados aos servidores públicos no caso de aprovação, pela Casa, da última versão do parecer oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Defesa de rejeição da propositura pela Câmara dos Deputados.

---

**O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA** (PV - DF. Sem revisão do orador.) - Presidente Eduardo Bismark, é bom vê-lo.

Eu quero cumprimentar todos os colegas aqui.

O Deputado Camilo Capiberibe, que me antecedeu, trouxe um tema essencial, que é o tema da reforma administrativa, a PEC 32.

O sétimo relatório apresentado na Comissão Especial foi aprovado e traz uma série de prejuízos ao serviço público brasileiro. O primeiro desses prejuízos, Sr. Presidente, é a reinclusão do art. 37-A, que abre a possibilidade de uma terceirização irrestrita dos serviços públicos, traz a possibilidade de formalização de instrumentos de cooperação com órgãos e entidades, tanto públicos quanto privados, para a execução dos serviços públicos para a população brasileira.

Outro problema que esta PEC traz aos servidores públicos é a contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária do Estado, inclusive se for numa atividade permanente ou num cargo exclusivo de Estado.

Nós também tivemos no relatório a aprovação do corte de jornada de trabalho e da redução dos salários em 25%, caso a despesa com pessoal ativo, inativo e pensionistas exceda o limite previsto em lei, que nós temos hoje.

Então, Presidente, o relatório aprovado na Comissão Especial da Reforma Administrativa é muito prejudicial, é um relatório ruim para o

País. Nós precisamos derrotá-lo no Plenário.

Agora, eu quero dizer aos Deputados que eles devem se lembrar de que estão aprovando uma série de medidas impopulares, trazendo para si o desgaste, e o Senado está enterrando as propostas. Nós corremos o risco de os nossos colegas Parlamentares aqui aprovarem esta PEC 32, e o Senado reprová-la ou não votá-la, deixando todo o ônus desse projeto impopular, desse projeto ruim para o Brasil nos ombros da Câmara.

Eu quero dizer que é difícil que isso seja aprovado no Plenário. Hoje, não há 308 votos. Como disse o Deputado Camilo Capiberibe, no Plenário não há como alterar a composição, porque, na Comissão Especial, dos oito Deputados do NOVO, sete estavam ali presentes.

Então, eu quero encerrar dizendo aos colegas Deputados que não tragam esse desgaste para cima de si mesmos, porque, nas próximas semanas, os 11,5 milhões de servidores e os milhões de concurseiros deste País vão fazer muito barulho, vão expor todo mundo. E o Congresso Nacional vai ter que decidir sobre destruir o serviço público brasileiro ou não.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 126/151

---

83.2021.B	Sessão Outro Evento	28/09/2021-16:12
Publ.: DCD - 9/29/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Mortes, inflação e desemprego como marcas dos mil dias do Governo Jair Bolsonaro. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Anúncio da realização de manifestações no País a favor do impeachment do Presidente Jair Bolsonaro.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.)** - Presidente, são 1.000 dias de sofrimento, 1.000 dias de morte, de uma necropolítica que está em curso, 1.000 dias em que o Presidente da República colocou a faixa presidencial no peito do coronavírus, no peito do vírus e trabalhou para que nós não tivéssemos o direito à vacina. Foram dezenas de solicitação da Pfizer para poder contratar com o Brasil, mas o esquema de corrupção dentro do Ministério da Saúde impedia que nós tivéssemos o direito à vacinação, e o direito à

vacinação teria salvado muitas vidas - muitas vidas.

Nós estamos vendo hoje que, com a extensão da vacinação, há diminuição do número de mortes. São quase 600 mil pessoas que se foram. Quem parte, que sempre é o amor de alguém, deixa muita tristeza. Essa tristeza o Presidente da República não consegue sentir, porque é desprovido de qualquer tipo de empatia.

Nós estamos vivenciando as mortes, o aumento do desemprego, a inflação, e o Presidente da República não desce de um palanque de mentiras, de um palanque de ódio. Está sempre testando as instituições e agora quer posar de defensor desse mercado, e é considerado um Deus: quando se enfurece, joga uma parte do Estado, joga uma parte dos direitos do povo brasileiro.

Nós estamos vivenciando aqui a PEC 32, que é a destruição de um Estado que foi construído como uma tentativa de fazermos o luto de um dos períodos mais traumáticos da nossa história, as salas escuras de tortura, que o Presidente da República aplaude todos os dias. Nós estamos vendo a tentativa de destruição desse Estado e de retirada de direitos. A partir daí, quando se retiram direitos de servidores e servidoras, está se precarizando o serviço público, as condições necessárias para a população brasileira ter dignidade humana, que é traço fundante da nossa própria Constituição.

Aliás, a maior parte dos servidores e servidoras deste País está na saúde, na educação, na segurança, está lidando todos os dias com os direitos da população brasileira previstos na própria Constituição. E me digam o que representa retirar qualquer possibilidade de acordo de convenção que assegure estabilidades parciais, estabilidades provisórias para os empregados e as empregadas públicas!? Isso é discriminação! Se há uma convenção nacional que atinge empregados públicos e empregados da iniciativa privada, se essa convenção nacional assegurar qualquer tipo de estabilidade provisória, parcial, ela será negada aos empregados e empregadas da iniciativa pública, das empresas públicas.

Era o Governo que dizia que havia que se priorizar o negociado sobre o legislado. É o Governo da morte!

Por isso, no próximo dia 2, nós vamos às ruas para dizer: "*Fora, Bolsonaro!*"

---

### *Sumário*

Indignação com o novo reajuste do óleo diesel. Comprometimento do Presidente Jair Bolsonaro com o mercado financeiro. Desmatamento, desemprego, miséria, fome e elevação do custo de vida, como marcas dos mil dias do Governo Jair Bolsonaro. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Anúncio da realização de manifestações no País pelo impeachment do Presidente da República, no dia 2 de outubro de 2021.

---

**A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, através dos meios de comunicação da Casa dirijo-me aos brasileiros e brasileiras que nos acompanham.

Sr. Presidente, a PETROBRAS vai elevar o preço do *diesel* nas refinarias em cerca de 9% a partir de quarta-feira, depois de o Presidente da República ter dito que ia abaixar o preço. Em um gesto combinado, o Presidente da PETROBRAS foi lá e disse "não", e o mercado, satisfeito, aplaudiu, porque eles servem a eles, ao chamado mercado. Eles estão pouco se lixando para o povo brasileiro. Tudo não passa de um teatro trágico, encenado pelo Presidente da República e pelo Presidente da PETROBRAS.

Isso significa que a vida do povo vai piorar ainda mais do que já piorou durante esses mil dias de desespero que representam o Governo Bolsonaro, com 14 milhões de desempregados, com 15 milhões de pessoas que voltam à miséria, com quase 600 mil mortos na pandemia, com o litro da gasolina a 7 reais, com o bujão de gás a 120 reais, com 15 milhões de pessoas passando fome, com 34% de aumento da cesta básica e com o maior desmatamento da história do Brasil.

Para completar esse circo de horrores, o Presidente, que tem um complexo de falta de responsabilidade e nunca assume a responsabilidade que tem, agora culpa os servidores - há sempre alguém que é culpado. Primeiro ele culpou o Congresso Nacional e o ex-Presidente desta Casa, depois culpou o Supremo Tribunal.

E aí, queridos servidores públicos do Brasil, vocês, que estão na educação, na saúde, na assistência social, é preciso continuar a mobilização. Eles conseguiram aprovar a PEC nº 32 na Comissão Especial por apenas dois votos, após terem feito uma operação de substituição de Deputados que levou a se apresentarem 7 Deputados do NOVO, de uma bancada de 8 Deputados - apenas um ficou de fora,

Deputado Elias.

Esta é a expressão maior da dificuldade que eles têm de aprovar, aqui neste plenário, essa PEC. Mas eles conseguirão vencer, se nós não continuarmos nos mobilizando e denunciando, na sua base, todo e qualquer Deputado que vote a favor da PEC nº 32 e fazendo com que o povo brasileiro perceba a intenção de desestruturar e destruir o serviço público.

Portanto, no dia 2, servidores públicos e povo brasileiro, vamos às ruas para dizer "*Fora, Bolsonaro!*".

---

Documento 128/151

---

112.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/09/2021- CD	17:44
Publ.: DCD - 9/30/2021 -	GERVÁSIO MAIA-PSB -PB	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Relevância do Sistema Único de Saúde - SUS.

---

**O SR. GERVÁSIO MAIA** (PSB - PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tivemos uma caminhada muito difícil, tanto na Comissão de Constituição e Justiça, como na Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020.

Na Comissão Especial, foram muitas idas e vindas; o relatório foi modificado várias vezes. O Deputado Arthur Oliveira Maia, a cada mudança, registrava inúmeros pontos extremamente danosos, contidos na PEC 32. Confesso a V.Exa. que, depois dos escândalos lançados ontem na mídia nacional em relação à Prevent Senior, empresa privada de planos de saúde, estamos muito preocupados, Sr. Presidente.

O texto da PEC 32 foi votado em uma manobra, em que 8 Deputados da base do Governo foram arrancados da Comissão Especial às pressas, à noite, para evitar uma derrota. O desconforto da base do Governo é algo extremamente visível, é algo extremamente nítido. Tem em vista o que se colocou, Sr. Presidente, no relatório que foi votado, quando se trata da atividade complementar, chegamos à conclusão com toda certeza de que, se a PEC 32 for aprovada no Plenário Ulysses Guimarães, nós estaremos destruindo o serviço público no



País.

Tenho acompanhado aqui alguns discursos que considero demagógicos de alguns mais apaixonados pelo bolsonarismo, dizendo que no Brasil não temos um serviço público de boa qualidade. E aí fazem uma defesa ampla da aprovação da PEC 32. Até considero, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que temos de enfrentar um bom debate em relação a determinadas questões do serviço público que precisam ser melhoradas. É claro que precisamos. Agora, querer confundir as coisas, querer modificar as conquistas que foram celebradas, sobretudo a partir da nossa Constituição de 1988, arrancando do mapa do Brasil o concurso público, aí não é uma reforma, é uma deforma. E, mais do que isso, é uma estupidez em relação ao futuro do Brasil.

Como é que nós teremos, Deputada Erika Kokay, serviço público de qualidade, se não tivermos mais servidores concursados?

Quem é concurseiro, Sr. Presidente, sabe o que é passar dias e dias, meses e meses, anos e anos, virando madrugadas, queimando as pestanas, para passar num concurso público. E aí vem a PEC 32, que não agrega nada de positivo para melhorar o serviço público do País.

Nós não teremos um serviço público melhorado, com prestadores de serviço temporários. E isso está lá. Nós sabemos que a prestação de serviço, que o trabalho temporário é um problema que existe em todo o Brasil. Nós sabemos disso. Nós sabemos que Prefeituras e Governos Estaduais se utilizam dos trabalhos temporários, principalmente na saúde e na educação. É um arranjo, Sr. Presidente. Agora, vamos fortalecer o arranjo? Não! Nós precisávamos buscar um mecanismo que trouxesse uma solução definitiva para o arranjo. Que solução seria essa? Poderíamos, por exemplo, definir um prazo de transição para os que estão trabalhando, um prazo de 4 anos, 5 anos. Depois disso, é concurso público, Sr. Presidente. Nós não teremos um corpo de servidores no futuro do Brasil de boa qualidade, como temos hoje, se nós abolirmos infelizmente, como querem alguns governistas, o concurso público. O serviço de boa qualidade exige, Sr. Presidente, um corpo técnico preparado, qualificado.

Aquele texto que foi colocado em relação à redução da jornada de trabalho vai funcionar como um instrumento, uma ferramenta de chantagem, Sr. Presidente. O poderoso de plantão vai olhar para o servidor e vai dizer: *"Ou você faz o que eu estou mandando ou vou reduzir a sua jornada de trabalho e, conseqüentemente, o seu salário"*.

Há outra parte no texto que é absurda: na vastidão que nós temos no Brasil, no universo gigantesco de espaços na administração pública, colocar no olho da rua alguém que passou num concurso cujo cargo se

tornou desnecessário. Eu gosto muito de citar, Sr. Presidente, o exemplo de alguém que passou num concurso para ser datilógrafo. Nós não temos mais máquina de datilografia, mas por que não pegar esse servidor preparado, que conhece o universo da gestão, que conhece o ambiente de trabalho, que dedicou a sua vida aos estudos, e colocá-lo numa escola de governo, quem sabe para se qualificar na área da informática, reaproveitando alguém que entrou pela porta da frente.

Nós estamos querendo fechar a porta da frente do serviço público e abrir a porta dos fundos, para que aqueles encaminhados, indicados pelo poderoso de plantão, pelo poder político, tomem conta dos espaços da gestão pública do Brasil.

Sr. Presidente, "não" à privatização! "Não" ao art. 37-A, que é também extremamente danoso!

Nós temos o SUS, como exemplo. O SUS foi um exemplo internacional e tem sido assim no programa da vacinação. Viva o SUS! Vivam os servidores públicos do Brasil! Vivam os concursados!

Fora, Bolsonaro!

---

Documento 129/151

---

112.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-29/09/2021-
	CD	18:32
Publ.: DCD - 9/30/2021 -	BOHN GASS-PT -RS	
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### *Sumário*

Impacto da elevação dos preços de combustíveis, de energia elétrica, de alimentos e do gás de cozinha sobre os índices inflacionários. Vinculação entre a política de dolarização adotada pela empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS e a elevação dos preços de combustíveis. Convocação da sociedade brasileira para as manifestações contra o Governo Jair Bolsonaro, no dia 2 de outubro de 2021. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Exigência de abertura, pela Casa, de CPI e de processo de impeachment contra o Presidente da República.

---

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Arthur Lira, colegas Deputados e Deputadas, não tenho como não falar hoje de um assunto que está prejudicando a economia e o crescimento do Brasil, assunto relacionado diretamente com a

inflação.

Eu estou falando do sétimo aumento, por parte do Governo Bolsonaro, do *diesel* neste ano. Esta foi uma opção política do Governo. Já estamos no sétimo reajuste do *diesel* neste ano! De janeiro a setembro, o preço da gasolina subiu 51% nas refinarias e o do *diesel*, 52%, também nas refinarias. Mais da metade da inflação é resultado da disparada do preço dos combustíveis, da comida e da energia elétrica. Cada brasileiro vai ver na conta de luz quão cara está a energia elétrica, e o Governo vendendo a ELETROBRAS!

Estudo elaborado por Robson Gonçalves diz que os itens gasolina, etanol, *diesel*, botijão de gás e energia elétrica foram responsáveis por quase metade da taxa de inflação nos últimos 12 meses, respondendo por 4,36% do IPCA, que foi de 9,68%. Este valor, aliás, já está acima da meta definida pelo próprio Governo. É preciso lembrar que estes preços são administrados pelo Governo.

Há uma desinformação e uma mentira deliberada da parte do Governo para a sociedade brasileira. O Governo chegou a dizer que o aumento do *diesel* e dos outros combustíveis se justificaria por causa da ganância dos Governadores. Disse também que seria culpa do aumento do ICMS pelos Estados. Eu pergunto: algum Estado aumentou o ICMS? Nenhum!

No entanto, o preço do *diesel* aumentou, o preço da gasolina aumentou, o preço do gás de cozinha vem aumentando. Portanto, a bem da verdade, nós precisamos eliminar essa *fake* e esclarecer que Bolsonaro é o real motivo para se ter aumentado o preço do *diesel*. Neste caso, nós vamos entrar, necessariamente, na política de cotação internacional do petróleo e, junto dela, na supervalorização do dólar.

Estes dois elementos têm relação direta com a política do Governo Bolsonaro. O primeiro episódio se deu no Governo Temer, que, logo depois do golpe, quando tiraram injustamente a Presidente Dilma, iniciou uma política de desinvestimento e vinculou - prática desastrosa a que Bolsonaro deu continuidade - os preços internacionais da cotação do barril do petróleo, o que, na verdade, fez com que nós vinculássemos pelo PPI, o preço de paridade internacional, o preço do nosso petróleo ao preço internacional.

Um país que não tem petróleo pode fazer isso, mas um país que tem petróleo, como o Brasil, que tem o pré-sal, a PETROBRAS, refinarias, está cometendo o crime de entregar o petróleo bruto que é refinado por petrolíferas de grandes grupos internacionais, que fazem o refino. Com isso, nós estamos vivendo o vexame de comprar depois, a preço do dólar, o refino feito e os derivados de petróleo cru que nós vendemos.

Isso é um crime!

A verdade é que o preço do *diesel* não precisaria estar como está. O litro da gasolina não precisaria estar custando mais de 7 reais, como vemos em alguns lugares. O preço do gás de cozinha, em 16 Estados do País, já equivale a 10% do salário mínimo. Sim, em 16 Estados do País, o botijão de gás de cozinha já está sendo vendido a 110 reais! Este é o crime que está sendo cometido por meio desta política que vincula o preço interno do petróleo ao preço internacional.

O segundo motivo é exatamente a valorização do dólar. Por que o dólar está tão valorizado e nossa moeda está tão desvalorizada no País? Exatamente por causa da instabilidade gerada pelo Governo Bolsonaro.

Nós temos, portanto, duas razões básicas para pagar tão caro pelos combustíveis. Eu estou dizendo isso porque o Governo não quer assumir sua responsabilidade. Ao contrário, quer jogá-la nas mãos dos Governadores. Isso está errado, é *fake*, é mentira!

O resultado destes custos altos prejudica diretamente aqueles que produzem na agricultura. Nós estamos no pior dos momentos quanto aos preços, altos, para quem produz comida. Se pegarmos a presença do *diesel* na produção de alimentos da agricultura brasileira, nós chegaremos a 6%, 8%, 10% e até 13% no custo para produzir alimentos no País. Vale lembrar que, nos Estados Unidos, a média são 3%. Portanto, o preço para o agricultor produzir alimentos e gerar desenvolvimento é culpa direta de Bolsonaro.

Se formos falar do aumento das passagens do transporte coletivo, veremos que o custo está embutido diretamente no preço mais alto para quem paga passagem. Quanto ao frete, atenção, caminhoneiros do País! Bolsonaro é contra os caminhoneiros! Ao definir o preço dos combustíveis pela paridade internacional, ele está aumentando, já pela sétima vez neste ano, o preço dos combustíveis para os caminhoneiros que transportam a produção do País.

Não para por aí. Para sobraem recursos para os acionistas, já que a PETROBRAS está sendo esquartejada, destruída, só no primeiro semestre deste ano, nós tivemos a distribuição de 31,6 bilhões de reais para agradar ao mercado estrangeiro, que corresponde a mais de um quarto, em virtude dos resultados da PETROBRAS. É a população brasileira que está pagando esse valor.

Nós estamos vivendo a pior situação. O povo brasileiro não está conseguindo mais comprar, viajar, investir porque os preços dos combustíveis estão nas nuvens. Os lucros da PETROBRAS estão sendo jogados para seus acionistas. Obviamente, não existe pobre

acionista. Os ricos é que são os acionistas, e boa parte deles está fora do Brasil. Nós estamos judiando da economia, estamos judiando do desenvolvimento, para agradar exatamente aos acionistas estrangeiros.

Por isso, nós não temos outra opção senão dizer que não basta apenas, como se fez recentemente, trocar o Presidente da PETROBRAS, enquanto a política de preços internacionais, para um país que tem a própria produção, não for modificada. Ela não será modificada neste Governo!

Fora, Bolsonaro!

Fora, "Bolsocaró", porque está tudo muito caro para a população brasileira!

Por tudo isso, nós estamos chamando a sociedade para as grandes mobilizações do próximo sábado. No dia 2 de outubro, nós diremos não a esta política que eleva os preços, que deixa o povo pobre e sem comida. Nós precisamos juntar, nesta mobilização, todos os servidores públicos, tanto os dos Municípios, como os dos Estados do País. Além de dizermos não à PEC 32, que prejudica o serviço público, vamos criar um caldo para exigirmos a instalação de uma CPI nesta Casa e do *impeachment* de Bolsonaro.

Fora, Bolsonaro!

---

Documento 130/151

---

84.2021.B	Sessão Outro Evento	29/09/2021-13:08
Publ.: DCD - 9/30/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Alcance da marca de 595 mil mortes no País pela Covid-19. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE** (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente. É muito agradável ver V.Exa. tão feliz coordenando como Presidente da nossa sessão de Breves Comunicados.

Infelizmente, não temos boas notícias no País. No dia de ontem,

quando acompanhávamos a queda das mortes pela pandemia, já vimos novamente o País atingir 800 pessoas mortas em um dia. Também vimos as notícias de que o Governo vai ter que incinerar testes e vacinas, porque venceram e não foram utilizados. Quantas pessoas perderam a vida porque não foram testadas, não foram vacinados, não foram acompanhados da forma mais correta?

Então, essa é uma notícia que angustia muito o povo brasileiro: 595 mil vidas, o tamanho de uma cidade. É o mesmo que pensarmos em uma cidade brasileira de 600 mil pessoas ser dizimada. Grande parte dessas pessoas poderia estar conosco, se tivessem tido o acompanhamento correto, no dia e hora certa. Nesse sentido, nós continuamos olhando as ações do Presidente da República, do Ministério da Saúde, as ações que não foram realizadas para que o povo brasileiro tivesse a assistência necessária.

Outra questão que nos angustia enquanto Parlamentar e enquanto cidadã é a PEC 32. Estou muito feliz com a movimentação dos profissionais no Brasil e também com a adesão da sociedade brasileira na defesa dos serviços públicos; não é a defesa do servidor. Cada servidor individualmente tem o seu processo de vida, sua organização e sabe como vai conduzir a sua vida. Mas a população brasileira como um todo, que deixa de receber serviços públicos qualificados, que são entregues pelos servidores, estão aderindo ao movimento "não à PEC 32", e dizendo aos Parlamentares: "Se votar, não volta".

É muito justo não voltar para esta Casa aqueles e aquelas que hoje dizem "não" ao serviço público; dizem "não" à entrega da educação pública com qualidade aos nossos estudantes, à saúde pública, ao trabalho do SUS. Toda a estrutura de Estado que está à disposição da nossa sociedade não pode ser interrompida por um Governo que não quer discutir.

Nesse sentido, Sr. Presidente, estamos vendo o esforço da sociedade brasileira em mandar um recado: não à PEC 32! Não à PEC que tira o direito dos serviços públicos para os cidadãos! Não à PEC que diminui o Estado brasileiro! Queremos políticas públicas para todos e todas.

Por isso, continuo pedindo "não" à PEC 32.

Muito obrigada.

---

### *Sumário*

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 44, de 2021, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional, nº 3, de 2021, acerca das diretrizes de elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022, especialmente do dispositivo a respeito do reajuste salarial dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, procurarei não usar todo o tempo, pela gentileza. Embora eu fosse a segunda inscrita, tenho compromisso.

Nós estamos passando por um momento bastante difícil no País. O serviço público brasileiro encontra-se em tensionamento, está de prontidão, aguardando que essa PEC 32 não seja colocada em votação. Nunca um consenso negativo foi construído com tanta rapidez no Brasil. Boa parte da Câmara dos Deputados não quer votar a PEC 32. Ela dissolve o serviço público.

A PEC 32 não apresenta uma meta, uma perspectiva de melhor atender e assistir à população. E ainda saiu o pior texto da Comissão Especial, um texto que retornou o art. 37-A, que "voucheriza", privatiza bens de serviço, para, infelizmente, o dissabor do Estado nacional, de quem precisa das creches, de quem precisa do SUS.

Então, nessas circunstâncias, o ideal é não votar a PEC 32, é suspender esta votação. Não há acordo. E não há acordo nem com a Oposição nem com boa parte dos Deputados do Governo.

A PEC ainda traz, em seu bojo, contratação temporária por 10 anos, obstruindo os concursos públicos. É, de fato, terra arrasada para o Estado brasileiro e para o serviço público.

É na condição de servidora pública, ex-dirigente da Federação dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras, alguém que tem representado esse segmento na Casa, que faço este apelo.

Ato reflexo, faço outro apelo: Vamos derrubar o veto que prejudica os agentes comunitários de saúde e de combate às endemias. O Deputado Hildo Rocha deve falar logo a seguir sobre esse assunto - somos parceiros nessa luta -, mas a verdade é que os agentes comunitários são o exército civil do SUS. São eles que vão aonde nem a polícia vai, Deputado Coronel Tadeu.

Eles são, de fato, um contingente altamente qualificado que pesa uma criança desidratada, que dá medicação a um idoso hipertenso, que combate o mosquito *Aedes aegypti*, o qual transmite uma série de doenças endêmicas em nosso País, a dengue, a *chikungunya*. São os agentes de combate às endemias que fazem um trabalho sacrificante, mesmo durante a pandemia do novo coronavírus.

Os agentes comunitários de saúde e de combate às endemias merecem o nosso apreço. Vamos derrubar o veto! E vamos manter esta categoria de pé e valorizada. "Não" à PEC 32! E todo apoio aos agentes comunitários de saúde!

Obrigada, Deputado Gilberto Nascimento.

---

Documento 132/151

---

84.2021.B	Sessão Outro Evento	29/09/2021-13:20
Publ.: DCD - 9/30/2021 -	VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Inexistência de motivos para comemoração dos mil dias do Governo Jair Bolsonaro. Presença do Presidente da República no Município de Teixeira de Freitas, Estado da Bahia, para inauguração de obra concluída e inaugurada na gestão do ex-Prefeito Timóteo Brito. Reajuste nos preços de combustíveis e escalada do desemprego e da pobreza no País. Defesa da abertura de processo de impeachment contra o Presidente da República. Fracasso do Governo Jair Bolsonaro.

---

**O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muitas vezes, na Câmara dos Deputados, eu me assusto com determinados posicionamentos. Ainda agora um Deputado dizia para Jair Messias Bolsonaro continuar fazendo o que ele está fazendo. Veja bem, foram 1.000 dias de Governo. O Presidente vem a Teixeira de Freitas, aqui no extremo sul do Estado, para comemorar 1.000 dias de Governo. Sabe qual foi a obra que ele veio inaugurar, Sr. Presidente? Uma obra do Governo da Presidente Dilma, inaugurada pelo ex-Prefeito de Teixeira de Freitas Temóteo Brito.

O Governo Bolsonaro completou 1.000 dias. E qual é o resultado disso? É a pobreza batendo na porta das pessoas, é a carestia que voltou, é o preço da gasolina e do *diesel* cada vez mais alto. Um dos exemplos concretos foi o aumento do preço do *diesel* novamente. É

isso que ele dá de presente ao povo brasileiro. Seiscentas mil pessoas morreram de COVID por falta de atenção do Governo Bolsonaro. Por outro lado, 15 milhões de pessoas estão desempregadas. Essa é a comemoração dos 1.000 dias do Governo Bolsonaro.

Eu acho que nós, na condição de Deputados, temos que agir, porque o povo está contra Bolsonaro. Para se ter uma ideia, Presidente, em Teixeira de Freitas, havia três, quatro Prefeitos com ele, havia três, quatro Deputados junto dele, em uma região que tem 22 Municípios, porque o povo está abandonando Bolsonaro. Ele ficou tão atordoado que não conseguiu, durante todo o discurso, falar o nome de Teixeira de Freitas, uma cidade importante do nosso Estado da Bahia. Foi um fiasco a atividade de Bolsonaro aqui. E é assim em todo lugar desse Brasil.

Nós, como Deputados Federais, temos que cumprir o nosso papel, temos que abrir o processo de *impeachment* contra Bolsonaro, senão ele vai destruir mais ainda o Brasil. Com a PEC 32, quer acabar com o serviço público brasileiro. Nessa situação que nós estamos vivendo no Brasil, ou nós, que fomos eleitos pelo povo para defender o povo, discutimos o processo de *impeachment* e interrompemos essa tragédia que é o Governo Bolsonaro, ou a carestia, a fome, a pobreza e a miséria vão continuar aumentando no País, porque esse Governo Bolsonaro não tem o que apresentar para o povo brasileiro, só raiva, ódio e desprezo ao nosso povo, à população trabalhadora, e isso é em todos os segmentos, dos servidores públicos à reforma agrária... (*Falha na transmissão.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - Deputado, acho que houve algum problema com o microfone de V.Exa., não ouvimos o final da sua fala.

**O SR. VALMIR ASSUNÇÃO** (PT - BA) - Sr. Presidente, muito obrigado.

---

Documento 133/151

---

84.2021.B	Sessão Outro Evento	29/09/2021-13:40
Publ.: DCD - 9/30/2021 - NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Incompetência do Presidente Jair Bolsonaro. Propensão natural do Presidente da República para a geração de crises. Inexistência de motivos para comemoração dos mil dias do Governo Jair Bolsonaro. Indiferença do Chefe



da Nação diante do sofrimento do povo brasileiro, da queda da renda média dos trabalhadores, da escalada da inflação, dos preços e do desemprego no País. Vinculação entre a aproximação da marca de 600 mil mortes no Brasil pela Covid-19 e o negacionismo do Presidente da República com relação à doença viral. Devastação do meio ambiente pelo Governo Jair Bolsonaro. Anúncio da realização de novas manifestações no Brasil contra o Presidente da República.

---

**O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.)** - Obrigado, Presidente Gilberto Nascimento, Sras. e Srs. Parlamentares.

O Brasil chegou à marca dos mil dias do Governo Bolsonaro - "Governo", entre aspas, porque, talvez, na história da nossa República, nenhum dos 37 Presidentes anteriores a Bolsonaro tenha sido tão incompetente e tão pouco disposto a governar de fato o País.

Li nos jornais esses dias uma matéria que até assusta: o Presidente viveu cem crises de Governo, uma média de três por mês, muitas delas, criadas pelo próprio Bolsonaro. É impossível um País viver tanto tempo sem Governo, tendo um Chefe de Estado que alimenta o caos para sobreviver.

Se há uma marca dos mil dias do Governo Bolsonaro, podemos dizer que é a falta de vergonha na cara. São mil dias de vergonha; de indiferença com o sofrimento do povo; de absoluto desprezo pelos mais de 9 milhões de brasileiros que passaram a ser extremamente pobres no Governo Bolsonaro. Há descaso com a renda média do trabalhador, a menor desde 2017, sem aumento real do salário mínimo. Há inflação alta; os preços sobem a todo tempo; e o Presidente diz, em tom de quem tira sarro com a cara do povo brasileiro, que "*nada é tão ruim que não possa piorar*". Há 14 milhões de desempregados e quase 600 mil mortes pela COVID-19, fora as subnotificações, diante do negacionismo criminoso estimulado pelo Presidente e seus asseclas.

Na área ambiental, o Governo brasileiro é o mentor intelectual da maior desregulamentação de leis ambientais da história, favorecendo a atuação de criminosos e destruindo os biomas brasileiros. Dados do INPE apontam que o desmatamento em 2021 deve ser tão alto quanto o de 2020. Entre agosto de 2020 e julho de 2021, foram 8.793 quilômetros quadrados destruídos. A queimada segue ocorrendo, enquanto o Governo, na prática, fica de braços cruzados. Além disso, 1.257 novos agrotóxicos foram liberados.

O Governo da vergonha está acabando com o Brasil - fora, Bolsonaro, já! Por isso, no dia 2, agora, no próximo sábado, o povo vai às ruas por mais vacina, por comida no prato, contra a carestia e contra a PEC da reforma administrativa, aquela que vai acabar de vez com o serviço

público.

Sr. Presidente, solicito que este discurso seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

---

Documento 134/151

---

84.2021.B	Sessão Outro Evento	29/09/2021-13:48
Publ.: DCD - 9/30/2021 - GLEISI HOFFMANN-PT -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Convocação da sociedade brasileira para as manifestações a favor do afastamento do Presidente Jair Bolsonaro, programadas para o dia 2 de outubro de 2021. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Necessidade de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República.

---

**A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR. Sem revisão da oradora.) -**  
Obrigada, Sr. Presidente.

Colegas Deputados, pessoas que nos acompanham nas redes sociais, nosso Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, Deputado Elvino Bohn Gass, eu hoje venho aqui para fazer um convite, uma conclamação: dia 2 de outubro, este sábado, é o dia de estarmos nas ruas do País, em todas as cidades, para fazermos mobilizações contra o Governo de Bolsonaro; pelo "Fora, Bolsonaro!".

E por que nós vamos às ruas e queremos o "Fora, Bolsonaro!"? Porque esse Governo não está dando as respostas de que as pessoas precisam. É o Governo da morte. Antes de providenciar a vacina, fez propaganda da cloroquina. É o Governo da fome. Hoje, o nosso povo está sem renda, está desempregado, está ganhando menos e pouco, não tem condições de comprar comida. A fome voltou no Brasil. É o Governo da carestia. Pela primeira vez, depois de 21 anos, nós temos uma inflação de dois dígitos no País.

Falo de duas chagas que nós já tínhamos vencido: a inflação e a fome. Cada vez que as pessoas vão ao supermercado, a carne está mais cara, o arroz está mais caro, o feijão está mais caro. Vivemos em um País que é um dos maiores produtores de alimento, um dos maiores

produtores de carne, e as pessoas estão indo atrás de ossos.

Nós não podemos mais ter esse Governo. É o Governo que está tirando investimentos do País e, portanto, não está gerando empregos.

O que esse Governo fez de bom para o povo brasileiro? Eu não sei nem por que estão comemorando os mil dias de governo, já que são mil dias em que não ofereceu nada de concreto ao povo - eu desafio, inclusive, a bancada governista a vir aqui dizer quais foram os feitos do Governo Bolsonaro que mudaram a vida do País. Nenhum! Só quer saber de destruir.

Agora esta Casa está discutindo a reforma administrativa, uma reforma que criminaliza o serviço público e os servidores, como se o serviço público e os servidores fossem responsáveis por todos os problemas do País. Eles não veem qual é o papel de um professor, de uma professora, de um agente de saúde, de um enfermeiro, de uma enfermeira, de agentes comunitários, do pessoal que está na ponta atendendo as pessoas, e criminalizam o serviço público.

Portanto, servidores públicos de todo o País, dia 2 é dia de estar nas ruas e dizer "não" a essa reforma administrativa. Chega de reformas que destroem o Estado brasileiro! Já tivemos a Reforma da Previdência; já fizeram a Emenda Constitucional nº 95, para não deixar ir dinheiro para a área social. Estão tirando direitos.

Nós temos que ir às ruas. Só tem um jeito, inclusive de esta Casa se conscientizar de que tem que abrir um processo de *impeachment*: é começarmos a tomar as ruas deste País. Portanto, dia 2, informe-se no seu Município, na sua cidade, no seu Estado. Vamos às ruas pelo "Fora, Bolsonaro!" Chega! Chega de um Governo que está cada vez mais levando o povo brasileiro para a infelicidade e para a tristeza.

Dia 2 é dia de luta! É dia de lutarmos contra Bolsonaro!

---

Documento 135/151

---

84.2021.B	Sessão Outro Evento	29/09/2021-13:52
Publ.: DCD - 9/30/2021 -	VICENTINHO-PT -SP	
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

---

### ***Sumário***

Temas debatidos pelo orador durante plenária promovida pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de Osasco e Região - SECOR. Contrariedade à aprovação da emenda sobre a instalação de bombas self-service em postos de

combustíveis, apresentada à Medida Provisória nº 1.063, de 2021, a respeito da alteração das normas de comercialização de combustíveis. Inevitável extinção da profissão de frentista no caso de aprovação da referida emenda.

---

**O SR. VICENTINHO** (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última segunda-feira, eu estive em Osasco participando de uma plenária com o movimento sindical e também com pessoas ligadas ao movimento popular.

Esse evento ocorreu no Sindicato dos Comerciários de Osasco e Região, presidido pelo nosso estimado companheiro Neto, dirigido por Edson Bertoldo, grandes companheiros - além do Edson Bertoldo, também outros e outras companheiras dirigem aquele sindicato. Foi uma plenária extraordinária. Estavam lá metalúrgicos, gráficos e trabalhadores de outras categorias, mas eu não consigo me lembrar de todas.

Durante esse diálogo, eu prestei contas do mandato, falei da situação dos trabalhadores do Brasil, falei dos golpes e mostrei que havia um fio da meada entre o golpe que acontece hoje, em termos de retirada de direitos, desde a PEC da Morte, passando pela Reforma da Previdência, pela Reforma Trabalhista e, agora, pela PEC 32. Foi um importante debate. Os trabalhadores estão muito unidos e já preparando as suas caravanas para irem, no dia 2, à grande manifestação.

Mas uma coisa me chamou atenção: o presidente do Sindicato dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo de Osasco e Região, o estimado Luiz Arraes, mostrou uma profunda preocupação com uma emenda que foi apresentada a uma medida provisória que retira a obrigatoriedade dos frentistas à frente dos postos de gasolina.

Isso significa a possibilidade de mais de 500 mil demissões diretas, atingindo mais de 1 milhão e 500 mil pessoas, se contarmos os membros das famílias e multiplicarmos o número de demissões por três. Isso é grave!

Eu sei que, em nome do neoliberalismo e do liberalismo, várias propostas são apresentadas: *"Olha, o mercado tem de ser livre. Eu não tenho nada a ver com um lado nem com o outro"*. É como se, numa briga, você estivesse assistindo a um gigante, todo musculoso, agredir uma pessoa frágil, e dissesse: *"Eu não estou nem de um lado nem de outro"*. Quando você age assim, você está do lado do poderoso, contra o fraco.

Quando você libera as porteiças para permitir a demissão de

trabalhadores em postos de gasolina, você está contra esses trabalhadores. Não é possível! Aprovamos uma lei já há bom tempo, e os donos de postos de gasolina nunca reclamaram desse problema, já convivem com essa realidade. E aí vem essa emenda. Nós vamos votar contra, e peço que todos nós votemos contra essa maldade com os trabalhadores.

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 136/151

---

84.2021.B	Sessão Outro Evento	29/09/2021-14:28
Publ.: DCD - 9/30/2021 -	ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP	
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

---

### ***Sumário***

Convocação dos trabalhadores e da sociedade brasileira em geral, para as manifestações a favor do afastamento do Presidente Jair Bolsonaro, programadas para o dia 2 de outubro de 2021. Incompetência do Presidente da República. Escalada da fome do desemprego, reajuste nos preços de combustíveis, de alimentos e de tarifas de energia elétrica no País. Natureza ultrajante do conluio estabelecido entre o Governo Jair Bolsonaro, o Ministério da Saúde e a operadora Prevent Senior. Repúdio à política genocida do Presidente da República, com relação à epidemia de coronavírus. Retirada de direitos dos trabalhadores brasileiros. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA** (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, meu Presidente Gilberto Nascimento.

Cumprimento todos os demais colegas, os Deputados, as Deputadas, quem está nos acompanhando.

Quero dizer da importância de estarmos na rua no dia 2, de mostrarmos nossa indignação, nossa revolta, nossa repulsa a tanto descalabro por parte deste Governo. Motivos não faltam. São vários, recorrentes e permanentes, desde o início de 2019, quando o Governo Bolsonaro assumiu.

Lamentavelmente, é um Governo despreparado. Sabe que é incompetente, sabe muito bem que não tem condições de resolver os problemas do País. Por isso, foge; por isso, nega; por isso, não discute.

Infelizmente, a fome voltou, a miséria voltou, o desemprego voltou, as

As pessoas estão passando por dificuldades, está tudo caro, a alimentação, o combustível, a energia. É lamentável, as pessoas não têm um alento, uma diretriz por parte do Governo, que não aponta um caminho para se sair desta crise. Pelo contrário, Deputado Paulão, é incompetência atrás de incompetência, são coisas absurdas.

Essa parceria, esse conluio de gente do Governo Federal, do Ministério da Saúde com a Prevent Senior é algo ultrajante. Não dá nem para se acompanhar o noticiário. É importante que a CPI da COVID faça o seu relatório de maneira clara, objetiva, com base naquilo que de fato ocorreu.

São vários os crimes, são várias as condutas por parte do Presidente, por parte de pessoas do seu Governo que, infelizmente, fizeram com que no Brasil houvesse milhares de mortes. O Brasil responde por um oitavo das mortes no mundo decorrentes da COVID-19. Número expressivo! Número expressivo! Nenhum outro país chega perto. Isso aconteceu devido à política genocida do Presidente Bolsonaro.

Na outra ponta, retira direitos. Isso ocorreu por meio da reforma da Previdência. Agora há a tentativa de retirar direitos por meio da reforma administrativa, acabar com o serviço público, atacando novamente o servidor público.

Servidor, servidora, é possível vencermos essa batalha, é possível derrotarmos a reforma administrativa, mas a pressão tem que continuar, tem que continuar nos Estados, tem que continuar nos aeroportos, tem que continuar nas redes sociais. Os Deputados e as Deputadas têm que tomar conhecimento de que vocês sabem claramente que o que está em jogo, de fato, é a destruição do Estado brasileiro.

Dia 2, vamos às ruas protestar contra a reforma administrativa, dizer o nosso "não", mas vamos também dizer um "não" ainda maior contra toda a política genocida, criminosa e desumana do Governo Bolsonaro. No dia 2, estaremos novamente nas ruas, em defesa da democracia.

Fora, Bolsonaro!

---

Documento 137/151

---

84.2021.B	Sessão Outro Evento	29/09/2021-14:36
Publ.: DCD - 9/30/2021 -	ZÉ CARLOS-PT -MA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---



## **Sumário**

Homenagem ao Presidente do Sindicato dos Fiscais Agropecuários do Maranhão, Diego Sampaio, e ao Presidente da União Nacional dos Fiscais Agropecuários, Francisco Saraiva, extensiva aos demais servidores da fiscalização agropecuária maranhense. Relevância dos trabalhos realizados pelos Fiscais Agropecuários. Solicitação ao Governador Flávio Dino de reabertura de barreiras sanitárias no Estado do Maranhão. Convite aos servidores públicos para as manifestações contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa, programadas para o dia 2 de outubro de 2021.

---

**O SR. ZÉ CARLOS** (PT - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, hoje eu gostaria de prestar minhas sinceras homenagens aos servidores da fiscalização agropecuária do meu Estado do Maranhão.

Presto esta homenagem pensando especialmente em dois companheiros, pelos quais tenho o maior respeito: o companheiro Diego Sampaio, Presidente do Sindicato dos Fiscais Agropecuários do Maranhão; e o companheiro Francisco Saraiva, da União Nacional dos Fiscais Agropecuários.

Reitero meu reconhecimento pela importância do trabalho desses profissionais, que asseguram a qualidade dos produtos que chegam às nossas mesas, quando atuam, por exemplo, na inspeção agropecuária, na fiscalização do trânsito de animais e vegetais entre os Estados; na fiscalização e na inspeção local e na venda de produtos de origem animal e vegetal; no combate aos estabelecimentos clandestinos de leite, carne, ovos e pescados; e no impedimento do uso indiscriminado de agrotóxicos.

Até pouco tempo, os quase 400 servidores da fiscalização agropecuária trabalhavam basicamente distribuídos em 9 barreiras fitossanitárias.

Infelizmente, a Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão - AGED fechou 5 dessas barreiras. Foram fechadas as barreiras de Itinga, na divisa com o Estado do Pará; a barreira de Pirangi, na divisa com o Piauí; as barreiras de Estiva e Ponta de Espera, que protegem nosso Estado do Maranhão e; a barreira da central de abastecimento. Quase 1 milhão e 400 mil pessoas são protegidas por essas barreiras, Sr. Presidente.

Estas medidas tomadas pela AGED são de enorme gravidade, porque podem comprometer a qualidade dos produtos ameaçados de contaminação por micro-organismos que chegam ao Maranhão a partir de outros cenários e, em consequência, comprometer a saúde do povo

maranhense. Além do risco à saúde do nosso povo, o fechamento destas barreiras traz um impacto muito forte para as famílias dos servidores, porque elas terão que ser deslocadas para lugares às vezes muito distantes de onde já formaram suas famílias e já vivem há muito tempo.

Com todo o respeito, não vejo motivo plausível para o fechamento destas barreiras por parte da AGED, nem mesmo por questões de custo para mantê-las, caso este seja o motivo alegado, até porque, além do risco à saúde das pessoas, há a preocupação com o comprometimento que tais medidas podem trazer à agroindústria familiar e à agricultura familiar, que é a base forte da luta do nosso mandato.

Nós sabemos que estes dois segmentos crescem em importância econômica e social num país que até já garante positiva influência na balança comercial. O Governador Flávio Dino tem demonstrado muita preocupação com a saúde do nosso povo e vem fazendo um belo trabalho de vacinação diante desta situação de pandemia. Neste sentido, eu vou levar esta reivindicação de reabertura das barreiras ao conhecimento do nosso Governador e sei que o Governador Flávio Dino irá determinar a reabertura destas barreiras, de forma a tranquilizar nosso povo e suas famílias no quesito saúde.

Quero finalizar convidando todos os servidores públicos para a grande mobilização do dia 2 de outubro contra a PEC 32, projeto do Governo Bolsonaro que não apenas fere fortemente os direitos dos servidores públicos, mas também enfraquece o Estado brasileiro.

Sr. Presidente, solicito que meu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação desta Casa, especialmente pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

---

Documento 138/151

---

84.2021.B	Sessão Outro Evento	29/09/2021-14:40
Publ.: DCD - 9/30/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Convocação ao povo brasileiro para as manifestações a favor do impeachment do Presidente Jair Bolsonaro e contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa, programadas para o dia 2 de



outubro de 2021. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela maioria das mortes ocorridas no Brasil pela Covid-19. Quadro de fome, desemprego, inflação e carestia reinante no País. Adoção, pelo Governo Federal, da estratégia da imunidade de rebanho para combater o coronavírus, resultante na morte de milhares de brasileiros. Instalação de gabinete paralelo clandestino e promoção de outras ações clandestinas pelo Governo Federal com relação à epidemia de coronavírus.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.)** - Presidente, começo por onde terminou o Deputado Zé Carlos, do Maranhão.

Este é um grito, é uma necessidade que vai de ponta a ponta deste País, que atinge as dobras deste Brasil profundo, invisibilizado, escondido e esquecido. Dia 2 de outubro será aquele em que sairemos às ruas, em que faremos todas as lutas construir uma sinfonia, a sinfonia em defesa da vida, porque nós estamos vivenciando uma necropolítica, a política da morte, que vai atingir de forma mais profunda corpos específicos deste País. Nós estamos vivenciando um Governo responsável por grande parte das quase 600 mil mortes que este Brasil amarga e chora.

O Brasil chora, chora as mortes, chora a fome, chora o desemprego, chora a inflação, chora o botijão de gás a 100 reais, chora a ausência de comida no prato.

O Brasil chora por causa de um Governo que articulou uma estratégia que levaria inevitavelmente à morte. O País chora mortes que foram provocadas intencionalmente. No Brasil se trabalhou com a imunidade coletiva por contágio, o que levaria milhões de pessoas embora antes do tempo.

Não é só isso. Construiu-se um gabinete paralelo clandestino. Este é o Governo da clandestinidade, a clandestinidade dos relatórios na calada da noite da PEC 32 nesta Casa, a mando do próprio Governo; a clandestinidade dos Ministérios, como o Ministério da Saúde; a clandestinidade de um orçamento por meio do qual o Governo está comprando com recursos públicos a ausência de um processo legítimo de *impeachment* nesta Casa. Nós estamos vivenciando a "mercadorização".

Este Presidente da República, que colocou uma faixa presidencial no peito de um vírus - ele é o Presidente da morte - e que fica atacando as instituições, tentou organizar um golpe de Estado no último dia 7. Portanto, ele não pode mais continuar como Presidente deste País, porque nós queremos o direito à vida, o direito ao emprego e o direito à

dignidade.

Eu diria, por fim, que nenhum dos que defendem este Governo como ventríloquos da política da morte consegue, de fato, defender Jair Bolsonaro. Não conseguem fazê-lo porque ele é indefensável. Estes mesmos vêm aqui atacar o Relator da CPI e o Presidente da CPI porque não conseguem defender a política da morte nem o hospital que transformou pessoas em cobaias, que negou e adulterou atestados de óbito.

No dia 2 de outubro, nós estaremos nas ruas, com todas as cores, com todas as lutas, para construirmos a sinfonia que vai fazer este País respirar e, eu diria, para construirmos a canção, lembrando o poeta, que adormece as crianças e acorda os adultos. Esta canção diz: "*Não aos ataques! Não à PEC 32! Fora, Jair Bolsonaro*".

---

Documento 139/151

---

84.2021.B	Sessão Outro Evento	29/09/2021-14:56
Publ.: DCD - 9/30/2021 - PAULO GUEDES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apropriação de símbolos nacionais pelos seguidores do Presidente Jair Bolsonaro. Convocação do povo brasileiro para as manifestações contra o Presidente Jair Bolsonaro, programadas para o dia 2 de outubro de 2021. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Comprometimento do Presidente Jair Bolsonaro e do Ministro da Economia, Paulo Guedes, com o mercado financeiro. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Elevação dos preços de combustíveis e do gás de cozinha no País.

---

**O SR. PAULO GUEDES** (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu estou, sim, de camisa vermelha e quero inclusive falar ao Deputado General Girão, que estava de camisa amarela, que estou de camisa vermelha, que eu gosto muito do vermelho, mas adoro a nossa bandeira verde-amarela.

A bandeira verde-amarela, do Brasil, está sendo desrespeitada. Estão sendo muito mal usadas as cores do Brasil por quem defende o Governo Bolsonaro. É um absurdo essas pessoas se apropriarem dos símbolos da Pátria - a bandeira, a camisa verde-amarela - e transformarem em símbolos de uma política fascista, de uma política de destruição nacional, de uma política de perseguição a servidores e

de uma política do entreguismo.

General Girão, cada partido pode ter a sua cor. A minha é vermelha, a de outro partido pode ser azul, pode ser verde, pode ser branca, pode ser amarela. O que não se pode fazer é usar o símbolo da Nação para enganar as pessoas, como V.Exa., Bolsonaro e o Ministro Paulo Guedes estão fazendo.

Querem destruir o serviço público brasileiro. É por isso que nós estamos aqui para convocar o povo para ir às ruas no dia 2, para dizer não a tudo isto: à PEC nº 32 e à política de destruição do serviço público. Já imaginou essa pandemia se não fosse o SUS, se não fosse o serviço público? Bolsonaro e o meu xará querem acabar com tudo isso. Por quê? Porque ele e o Ministro Paulo Guedes são donos de universidades, só defendem os empresários, querem privatizar o nosso ensino, querem tirar as nossas crianças da escola e querem fechar as nossas universidades.

É contra essa política de destruição, General Girão, que nós estamos indo para as ruas. E não venha com essa conversa fiada de enganar as pessoas por causa de cor de camisa. Cada partido tem seu símbolo, cada partido tem suas cores, mas a bandeira do Brasil é de todos nós, a bandeira verde-amarela é do PT, é do PSDB, é de todos os partidos, é de todos os brasileiros e não pode ser apropriada por um Governo fascista, pelas pessoas que defendem a morte, pelas pessoas que estão fazendo desumanidades, promovendo a fome, promovendo a destruição, promovendo o desemprego. A fome voltou ao Brasil! Por isso, General, deixo aqui o nosso desabafo.

Quero pedir a todo o povo brasileiro que, no dia 2, esteja nas ruas defendendo a volta da democracia, porque nós estamos sob um governo de pressão nacional, de pressão contra os servidores, de pressão contra o serviço público e de destruição.

Gasolina a 7 reais e gás a 110 reais nós não podemos aceitar! O brasileiro está passando fome, e os senhores brincando de fazer política.

Vamos trabalhar, Presidente!

---

Documento 140/151

---

84.2021.B	Sessão Outro Evento	29/09/2021-16:08
Publ.: DCD - 9/30/2021 - JONES MOURA-PSD -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---



## *Sumário*

Transcurso do aniversário natalício do servidor público Eduardo Cabral, do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Apoio à transformação dos guardas municipais em polícia municipal de segurança pública pela Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**O SR. JONES MOURA** (PSD - RJ. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado por este chamado tão receptivo para falar do nosso Estado do Rio de Janeiro.

Um abraço para todos do Rio de Janeiro!

Obrigado, Presidente, pelo carinho. Eu quero aqui fazer menção a um nome importante lá no nosso Estado do Rio de Janeiro, uma pessoa que é do serviço público, uma pessoa que é concursada, um servidor público da nossa Guarda Municipal lá na Capital do Rio de Janeiro que tem uma história, Presidente. Amanhã, ele fará aniversário. Por isso, eu preciso aqui citar o nome desse servidor que tem uma história de lutas por valorização do servidor, valorização da sua Guarda Municipal, defesa de pessoas, de famílias. Ele tem uma história tremenda! Os servidores e os guardas municipais lá do Estado do Rio de Janeiro o conhecem bem. O nome dele é Eduardo Cabral. Eu quero aqui fazer menção a este nome, porque ele vai fazer aniversário amanhã, mas o presente, na verdade, quem já o ganhou foram os muitos que contemplaram suas várias lutas lá no nosso Estado do Rio de Janeiro.

Parabéns, Eduardo Cabral!

Presidente, continuando a nossa fala, eu preciso também dizer que nós tivemos uma sessão um pouco desgastante na Comissão Especial que estava tratando da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, com um relatório bastante difícil para debater.

E nós conseguimos avançar e aprovamos, após conversas, articulações - eu digo articulações, sim, conversando com Lideranças das bancadas, conversando com diversos Deputados Federais aqui em Brasília -, um destaque que foi muito importante para corrigir - esta é a verdadeira palavra - distorções em relação ao nome das Guardas Municipais em todo o Brasil.

Algumas dúvidas pairavam na cabeça de alguns Prefeitos, da classe política e da sociedade - alguns; outros, sim; outros, não - quanto ao entendimento sobre se a Guarda Municipal seria ou não seria segurança pública, um órgão tão importante que produz paz social e avança na proteção das pessoas. Elas trabalham uniformizadas em organização civil e trabalham armadas, fazendo proteção das pessoas.

Por isso, Presidente, aqui eu quero parabenizar todos os guardas municipais, porque, caso essa PEC seja votada neste momento difícil, nós, servidores públicos, não gostaríamos que essa PEC avançasse da maneira como está avançando.

Aos guardas municipais os meus parabéns!

E quero dizer, Presidente, que este importante passo não visa ao entendimento de que precisamos apoiar e aprovar a PEC 32, mas visa ao entendimento de esclarecer muito o debate da Guarda Municipal como polícia municipal e segurança pública municipalizada em todas as cidades do nosso Brasil.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 141/151

---

84.2021.B	Sessão Outro Evento	29/09/2021-16:40
Publ.: DCD - 9/30/2021 -	BENEDITA DA SILVA-PT -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Retrocesso da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Declaração de voto contrário à aprovação da propositura.

---

**A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.)** - Sr. Presidente, é um prazer vê-lo presidindo os trabalhos desta Casa no dia de hoje, com sua condução bem humanitária, de um homem que sabe ouvir. Para nós, é um prazer - para mim, particularmente.

Sr. Presidente, nós estamos sentindo hoje uma força, uma pressão dos servidores públicos contra a aprovação da PEC 32, que é um retrocesso monumental na luta que os servidores sempre travaram pelos seus investimentos pessoais, pelo seu conhecimento.

Com essa medida, o serviço público fica parecendo o daquela época chamada de "República dos Coronéis", quando os servidores não tinham nenhum dos direitos adquiridos hoje, como a estabilidade no emprego, e as indicações eram feitas pelos políticos eleitos. Mas isso não dá mais para aceitar.

Nós estamos vendo que a PEC 32 vai autorizar os Governos Federal, Estaduais e Municipais a contratar por 10 anos profissionais

terceirizados, o que significa dizer que nós vamos perder a qualidade do serviço. Além disso, caso o cargo do servidor -- imaginem bem -- seja obsoleto, esse servidor será avaliado por 3 meses e, se não corresponder às expectativas, no período de 5 anos, perderá o seu cargo. Com toda a tranquilidade, nós estamos dizendo que os servidores públicos, inclusive os atuais, estarão sujeitos a cortes de 25% na remuneração, proporcionalmente, em caso de ajuste fiscal. Isso não é justo.

Por isso, estamos aqui mais uma vez para fazer a seguinte pergunta ao Presidente Bolsonaro: quem precisa do Estado? São as pessoas mais vulneráveis, os pobres, os segmentos socialmente excluídos. Esses precisam dos bons serviços que o Estado presta nas áreas de saúde, de educação.

Vamos cuidar melhor deste País dando oportunidade aos nossos queridos, competentes e qualificados servidores, para que não se tornem pessoas contadas naquela lista dos miseráveis que voltaram para o Mapa da Fome, daqueles que estão dormindo embaixo da ponte, nas praças públicas.

Por isso, vamos votar "não" a essa PEC. Ela não ajuda o País.

Sr. Presidente, eu gostaria que o meu pronunciamento fosse divulgado nos meios de comunicação da Casa.

---

Documento 142/151

---

113.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-30/09/2021-
	CD	13:44
Publ.: DCD - 10/1/2021 - KIM KATAGUIRI-DEM -SP		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Inércia do Parlamento brasileiro diante da elevação abusiva dos preços de alimentos e combustíveis, e dos gastos desnecessários de dinheiro público pelo Presidente da República. Protesto contra a retirada da emenda do orador destinada à inclusão do Ministério Público e do Poder Judiciário no bojo da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Inconformismo com a manutenção de privilégios no texto da propositura. Recorde nos gastos do Presidente da República com o cartão corporativo. Desconexão entre a abertura, pelas Forças Armadas brasileiras, de processo licitatório para compra de bebidas especiais e a situação de insegurança alimentar e fome por que passa o povo brasileiro. Indignação com a prioridade da Câmara dos Deputados na votação de proposições sobre a denominação de viadutos e aeroportos, o combate ao machismo, a tatuagem de

animais e outros assuntos irrelevantes, em detrimento da discussão de ações de combate à fome e às desigualdades sociais.

---

**O SR. KIM KATAGUIRI** (DEM - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu pergunto se algum de V.Exas. têm ido ao supermercado nos últimos dias. E pergunto isso porque parece que não. Parece que este Parlamento e o Palácio do Planalto estão vivendo completamente fora da realidade, completamente fora do mundo real.

As pessoas estão pagando um preço gigantesco no supermercado, um valor gigantesco pela gasolina. Enquanto isso este Parlamento está preocupado em votar afrouxamento de pagamento de dívida dos Estados, nome de rodoanel, e o Presidente da República vai comemorar seus mil dias de Governo inaugurando 10 quilômetros de asfalto.

Parece que todo mundo se acostumou a passar os gastos com gasolina, com comida dentro da cota parlamentar, e ninguém mais tem noção da realidade. Este Parlamento está completamente descolado das preocupações reais do mundo real, da necessidade real da população.

O Presidente da República gasta mais com a viagem presidencial e com seus seguranças para ir inaugurar uma obra do que foi gasto na obra. Outro dia gastou 700 mil reais para inaugurar uma ponte que custou 400 mil reais para ser feita. E o Parlamento não toma medida nenhuma, não faz nenhum corte na carne.

O problema da inflação é gasto público, o problema da inflação é excesso de gasto, é excesso de privilégio. E aí vem o Presidente da República e manda uma reforma administrativa que não inclui o Ministério Público, que não inclui o Judiciário. E essas corporações vêm ao Parlamento e conseguem tirar a minha emenda que incluía essas classes no relatório final. Eram 15 bilhões de reais de economia, 15 bilhões de reais do dinheiro do pagador de impostos que poderíamos economizar.

Isso sem falar nos exemplos que o mundo inteiro deu durante a pandemia e este Parlamento não dá. Como durante uma crise, uma das maiores crises que este Parlamento, que esta Casa, que este País já viveu, os Parlamentares e o Presidente da República continuam pagando por aluguel de carro, por gasolina, recebendo auxílio moradia, tudo com dinheiro público. Não houve absolutamente nenhum corte! Não houve corte de salário dos Parlamentares, não houve corte de salário dos Ministros de Estado, não houve corte de salário do Presidente da República. Tudo continuou sendo financiado, no meio de

uma das maiores crises econômicas da história do nosso País, e saindo do bolso do pagador de impostos. É inacreditável que não tenhamos tomado absolutamente nenhuma medida para acabar com privilégios, seja de classe política, seja do Judiciário, seja do Ministério Público, nessa crise!

Nós somos Parlamentares para que, no final das contas? Fomos eleitos para que, senão para pensar na população, senão para reverter todos os gastos que tem a Câmara dos Deputados em prol da população?

No meio da crise, o Presidente da República bate recorde em gastos com cartão corporativo, com carro, com gasolina, com comida, com cachaça. As Forças Armadas, no meio da crise, abriram licitação, Sr. Presidente, para comprar licor e cachaça! No ano passado, no meio da pandemia, compraram cerveja puro malte, Skol Beats, enquanto o povo está lá fazendo fila para pegar pedaço de carne em osso. Isso é um escárnio! Isso é absolutamente inaceitável!

Não é possível que este Parlamento continue vendo essa situação, vendo corrupção no Palácio do Planalto em compra de vacina, superfaturamento em trator em emenda secreta, em orçamento secreto, dentro deste Parlamento. Não é possível que, entre os 513 Deputados, não tenha mais ninguém que se sensibilize com essa situação. Não é possível que ninguém mais perceba que é imoral! Não só é ineficiente, não só traz desequilíbrio fiscal, não só traz descumprimento de teto de gastos, da regra de ouro, mas é também imoral! É imoral, num período de crise, os Parlamentares manterem exatamente todos os seus privilégios. A gasolina é paga com o dinheiro do pagador de impostos; a casa é paga com o dinheiro do pagador de impostos; o carro de luxo... Há Deputado, inclusive da base bolsonarista, que usa cota parlamentar para alugar BMW, dizendo que esse é o padrão de vida dele, que não tem como abrir mão desse privilégio.

É um escárnio com a população! Daqui a pouco, vai ter gente entrando no Parlamento e pegando o Deputado pelo colarinho, como fizeram em 2013. Isso é assustador! Está chegando a um grau de revolta e de tensão social, que vai ficar incontrolável, meus senhores.

Estamos num patamar de miséria e de desigualdade social dificilmente visto antes na história do País. Enquanto esse patamar de miséria e de desigualdade social aumenta, estamos votando nome de viaduto, nome de aeroporto, coisa que Câmara dos Vereadores deveria fazer. Assembleia Legislativa já não tem competência legislativa para fazer muita coisa, e vamos tirar da Assembleia Legislativa até o direito de dar nome para as coisas.

Estamos votando aqui obrigatoriedade de colocar homem em propaganda de produto de limpeza, para combater o machismo; estamos votando aqui proibição ou não de tatuagem em animal de estimação. Pelo amor de Deus! Não é possível que ninguém aqui não tenha noção do que está acontecendo do Parlamento para fora de Brasília, na base.

Mantém todos os privilégios e ainda tem a cara de pau de chegar à base eleitoral e dizer que está preocupado com o povo. Só vai estar preocupado com o povo quem realmente cortar na carne. Só vai estar preocupado com o povo quem realmente der o exemplo e, assim como eu, abrir mão de todos esses privilégios imorais e revertê-los em benefício da população. Não é só isso, mas promover corte na carne, no salário.

Se está caindo o salário de todo mundo, se está suspendendo o contrato de todo mundo, por que não o dos Parlamentares? Por que não o do Presidente da República e o dos seus Ministros? Espero que pelo menos alguma alma viva, neste Parlamento, escute este apelo desesperado.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 143/151

---

85.2021.B	Sessão Outro Evento	30/09/2021-09:20
Publ.: DCD - 10/1/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Impacto da epidemia de coronavírus sobre os moradores das favelas do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Urgente necessidade de ação do poder público a favor das populações menos favorecidas. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Bom dia, Presidenta Rosângela Gomes. Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje, relato uma pesquisa sobre o impacto do coronavírus nas favelas, a desigualdade e o racismo sem máscara que o coletivo Movimentos realizou com o objetivo de detalhar os impactos da pandemia do coronavírus dentro de grandes complexos como Maré, Alemão e nossa

Cidade de Deus.

Eu não quero tratar apenas dos números. Quero falar também dos impactos da pandemia. É preciso dar conhecimento de que 54% dos trabalhadores que moram em favela perderam o emprego formal. Eles solicitaram o auxílio emergencial, mas só 52% o conseguiram. Eles conheceram alguém, um vizinho, um parente, que morreu por causa da COVID. Dos entrevistados, 63% ficaram sem água em algum momento desta pandemia. Dos moradores, 83% ouviram tiros de dentro de suas casas, 40% presenciaram algum episódio de violência doméstica e 47% sofreram racismo e discriminação - 93% são negros.

Por que eu faço este pronunciamento? Porque os números mostram que os moradores das favelas foram impedidos de parar de trabalhar. As atividades que eles desempenham foram necessárias durante a pandemia, pois, mesmo sendo do mercado informal, eles precisavam botar comida em casa. O outro lado desta moeda mostra o caso dos entregadores de comida, que diziam: "*E o motorista de transporte, o funcionário de supermercado, a trabalhadora doméstica?*" Essas pessoas foram e continuam sendo fundamentais para que outras pessoas possam fazer o isolamento.

Portanto, o objetivo deste meu pronunciamento é me somar a este movimento e provocar o Parlamento, o poder público estadual, federal, municipal, como meu Estado do Rio de Janeiro, para, urgentemente, oferecerem serviços e dignidade às pessoas mais pobres que moram nas capitais deste País das quais eu tenho falado com frequência.

Eu quero agradecer, Sra. Presidenta, sua paciência. Eu tenho certeza de que V.Exa. conhece, muito bem, o sofrimento que passam nossas comunidades, entre elas a Baixada Fluminense, nestes tempos de pandemia. É muito importante que possamos nos somar no Congresso Nacional para votar matérias que deem alguma tranquilidade e segurança a estas pessoas.

Nós somos contra a PEC 32, porque ela vai causar desemprego, tirar o poder aquisitivo do servidor e realmente fragilizar as relações de trabalho. Com a PEC 32, muitos direitos serão retirados. Nós não queremos aumentar mais a miséria, o desemprego e a fome neste País, principalmente nas nossas comunidades.

Sra. Presidenta, peço a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos outros meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigada.

85.2021.B Sessão Outro Evento 30/09/2021-09:32  
 Publ.: DCD - 10/1/2021 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA  
 CÂMARA DOSBREVES BREVES  
 DEPUTADOS COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES  
 DISCURSO

### *Sumário*

Anúncio da realização de manifestações no País a favor do afastamento do Presidente Jair Bolsonaro, no dia 2 de outubro de 2021. Quadro de fome, pobreza, miséria e carestia reinante no Brasil. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

**O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.)** - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, no próximo sábado dia 2, teremos em todo o Brasil manifestações daqueles e daquelas que estão indignados e são contra o Governo Bolsonaro. Nós não podemos esperar chegar a eleição do ano que vem para darmos o troco a esse desgoverno Bolsonaro. Nós precisamos ir para as ruas no dia 2 de outubro para mostrar nossa indignação.

A cada dia que passa, nós estamos vendo o aumento da fome, da miséria, da pobreza e da carestia no nosso País. É contra isso que nós temos que ir para as ruas! Nós não podemos aceitar que o Governo Federal apresente uma proposição como a PEC 32, que visa destruir o serviço público, acabar com os concursos públicos no Brasil e com carreiras que servem à população brasileira, em nome da diminuição do tamanho do Estado. Não podemos esperar chegar a eleição do ano que vem para dar o troco a Bolsonaro. Nós vamos dar o troco a Bolsonaro no dia 2, aliás, todos os dias, nas ruas, mostrando nossa indignação.

Nós não aguentamos mais ver um Governo que desmoraliza (*falha na transmissão*)...

Documento 145/151

85.2021.B Sessão Outro Evento 30/09/2021-10:08  
 Publ.: DCD - 10/1/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES  
 CÂMARA DOSBREVES BREVES  
 DEPUTADOS COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES  
 DISCURSO

### *Sumário*

Responsabilidade do Governo Jair Bolsonaro pelo caos econômico, social e



sanitário instalado no País. Congelamento do salário mínimo e elevação dos índices inflacionários. Elevação dos preços de alimentos, do gás de cozinha e de combustíveis. Acerto da aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 1.374, de 2021, sobre a instituição do auxílio gás social. Protesto contra a privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT e das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Convocação do povo brasileiro para as manifestações a favor do afastamento do Presidente Jair Bolsonaro, no dia 2 de outubro de 2021.

---

**O SR. HELDER SALOMÃO** (PT - ES. Sem revisão do orador.) -  
Deputada Rosangela Gomes, Sra. Presidenta, quero saudá-la!

Saúdo também os demais Deputados e as Deputadas que acompanham esta sessão da Câmara dos Deputados.

O Brasil, nesta pandemia, tem demonstrado que tem um Governo que não se preocupa com a situação do povo mais sofrido. O Brasil, na pandemia, talvez seja o único país do mundo que retira direitos, o único país do mundo que desmonta o serviço público e que trabalha contra o enfrentamento à COVID-19. O Brasil está vivendo um caos econômico e social, agravado não só pela pandemia, porque a pandemia agravou a crise econômica e social no mundo, mas agravada sobretudo pela incompetência, pela desumanidade, pela crueldade deste Governo que adota medidas para restringir direitos do nosso povo.

A inflação é a mais alta dos últimos 29 anos. O salário mínimo está congelado. O salário mínimo só é reajustado de acordo com o índice da inflação desde o golpe parlamentar em 2016. Aumento para o salário mínimo não tem, mas aumento para os alimentos, nós todos o estamos acompanhando- o arroz, 32%; o feijão preto, 17%; a gasolina, 39%; o gás de botijão, 31%; o açúcar, 35%; o *diesel*, 35%; o etanol, 62%; o óleo de soja, Deputado Bohn Gass, Líder da nossa bancada, 68% -, essa é a realidade do nosso País.

E o que o Governo faz? O Governo adota medidas cada vez mais restritivas. Não fosse o trabalho da Oposição nesta Casa, que aprovou o auxílio emergencial de 600 reais no ano passado - e a nossa bancada ontem conseguiu aprovar um projeto com o apoio da maioria desta Casa para baratear o custo da botija de gás para as famílias mais pobres, uma iniciativa do Deputado Carlos Zarattini -, não fosse a iniciativa da Oposição, o nosso País estaria muito pior do que está.

E há o mais grave, o Governo quer entregar o nosso patrimônio público, privatizar os Correios, privatizar a ELETROBRAS. E está tentando a todo custo aprovar a PEC 32. Não dá para entender como o Presidente da República e sua base querem aprovar uma reforma

administrativa que vai significar o desmonte, a destruição do serviço público!

Enganam-se aqueles, Deputado Bira do Pindaré, que acham que a reforma administrativa vai prejudicar somente os servidores. Já seria muito, se prejudicasse só os servidores, porque é um absurdo prejudicar os servidores públicos do nosso País e os serviços públicos, mas vai prejudicar sobremaneira a população do nosso País, a população que precisa de atendimento no SUS, na escola pública, no CRAS, no CREAS, atendimento da segurança pública, da agricultura familiar e de todas as políticas públicas.

Portanto, eu quero dizer o seguinte: é inadmissível que esse Presidente continue! Vamos todos às ruas, no dia 2 de outubro, fazer uma grande mobilização pelo "*Fora, Bolsonaro!*", o mais insensível Presidente da história do Brasil e o pior Presidente do mundo!

Peço, Sra. Presidente, divulgação do meu pronunciamento.

Muito obrigado.

---

Documento 146/151

---

85.2021.B	Sessão Outro Evento	30/09/2021-10:16
Publ.: DCD - 10/1/2021 -	LÍDICE DA MATA-PSB -BA	
CÂMARA	DOSBREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Aplausos à Casa pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.374, de 2021, sobre a instituição do auxílio gás social. Prejuízos causados ao País pela política de preços adotada pela empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS. Congratulações à equipe do Senai Cimatec pelo desenvolvimento de vacina contra a Covid-19, no Estado da Bahia. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Convocação do povo brasileiro para as manifestações a favor do afastamento do Presidente Jair Bolsonaro, no dia 2 de outubro de 2021.

---

**A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.)** - Bom dia a todos os nossos Parlamentares e ao Brasil que nos assiste e nos ouve através dos meios de comunicação da Casa, incluindo o programa *A Voz do Brasil*.

Sra. Presidente, ontem a Câmara dos Deputados aprovou o importante Projeto de Lei nº 1.374, de 2021, do Deputado Carlos Zarattini, que cria



o Desconto Gás, extremamente importante para a população mais vulnerável deste País, que não está tendo como comprar o gás de cozinha a 110 reais ou 120 reais.

Esse aumento é consequência da política de preço da PETROBRAS neste Governo, que governa para os ricos, e não para a população brasileira. A política de preço da PETROBRAS e sua indexação ao preço do petróleo lá fora, portanto, ao dólar, faz com que o povo brasileiro tenha a maior inflação dos últimos 29 anos e que se aprofunde a crise econômica para garantir a lucratividade dos investidores internacionais, que eles chamam de mercado. Não é o Mercado Modelo na Bahia, meu povo, é o mercado dos investidores, dos ricos, que não pode perder! E nós que sustentamos o Brasil com o nosso trabalho pagamos o preço disso.

A solução que eles estão querendo tomar é retirar dinheiro dos Estados, é retirar dos Estados receitas com que fazem saúde, educação, assistência social e segurança pública. Com isso, continuam garantindo o interesse dos ricos. E a crise vai para cima do povo trabalhador.

Há um segundo ponto a destacar. Quero parabenizar o laboratório SENAI CIMATEC da Bahia, que agora começa a fazer os testes clínicos e a testagem em humanos da vacina RNA MCTI CIMATEC HDT. Essa vacina está sendo desenvolvida no Brasil em articulação com a HDT americana, com a farmacêutica Gennova Biopharmaceuticals e com o SENAI CIMATEC, na Bahia. É nesse centro de especialização tecnológica e científica que a Bahia tem a satisfação e a honra de poder desenvolver essa vacina no nosso Estado. Parabéns à nossa equipe do SENAI CIMATEC!

Por último, Sra. Presidente, quero dizer que o Presidente da República, na sua sanha de garantir o interesse dos ricos, coloca-se agora contra os servidores públicos e os serviços públicos do nosso País.

E essa PEC 32 é a sistematização desse desejo da Presidência da República de acabar com o Estado brasileiro, de impedir que o Estado brasileiro cumpra aquilo que a Constituição determina, que é o Estado de Bem-Estar Social.

Portanto, queridos servidores públicos, vamos continuar na resistência, porque eles não têm voto para votar ainda esta PEC no Plenário. E nós vamos garantir que continuem não tendo.

Todos às ruas no dia 2 de outubro, agora, no próximo sábado, para dizer que nós não vamos concordar com a destruição do Estado brasileiro, do serviço público brasileiro, do SUS, das escolas públicas, das universidades federais, todas ameaçadas por esse projeto da PEC

32, que praticamente acaba com o concurso público...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 147/151

---

85.2021.B	Sessão Outro Evento	30/09/2021-10:20
Publ.: DCD - 10/1/2021 - ELI BORGES-SOLIDARIEDAD -TO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**O SR. ELI BORGES** (SOLIDARIEDADE - TO. Sem revisão do orador.)  
- Cumprimento minha querida Presidente, Deputada Rosângela Gomes, meus queridos brasileiros, meu querido Tocantins!

Sra. Presidente, eu tenho feito uma reflexão muito profunda acerca da minha coerência quando voto e quando me pronuncio desta tribuna, sabendo que estou falando e votando para milhões de brasileiros. Hoje, eu faço uma referência à PEC 32, que trata da reforma administrativa e que trata diretamente do funcionalismo público.

Sabemos que a situação econômica do País não permite maiores avanços nesta questão do funcionário público. E esta culpa também não pode ser dada ao atual Presidente, porque muitos itens são herança de um ontem, quando as coisas não foram bem conduzidas. Mas gosto muito, meu querido Deputado Hildo Rocha - dirijo-me a V.Exa., que é do meu vizinho Maranhão -, da Constituição Federal, na parte em que diz que todos são iguais perante a lei. E deveriam ser, inclusive nas tratativas e no ordenamento jurídico brasileiro. Ao analisar a PEC 32, eu tive a percepção de que é uma PEC que privilegia determinados salários no Brasil, determinadas carreiras no Brasil, e traz dificuldade para outras carreiras. Portanto, ela não promove esse equilíbrio, não promove essa equidade nas carreiras do Brasil.

Sonhei e continuo sonhando com um debate mais profundo, no qual pegássemos o todo do funcionalismo público, daqueles que recebem do Erário público, e colocássemos em um debate do que ganha menos ao que ganha mais e de todas as funções, quer seja da magistratura,

quer seja da carreira da força de segurança, quer seja do funcionário que trabalha nos setores da saúde, da educação, etc.

Mas eu não tenho percebido, meu querido Deputado Otoni de Paula, que esta PEC analisou essa questão como um todo. Esta PEC a analisou em forma de varejo, sem o princípio de equidade.

Por esta razão, se este Parlamento não for grande o suficiente para trazer esse equilíbrio de pesos e contrapesos, eu não vou me indispor contra o funcionário público do Brasil. A minha posição não será contrária, já que uns têm que pagar o preço, e outros não estão pagando. Quero compreender que, sendo assim, eu estou sendo justo, eu estou praticando a equidade e o equilíbrio na minha posição neste Plenário.

E termino dizendo que, quando vim para cá, eu disse que teria critérios.

Por isso, peço que divulgue este pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e diga aos funcionários do Brasil que este Deputado não vai votar a PEC 32 do jeito que está colocada.

Muito obrigado.

---

Documento 148/151

---

85.2021.B	Sessão Outro Evento	30/09/2021-10:36
Publ.: DCD - 10/1/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de criação do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem. Participação da oradora nas manifestações pelo afastamento do Presidente Jair Bolsonaro, programadas para o dia 2 de outubro de 2021. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Prática de corrupção pelo Governo Federal na compra de vacinas contra a Covid-19.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.)** - O piso à jornada da enfermagem é uma luta que se impõe, uma necessidade que o País tem, para que possamos valorizar o que se demonstrou absolutamente fundamental para o povo brasileiro, para o Sistema Único de Saúde, mas não só isso. A saúde como um todo tem nos profissionais e nas profissionais de enfermagem um sustentáculo absolutamente fundamental. Portanto, esta Casa precisa se abraçar

com o povo brasileiro e com as suas necessidades, precisa pontuar a necessidade de que este Brasil possa voltar a respirar.

O Brasil tem vivenciado um governo que, desde o seu primeiro momento, é um governo de tensão permanente de testar as instituições e de tentar se apoderar do Estado, como se o Estado fosse propriedade dos governantes. Esse é o sentido da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, a chamada PEC 32. Essa PEC concretiza o que ouvimos numa fatídica reunião ministerial. Ela concretiza o passar a boiada durante a pandemia, num profundo processo de crueldade. Os cascos dos bois vão pisoteando a cidadania e a própria Constituição. Esta frase foi dita por um então Ministro do Meio Ambiente que está envolvido em corrupção e crime, que está, na verdade, denunciado devido a sua condição de favorecer a extração ilegal de madeiras.

Naquela reunião também escutamos "granada no bolso". Era preciso colocar a granada no bolso dos servidores e servidoras. Granada no bolso do jaleco branco é granada no corpo do povo brasileiro. Granada no bolso de educadores e dos profissionais que trabalham para que nós tenhamos os recursos necessários para as políticas públicas.

E ali nós vimos o Presidente da República dizer que não ia permitir que se perseguissem seus amigos e seus familiares. Aliás, tem se dedicado a proteger de qualquer tipo de investigação seus familiares envolvidos em uma série de indícios profundos de corrupção. Aliás, este Governo, que bate no peito e diz que não há corrupção, é um governo que não consegue explicar o esquema de corrupção, os balcões de negócios que foram construídos no Ministério da Saúde durante a pandemia. Cerca de 600 mil pessoas se foram. E nós estamos vendo aqui um Ministério clandestino, um gabinete paralelo, que inclusive se relacionava com empresas para transformar seres humanos em cobaias, para mudar, para adulterar laudos, para adulterar atestados de óbito. Este País não pode mais viver assim.

Por isso, nós vamos às ruas no próximo dia 2. Às ruas nós vamos no próximo dia 2 contra a PEC 32, porque a PEC 32 é o Estado de compadrio, é o Estado da República Velha, é o estado do governante se apropriando do Estado, como se o Estado fosse dele e não do povo brasileiro. Nós vamos às ruas no dia 2 contra a fome; nós vamos às ruas no dia 2 contra a corrupção; nós vamos às ruas no dia 2 contra o desemprego; nós vamos às ruas no dia 2 contra a política da morte. Dia 2 de outubro é dia de luta!



Publ.: DCD - 10/1/2021 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS BREVES  
COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Prejuízos causados aos cofres públicos pelo Ministério da Saúde, revelados no vencimento do prazo de validade de testes da Covid-19, medicamentos e vacinas. Continuidade do negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Liberação, pelo Presidente da República, da comercialização de novos rótulos de agrotóxicos no País. Anúncio da realização no Brasil de manifestações pelo afastamento do Presidente Jair Bolsonaro, no dia 2 de outubro de 2021. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)**  
- Sra. Presidenta Rosangela Gomes, muito obrigado. É importante ver V.Exa. presidindo esta sessão.

É triste ver o desperdício de dinheiro público e a falta de respeito do Governo Bolsonaro para com a saúde. O *Estadão* trouxe mais uma grave denúncia sobre isso, dizendo que o Governo Federal provocou um desperdício de 80 milhões e 400 mil reais, porque o Ministério da Saúde deixou vencerem milhares de *kits* para diagnóstico de COVID e dezenas de medicamentos e vacinas para outras doenças. É muito dinheiro público jogado no lixo pela falta de responsabilidade do Ministério da Saúde. Isso precisa ser apurado e os responsáveis pelo desperdício desses 80,4 milhões de reais precisam ser punidos.

Sra. Presidenta, aproveito ainda a oportunidade para dizer que, enquanto Bolsonaro nega o resultado das vacinas e a proteção contra o vírus com uso de máscara, o Governo continua liberando venenos no Brasil. Ele autorizou a comercialização de mais 53 novas marcas de agrotóxico no Brasil. Com essa liberação, Bolsonaro já é responsável pela comercialização de 1.282 novos tipos de veneno no País. É o Governo genocida, que agride em duas frentes: contribui com as mortes na pandemia e contamina o País com um banho de veneno.

Sra. Presidente, lembro a todos que o dia 2, no próximo sábado, será um dia de luta contra esse Presidente genocida, o Presidente do desemprego, da fome, da miséria, da morte e dos ataques à democracia. Portanto, no dia 2 de outubro, vamos às ruas dizer "não" à PEC 32, defender os servidores públicos deste País e dizer: Fora, Bolsonaro!

85.2021.B Sessão Outro Evento 30/09/2021-10:48  
Publ.: DCD - 10/1/2021 - NILTO TATTO-PT -SP

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOSBREVES  
COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

### ***Sumário***

Agravamento da fome e reajuste nos preços de alimentos no País. Aumento das queimadas, da violência no campo e do desmatamento, notadamente na região amazônica. Paralisação das demarcações de terras indígenas e de territórios dos quilombolas. Prática de corrupção pelo Governo Jair Bolsonaro na compra de vacinas contra a Covid-19. Anúncio da realização de manifestações no País a favor do afastamento do Presidente da República, no dia 2 de outubro de 2021.

**O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, o novo Brasil de hoje é o daquelas imagens degradantes que estão nas redes sociais e nos jornais do Rio de Janeiro, no bairro da Glória, da população em situação de rua disputando ossos.

O novo Brasil é o daquela imagem degradante do Presidente da República com seus asseclas comendo *pizza* em Nova York.

O novo Brasil é aquele que bate recordes na produção da agricultura, mas tem uma inflação dos alimentos que passa dos 50%, 60%, 70%, dependendo do item.

O novo Brasil é aquele em que o Ministério do Meio Ambiente tinha 1 bilhão de orçamento e o diminuiu para 50%; em que os gastos militares na Amazônia cresceram 178% e voltamos a bater recordes de desmatamento.

O novo Brasil que se propala é aquele onde o desmatamento aumenta, as queimadas aumentam, a violência no campo aumenta, e onde paralisa-se a demarcação de terras indígenas e de territórios quilombolas.

O novo Brasil é o Brasil da fome, é o Brasil que pratica o crime de corrupção em plena pandemia. Eu pergunto para as pessoas que perderam parentes, entes queridos o que pensam desse Governo que praticou atos corruptos, fez tramoia, no momento em que tínhamos o maior índice de contaminação por COVID e por mortes pela COVID, justamente naquele momento. Em plena pandemia os ricos ficam mais ricos. Está acontecendo isso no mundo todo, mas o Brasil está em primeiro lugar em concentração de renda em plena pandemia.

Por isso, no dia 2, no sábado que vem, o povo vai para as ruas protestar e dizer: "Fora, Bolsonaro!". Ninguém aguenta mais esse Governo da morte, da destruição ambiental; Governo que gera desemprego, que gera fome, que libera cada vez mais venenos para chegar à mesa no dia a dia daqueles que ainda conseguem comprar comida. Volto a dizer, esse Governo é da morte, do desemprego.

Por isso, reitero, o povo vai para as ruas, no próximo sábado, protestar por mais vacina, em defesa da saúde, contra essa reforma administrativa, que vai matar de vez os serviços públicos.

Vamos todos para as ruas no sábado contra Bolsonaro. Fora, Bolsonaro!

---

Documento 151/151

---

85.2021.B	Sessão Outro Evento	30/09/2021-10:52
Publ.: DCD - 10/1/2021 -	JOÃO DANIEL-PT -SE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Repúdio as ações do Governo Jair Bolsonaro e do Ministro da Economia, Paulo Guedes, relativas ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Importância da participação do povo brasileiro nas manifestações a favor do afastamento do Presidente da República, programadas para o dia 2 de outubro de 2021. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Conclamação aos Parlamentares para rejeição do Veto Parcial nº 44, de 2021, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2021, acerca das diretrizes de elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022, especialmente quanto ao dispositivo da proposição sobre o reajuste salarial dos Agentes de Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, sobre o estabelecimento do Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, e a concessão de aposentadoria especial e exclusiva à categoria; bem como da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2011, acerca da responsabilidade financeira da União, corresponsável pelo Sistema Único de Saúde - SUS, na política remuneratória e na valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Imediata abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

---

**O SR. JOÃO DANIEL** (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado. Queria saudar todos os Parlamentares em nome de V.Exa.,

Presidente, que preside os trabalhos, em nome também do meu colega Deputado Nilto Tatto, que acaba de fazer uso da palavra.

Antes do Deputado Nilto Tatto ouvimos um Parlamentar da base de Bolsonaro, que usa aquela frase da arte e da guerra: "*Quando estamos em paz, prepare-se para a guerra*" ou "*Quando estamos em guerra, prepare-se para a paz*". O Brasil é um País de paz. Todos os dias o Governo declara guerra. A teoria do Governo Bolsonaro e do Paulo Guedes está totalmente equivocada: é a teoria da morte.

A CPI da COVID-19 constatou - está escancarado - que saía o planejamento dentro do Ministério da Economia. Esse é o Governo genocida, é o Governo que não tem compromisso com a vida.

Por isso, é fundamental que o povo brasileiro que já foi vacinado, de preferência com as duas doses, que se proteja ainda da pandemia da COVID-19 e vá às ruas no próximo sábado.

É um grande "Fora, Bolsonaro!" em defesa da democracia. É um "Fora, Bolsonaro!" contra a PEC 32, que ataca os serviços públicos, que ataca os servidores públicos.

Quero me solidarizar e levar o nosso total apoio aos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias por onde tenho passado e que tenho encontrado, para nos ajudar a derrubar o Veto nº 44, a fim de dar dignidade aos trabalhadores da saúde, em apoio à PEC 14/21, à PEC 22/11, com a garantia de salário decente, digno para essa categoria que orgulha o serviço público brasileiro.

Por isso, no dia 2, no próximo sábado, todos e todas devem estar nas ruas para dizer: "Fora, Bolsonaro!", contra a PEC 32, em defesa do Brasil, da democracia e da soberania nacional.

Que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa o nosso pronunciamento.

Este Governo não merece mais governar. *Impeachment* já!

---